

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**IMIGRAÇÃO DIRIGIDA AO BRASIL NO PERÍODO DO PÓS-SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL: A MISSÃO NEIVA (1946-1947)**

**APRESENTADA POR**

**LARA NOVIS LEMOS MACHADO**

**PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: MARCO AURÉLIO VANNUCCHI**

**Rio de Janeiro, 2021**

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

IMIGRAÇÃO DIRIGIDA AO BRASIL NO PERÍODO DO PÓS-SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL: A MISSÃO NEIVA (1946-1947)

APRESENTADA POR

LARA NOVIS LEMOS MACHADO

Rio de Janeiro, 2021

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: MARCO AURÉLIO VANNUCCHI

LARA NOVIS LEMOS MACHADO

IMIGRAÇÃO DIRIGIDA AO BRASIL NO PERÍODO DO PÓS-SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL: A MISSÃO NEIVA (1946-1947)

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Machado, Lara Novis Lemos

Imigração dirigida ao Brasil no período do pós-segunda guerra mundial: a Missão Neiva (1946-1947) / Lara Novis Lemos Machado. – 2021.

109 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos.

Inclui bibliografia.

1. Política migratória – Brasil – 1946-1947. 2. Guerra Mundial, 1939-1945 – Brasil - Migração. 3. Refugiados – Brasil - 1946-1947. 4. Neiva, Artur Hehl, 1909-1967. I. Mattos, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 323.4

Elaborada por Márcia Nunes Bacha – CRB-7/4403

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

LARA NOVIS LEMOS MACHADO

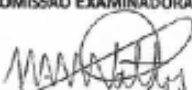
"IMIGRAÇÃO DIRIGIDA AO BRASIL NO PERÍODO DO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A MISSÃO NEIVA (1946-1947)".

DISSERTAÇÃO APRESENTADO(A) AO CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE(A) EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS.


DATA DA DEFESA: 14/07/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA


  
PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROF.<sup>o</sup>/a MARCO AURÉLIO VANNUCCHI LEME DE MATTOS

  
PROF.<sup>o</sup>/a MARCO AURÉLIO VANNUCCHI LEME DE MATTOS

ORIENTADOR(A)

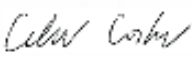
  
P/ PROF.<sup>o</sup>/a ALEXANDRE LUIS MORELI ROCHA

MEMBRO EXTERNO

  
P/ PROF.<sup>o</sup>/a FABIO KOIFMAN

MEMBRO EXTERNO

RIO DE JANEIRO, 14 DE JULHO DE 2021.

  
PROF.<sup>o</sup>/a CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO  
DIRETOR(A)

PROF.<sup>o</sup> ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR  
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

*Aos meus pais Antonio e Wanda*

*Ao meu irmão Lucas*

*Ao meu marido Renan*

## **Agradecimentos**

O caminho percorrido não foi nada fácil. Foram muitos desafios, incertezas, dúvidas e também vontade, aprendizado, superação. Se consegui chegar até aqui, apesar da pandemia, foi porque nunca estive sozinha.

Primeiro agradeço a Deus, por iluminar meus passos, ser meu refúgio e fortaleza.

Ao meu marido Renan e à família que formamos, pela compreensão, por me incentivar, por me inspirar, pelo carinho, por estar comigo nos piores e melhores momentos e pelo cuidado durante todo o processo.

A toda minha família, em especial aos meus pais, Antonio e Wanda, e ao meu irmão Lucas, pelo amor incondicional, e ainda ao meu tio Caíque por sonharem comigo.

Ao meu orientador Marco Aurélio Vannucchi, pela infinita paciência, pelos conselhos, pelas críticas, por respeitar minhas limitações e ideias e pela contribuição ao meu amadurecimento.

Aos professores Fábio Koifman e Alexandre Morelli, por fazerem parte da jornada e pelas preciosas sugestões que foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Aos meus amigos, que me deram força, entenderam minhas ausências e torceram para que eu concluísse mais esta etapa.

À minha psicóloga Márcia, por me ajudar a acreditar que sempre é possível.

Aos professores do CPDOC e ao programa, que contribuíram com a minha formação e na conquista deste objetivo.

Aos colegas do CPDOC, pelo companheirismo na jornada.

Ao prof. Helion Pova e ao grupo do NIEM, que propiciaram um ambiente de aprendizagem de qualidade inestimável.

Aos funcionários do arquivo do CPDOC e da Biblioteca Nacional, por estarem sempre dispostos a ajudar.

Por fim, a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, me ajudaram nessa caminhada.

*“A crise de refugiados não é sobre refugiados. É sobre nós.”*

*Ai Weiwei*



## Resumo

Em 1945 chegava ao fim a Segunda Guerra Mundial e as nações precisavam lidar com as consequências do conflito. Uma delas diz respeito ao deslocamento de milhões de pessoas de seu local de origem. Essa situação despertou a necessidade de efetivar medidas humanitárias para com os que se encontravam em situação de vulnerabilidade. O Brasil foi um dos países que participou das articulações de auxílio para restabelecimento e realocação desses indivíduos. A partir da atuação do Conselho de Imigração e Colonização e especialmente do conselheiro Artur Hehl Neiva, que foi um dos responsáveis por visitar as zonas ocupadas da Alemanha, foi elaborado um plano imigratório que atendesse aos interesses do país, com a seleção desses deslocados frente a um plano de colonização e industrialização nacional. Considerando o contexto imigratório, o presente estudo buscou entender como essa missão, que objetivava selecionar os refugiados, foi elaborada no plano político nacional e como foi desenvolvida.

Palavras-chave: Política imigratória brasileira. Pessoas Deslocadas. Artur Hehl Neiva. Pós-Segunda Guerra Mundial.

## Abstract

In 1945 the Second World War ended, and the nations needed to deal with the post-war consequences. One of these consequences was the displacement of millions of people from their place of origin. This situation aroused the need to carry out humanitarian measures for those who were in a vulnerable situation. Brazil was one of the countries that participated in the joint aid to restore and relocate these individuals. Based on the work of the Immigration and Colonization Council and especially the adviser Artur Hehl Neiva, who was one of those responsible for visiting the occupied areas of Germany, an immigration plan was prepared that would meet the country's interests with the selection of these displaced people in front of a colonization plan and national industrialization. Considering the immigration context, the present study sought to understand how this mission to choose refugees was elaborated at the national political level and how it was developed.

Keywords: Brazilian Immigration Policy. Displaced Persons. Artur Hehl Neiva. Post-World War II.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                       |    |
|-----------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 Quadro A redencao de Cam, Modesto Brocos y Gomes. 1895 ..... | 36 |
| Figura 2 Mapa da Alemanha e Áustria em 1946 .....                     | 77 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                         |       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| TABELA 1 - Entrada de Imigrantes Internacionais, Nacionalidades e População Total Brasil, 1930-1959 .....                               | 46    |
| TABELA 2 - Principais Nacionalidades de Imigrantes Internacionais Registrados na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo 1947-1960 ..... | 47    |
| TABELA 3 - Situação das Operações com os Descolados de Guerra (19 de setembro de 1945) .....                                            | 79-80 |

## LISTA DE SIGLAS

**ACNUR** – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (*United Nations High Commissioner for Refugees*, **UNHCR**)

**ANUAR**– Agência das Nações Unidas para Auxílio e Restabelecimento (*United Nations Relief and Rehabilitation Administration*, **UNRRA**)

**CIC** – Conselho de Imigração e Colonização

**CIME** – Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias

**CIR** – Comitê Intergovernamental para Refugiados (*Intergovernmental Committee on Refugees*, **IGCR**)

**CNC** – Confederação Nacional do Comércio

**FIESP** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

**MJNI** - Ministério da Justiça e Negócios Interiores

**OIM** - Organização Internacional para as Migrações

**OIR** – Organização Internacional de Refugiados (*International Refugee Organization*, **IRO**)

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PDs** – Pessoas Deslocadas (*Displaced Persons* **DP**)

**RIC** – Revista de Imigração e Colonização

## **Sumário**

|                                                                        |            |
|------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                | <b>15</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 – POLÍTICA IMIGRATÓRIA NO BRASIL.....</b>                | <b>22</b>  |
| <b>1.1 A legislação imigratória brasileira .....</b>                   | <b>23</b>  |
| <b>1.2 Aspectos da Eugenia.....</b>                                    | <b>32</b>  |
| <b>1.3 Mão de obra e industrialização .....</b>                        | <b>40</b>  |
| <b>CAPÍTULO 2 – IMIGRAÇÃO DIRIGIDA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA .....</b>     | <b>50</b>  |
| <b>2.1 A figura política de Artur Hehl Neiva .....</b>                 | <b>52</b>  |
| <b>2.2 A construção do pensamento sobre a imigração dirigida .....</b> | <b>57</b>  |
| <b>2.3 Os critérios mais relevantes à imigração dirigida .....</b>     | <b>68</b>  |
| <b>CAPÍTULO 3 - A MISSÃO NEIVA .....</b>                               | <b>74</b>  |
| <b>3.1 Pós-guerra na Europa .....</b>                                  | <b>75</b>  |
| <b>3.2 Proposta para imigração dirigida .....</b>                      | <b>82</b>  |
| <b>3.3 O Processo Seletivo .....</b>                                   | <b>87</b>  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                      | <b>96</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                | <b>100</b> |

## INTRODUÇÃO

O fenômeno migratório é um processo complexo que envolve muitas variáveis, dentre elas a temporalidade que atribui a cada período da imigração certa singularidade. Este trabalho visa estudar os refugiados e deslocados do pós-Segunda Guerra Mundial e a atuação de Artur Hehl Neiva nas negociações de imigração desses indivíduos para o Brasil. Eles viviam em campos de refugiados na Alemanha ocupados pelos países aliados, especialmente os Estados Unidos.

A fim de localizar esse fenômeno migratório específico, é importante destacar o quão difícil é definir o que é imigração, pois o próprio termo “imigrante” possui uma polissemia de significados, bem como os termos relacionados a sua concepção (SANTOS, 2015).

Um dos autores que busca fazer uma distinção entre os conceitos de imigração e migração é Umberto Eco. Para ele (ECO, 2020 p.24) o primeiro deve ser entendido como um fenômeno que pode ser controlado politicamente, limitado, encorajado, programado ou aceito. Já as migrações, violentas ou pacíficas, são como os fenômenos naturais: incontroláveis. Os migrantes caracterizam-se por deslocar-se de um território para outro e são capazes de mudar radicalmente a cultura do território para o qual migram.

Temos ‘imigração’ quando os imigrantes (admitidos segundo decisões políticas) aceitam em grande parte os costumes do país para o qual imigram; temos ‘migração’ quando os migrantes (que ninguém pode prender nas fronteiras) transformam radicalmente a cultura do território para o qual migram. (...) as imigrações são controláveis politicamente, as migrações não; são como os fenômenos naturais. Enquanto estivermos nos limites de imigração, os povos podem pensar em manter os imigrantes em guetos para que não se misturem com os nativos. Diante de um caso de migração não há mais guetos e a mestiçagem é incontrolável. (ECO, 2020 p.24)

Já para outros autores (PÓVOA, 2007; BAENINGER, 2012; SANTOS, 2015) os processos migratórios estão inseridos em um movimento mais amplo de transformação social e permitem, a partir de sua reconstrução histórica, analisar contextos, etapas e seletividade experimentados pela sociedade brasileira (BAENINGER, 2012) durante o seu processo de construção política, econômica e social. Se por um lado, as políticas imigratórias são objeto de debate da própria política dos Estados quanto à mobilidade espacial de migrantes, por outro, ela também discute as condições de sua permanência e integração nas áreas de destino (PÓVOA, 2007).

Outras formas de percepção da migração podem ser feitas a partir das definições da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2009), que apresenta: “(...) O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão” (OIM, 2009, p. 43). Dessa forma, não existe um consenso do que seja um migrante, por isso, a dificuldade em definir o que é migração ou imigração. Cada fenômeno possui especificidades próprias que são baseadas principalmente em suas próprias motivações. Como aponta a OIM (2009), essas definições para designar migrante são conflituosas, ambíguas e múltiplas, sempre imprecisas e passíveis de novas organizações.

Sendo assim, a migração é um fenômeno complexo que depende da percepção do historiador, das considerações acerca do fenômeno migração (considerando também imigração, migração ou emigração) e das inferências do seu tempo de produção. Cada processo é único em suas características e organização, além de possuir conceitos que se cruzam para garantir melhor entendimento sobre a unicidade de cada processo migratório em sua temporalidade específica. (SANTOS, 2015).

Durante o século XIX, a imigração – especialmente a europeia – foi muito desejada no Brasil. A necessidade de emigrar e a relativa liberdade de imigrar, junto com condições econômicas e sociais favoráveis a esse deslocamento, fizeram com que o Brasil fosse um dos destinos buscados pelos europeus. Como mostra a literatura (PAIVA, 2000; SEYFERTH, 2000; CARNEIRO, 2003; SALLES, 2007; BAENINGER, 2012; MOREIRA, 2012; SILVA 2013) essas condições foram variando ao longo do tempo de acordo com os interesses políticos, econômicos e sociais do país, por isso a imigração e a migração, no caso brasileiro, fazem parte de um entendimento maior que caracteriza a complexidade dos processos migratórios e não é tão dicotômico como sugere Eco (2020 p.29).

Historicamente, o Brasil mobilizou, em suas distintas etapas de desenvolvimento, contingentes populacionais que foram fundamentais para a ocupação do território e formação da sociedade. (BAENINGER, 2012). A dinâmica de constituição nacional perpassou os processos econômicos, sociais e políticos que estiveram intimamente ligados com processos migratórios, em dois momentos: uma migração rural-rural, voltada para a colonização, e outra, rural-urbana, tendo mais destaque para a industrialização (PAIVA, 2004).



É importante ressaltar essa política que, ao longo dos anos, buscou incentivar a vinda de imigrantes para o país, como mão de obra e como fator primordial para a composição racial da população brasileira, com preferência para o imigrante branco europeu. No século XX, havia a preocupação em exercer certo controle sobre aqueles que entravam no país e, com o início do governo Vargas, o Estado intervencionista passou a endurecer cada vez mais as restrições aos imigrantes através de legislação específica.

Outro ponto relevante concernente aos termos e definições, por isso cabe colocar nessa introdução, são os conceitos de refugiado e deslocado – *displaced persons* – que serão utilizados ao longo do trabalho. Ressalta-se que não há pretensão de esgotar as questões envolvendo essa temática.

A bibliografia e os documentos oficiais utilizam o termo *Displaced Persons* e nos documentos oficiais brasileiros do período aparecem Pessoas Deslocadas (PDs) (BRAVO, 2014). Por isso nesse trabalho também será utilizada essa terminologia.

(...) Conceito de Pessoa Deslocada determinou a forma do esforço humanitário Aliado depois da guerra, não apenas porque a catástrofe da saúde pública, que tinha sido intensamente predita, não ocorreu em 1945 – graças aos avanços extraordinários da ciência médica que os políticos, em grande parte, ignoravam – mas também porque, como no final ocorreu, o legado mais importante da guerra foi uma crise de refugiados. Quando a poeira assentou e todos aqueles que desejavam tinham voltado para seus países de origem, permaneceram na Alemanha, na Áustria e na Itália alguns milhões de pessoas que não estavam inclinados a voltar para sua terra natal – judeus, poloneses, ucranianos, letões, lituanos, estonianos e iugoslavos. Eles tinham histórias de guerra diferentes e complicadas, para as quais o uso de termos modernos como ‘vítima’ e ‘perpetradores’ se mostra insuficiente – alguns eram, por qualquer definição, colaboradores dos alemães-, mas todos, por razões políticas complexas, foram classificados pela rubrica de ‘Pessoas Deslocadas’. Enquanto isso, várias centenas de milhares de alemães morreram no processo de sua expulsão da Europa Oriental, mas aqueles que sobreviveram não foram classificados como ‘Pessoas Deslocadas’; eram ‘refugiados’ e, como tais, estavam na parte inferior da hierarquia. (SHEPHARD, 2012, p. 13)

Um dos autores mais relevantes para a temática, Shephard, traz para o debate a distinção de Marcus J. Smith<sup>1</sup> para os termos refugiados e Pessoas Deslocadas que eram considerados na época:

Refugiados são civis em seus próprios países que querem voltar para seus lares, mas, em virtude das condições caóticas criadas pela guerra, precisam de ajuda para fazê-lo. Obviamente, alemães sem lar são refugiados, mas não são nossa responsabilidade, a menos que sejam sobreviventes de campos de concentração. As PDs são pessoas que estão fora das fronteiras de seus próprios países, que, em virtude da guerra, precisam de ajuda para sobreviver e mais tarde voltar para casa ou para algum outro país. Há muitas categorias de PDs, tais como pessoas apátridas, prisioneiros políticos, fugitivos, pessoas

---

<sup>1</sup> Marcus J. Smith era um jovem médico americano do exército que foi enviado para equipe de combate para PD. Escreveu o livro *Dachau: The Harrowing of Heel. 1972; Nova York:1995*. SHEPHARD, 2012 p. 506

da nacionalidade de um país inimigo ou ex-inimigo e antigos prisioneiros de guerra. No entanto, a maioria das PDs são pessoas obrigadas a ir para a Alemanha pelos nazistas para serem usadas como trabalhadores. (SHEPHARD, 2012 p. 506-507)

Segundo a fonte de pesquisa desse trabalho, Artur Hehl Neiva em 1945 determinou que para as questões conexas ao panorama brasileiro usaria: “a palavra migração como significando do movimento de massas humanas apreciáveis de uma localidade ou região para outra, sem a intenção de retornar em breve prazo” (CPDOC, AHN, 1945, p.109).

A fim de localizar os conceitos fundamentais e seus entendimentos pelos órgãos internacionais responsáveis pelos refugiados, como a Organização das Nações Unidas (ONU), é importante trazer suas definições sobre os imigrantes e deslocados.

A ONU passou a existir em outubro de 1945. Antes dessa data, várias organizações internacionais foram criadas e para esse trabalho interessa especialmente, a Agência das Nações Unidas para Auxílio e Restabelecimento (ANUAR), estabelecida em novembro de 1943. (SHEPHARD, 2012)

Antes desse órgão, em 1938 foi formado o Comitê Intergovernamental para Refugiados (CIR), que atuava em conjunto com o Diretório de Refugiados de Guerra, fundado em 1944, nos EUA. Em 1947, quando a ANUAR foi fechada, um novo órgão foi criado sob os cuidados da ONU, a Organização Internacional de Refugiados (OIR), que herdou tanto as responsabilidades da ANUAR quanto as do CIR. Quando o mandato da OIR expirou, ainda outra agência, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criada, em 1951, e existe até hoje. (SHEPHARD, 2012)

Hoje, segundo a ACNUR, as definições de refugiados<sup>2</sup> foram atualizadas e os refugiados podem ser entendidos como:

pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido a grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados (ACNUR, 1996 p.15).

A Declaração Universal dos Direitos dos Homens, em 1948 tornou-se o novo paradigma humanitário no pós-segunda guerra. Desse modo, tais direitos seriam

---

<sup>2</sup> Seguindo a decisão da Assembleia Geral de 1950 (Resolução n.429 V), foi convocada em Genebra, em 1951, uma Conferência das Nações Unidas para redigir uma Convenção regulatória do status legal dos refugiados. Como resultado, a Convenção foi adotada em 28 de julho de 1951, entrando em vigor em 22 de abril de 1954. (HABERMAS, 2018 p.383). É importante ressaltar que o conceito foi ampliado a partir da Convenção da Unidade Africana, de 1969, e da Declaração de Cartagena, de 1984. (JUBILUT, 2007. p. 17)

salvaguardados a todas as pessoas, cidadãos ou não. Nesse específico, incluíam-se os refugiados como depositários de direitos internacionalmente reconhecidos, tais como o direito à vida e o direito à liberdade de circulação. (ANDRADE, 2005; MOREIRA, 2012)

Segundo Habermas (2018 p.384) é preciso assumir a perspectiva daqueles que buscam sua salvação em continentes estrangeiros, isto é, uma existência humana digna e a proteção contra a perseguição política. Sobretudo na situação dos refugiados de guerra, quando além da pretensão moral, existe também uma pretensão de direito à integração.

Pode-se apresentar boas razões para a pretensão moral. Normalmente, as pessoas não abandonam sua terra natal se não devido a uma grande necessidade. Via de regra, o próprio fato de sua fuga é suficiente para documentar a necessidade de assistência. A obrigação moral de prestar ajuda resulta especificamente da crescente interdependência de uma sociedade mundial (...) (HABERMAS, 2018 p.384)

Ao ressaltar a questão humanitária, Habermas (2018 p.386) afirma que, além de ser uma fundamentação moral, a política de imigração teria por obrigação a não limitação do contingente de imigrantes e sim a delimitação de critérios que sejam aceitáveis da perspectiva de todos os participantes. Sem perder de vista o viés humanitário da época, o Brasil foi um dos países que se mostrou interessado e engajado em buscar reassentar os deslocados de guerra.

Tendo em vista a relevância do tema dos refugiados, vale destacar que existe uma vasta literatura tanto internacional quanto nacional sobre o tema, com autores que exploram os mais diversos desdobramentos. No entanto, há pouca produção em torno da figura de Artur Hehl Neiva. Diante disso, o presente trabalho propõe um estudo exploratório que visa contribuir para a compreensão da entrada dos deslocados no período do pós-guerra no Brasil a partir da atuação de Neiva.

Assim sendo, esta dissertação pretende explorar a temática da política imigratória brasileira no Pós-Segunda Guerra Mundial, período esse que se caracterizou por intensos debates e diferentes visões sobre os imigrantes para o Brasil. Através da Missão Neiva, que foi um arranjo entre setores do governo federal e o governo dos EUA nas regiões ocupadas, e é a fonte principal desta pesquisa, busca-se compreender como se deu a negociação para trazer imigrantes para o Brasil no pós-guerra. Ao mesmo tempo é possível apreender quais eram os interesses em torno dessa mão de obra, especialmente no que tange à origem, etnia e formação desses imigrantes.

O objetivo da pesquisa é analisar como essa missão foi desenvolvida e como buscou desenhar a política imigratória nos seus anos de vigência (1946-1947) em que foi encabeçada por Artur Hehl Neiva. Isso será feito abordando os debates sobre a imigração

da época, os pensamentos eugenistas, o embate entre os interesses de colonização e do desenvolvimento industrial, os pensamentos dos intelectuais da época na Revista de Imigração e Colonização (RIC) e a atuação do Conselho de Imigração e Colonização (CIC).

As fontes da pesquisa documental<sup>3</sup> são compostas por documentos históricos, como ofícios, cartas, pareceres, relatórios e legislações. Esses documentos auxiliam na construção da realidade social por serem representações de padrões e valores sociais e, portanto, estão repletos de significados. Sendo assim, contribuem para a compreensão mais ampla de um contexto social, político, econômico e cultural.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro evidencia a política imigratória no Brasil, fazendo uma exposição da legislação brasileira, discutindo aspectos que foram mudando ao longo dos anos até 1947. Além disso, procurou-se distinguir os principais interesses que disputavam a vinda dos deslocados: a eugenia e a industrialização.

O segundo capítulo será dedicado à imigração dirigida no pós-guerra com destaque para figura política de Artur Hehl Neiva, que teve papel fundamental na articulação dos deslocados que viriam para o Brasil. Além disso, esse capítulo pretende salientar as divergentes visões sobre os imigrantes a partir da construção do Estado brasileiro.

O terceiro capítulo analisará como na prática ocorreu a orientação da seleção, identificando as diretrizes políticas brasileiras para as negociações com os organismos internacionais, mostrando os desdobramentos dessa missão a partir dos arquivos de Artur Hehl Neiva. Esse arquivo, constituído de um vasto conjunto documental, com relatórios e estudos preparatórios à missão, e as resoluções do CIC, permitirá analisar o processo de montagem e execução da missão que durou de 1946 a 1947.

Por fim, a conclusão buscará fazer uma revisão de todos os pontos abordados ao longo do trabalho. Terá o objetivo de mostrar de que maneira as articulações internas para levar à frente o projeto de selecionar os deslocados poderiam ser entendidas como um “processo total” que, segundo Sayad (1998), vai desde as condições que levaram à

---

<sup>3</sup> O arquivo de Artur Hehl Neiva (AHN) está localizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e conta com grande volume documental sobre o trabalho da Comissão na Europa.

emigração até as formas de inserção do imigrante no país de destino e como isso fez parte do projeto político de construção do Estado brasileiro.

## CAPÍTULO 1 – POLÍTICA IMIGRATÓRIA NO BRASIL

Este capítulo examina a política imigratória brasileira desde o século XIX, e busca delinear como ela foi se alterando ao longo dos anos e quais interesses permearam esse projeto político.

Os movimentos migratórios apresentaram características distintas em cada uma das etapas, uma vez que, embora a migração seja sempre definida como uma mudança de residência, envolve sentidos, direções, causas, consequências bastante variadas (BAENINGER, 2012). Será dado destaque ao momento em que Vargas assumiu o governo e passou a apresentar novas diretrizes a partir da intervenção do Estado na questão imigratória, buscando organizar e controlar, com medidas como a seleção e restrição, os imigrantes que não seriam considerados adequados aos interesses do país.

Esses novos ideais da política, com a defesa do trabalhador nacional face ao estrangeiro, como também a nacionalização que seria imposta ao imigrante por meio de um processo forçado de assimilação, fizeram com que a política imigratória, a partir da década de 30, passasse a estar inserida dentro de um contexto que buscava o desenvolvimento do país em seus diversos setores e, o imigrante passaria a ser uma peça fundamental tanto para o branqueamento da população brasileira como para o progresso industrial (DEBASTIANE, 2018).

Uma breve reconstrução histórica das migrações no Brasil permite entender a dinâmica econômica e a penetração do capitalismo em âmbito nacional: as migrações rurais-urbanas, a industrialização, a reestruturação produtiva, o processo de urbanização, como também as motivações eugênicas e o projeto de selecionar as pessoas que seriam adequadas para compor a sociedade brasileira. (BAENINGER, 2012)

Com o fim da escravidão e a consequente desorganização momentânea do sistema de mão de obra, uma série de esforços foi feita no sentido de atrair imigrantes, sobretudo europeus, para o Brasil. (...) Grandemente destinado ao campo – à formação de núcleos coloniais nos estados do Sul e em especial às fazendas de café na Região Sudeste - esse, contingente de imigrantes acabaria absorvido pela dinâmica das cidades que cresciam e ofereciam empregos e serviços.

Entre 1877 e 1903, cerca de 71 mil imigrantes entraram por ano no Brasil, sendo 58,5% provenientes da Itália. Entre 1904 e 1930, o número chegou a 79 mil, com os portugueses alcançando 37% do total de entradas. Em 1908, aportaria aqui a primeira leva de imigrantes japoneses, radicalizando ainda mais a babel de culturas que afluía ao país. E, se as origens eram muitas, em comum havia o desejo se ‘fazer a América’. (SCHWARCZ; STARLIN. 2015, p. 323)

A construção do Estado brasileiro e da identidade nacional, orientadas por princípios de integração, são colocadas em perspectiva quando essa integração política

depende da assimilação de diferentes comunidades ético-culturais. Quando o princípio de uma Nação é a concepção de uma unicidade em torno de uma identidade, a imigração pode ser um fator de desequilíbrio na construção nacional:

É essa autocompreensão ético-política da nação que é afetada pela imigração, pois a corrente de imigrantes altera a composição da população também do ponto de vista ético-cultural. Por isso surge a questão de se o desejo pela imigração não encontra seus limites no direito de uma coletividade política de manter intacta sua forma de vida político-cultural. Sob a premissa de que a ordem do Estado, configurada como um todo autônomo, está impregnada em termos éticos, o direito à autodeterminação não inclui o direito de uma nação autoafirmar sua identidade em relação a imigrantes que poderiam redefinir a forma de vida política-cultural amadurecida ao longo da história? (HABERMAS, 2018 p.379)

### **1.1 A legislação imigratória brasileira**

O Brasil foi um dos países que se envolveu na realocação dos indivíduos do pós-guerra, porém não se tratava exclusivamente do desejo de contribuir para a solução de um problema humanitário, mas havia muito interesse na formação profissional desses imigrantes para o plano de política interna brasileira (SALLES, 2007). Por isso é interessante traçar um panorama do que guiou o desenvolvimento dessa política de seleção nos anos anteriores. No intuito de compreender como se configurou a política governamental brasileira dos anos do pós-guerra, no que tange à imigração, é necessário destacar alguns pontos relevantes das primeiras manifestações de uma política migratória para entender como o governo se comprometeu com a vinda de pessoas de outros países e quais foram os incentivos para a vinda ao Brasil.

Segundo Bastos e Salles (2014, p.153), a imigração europeia para o Brasil pode ser dividida em quatro momentos principais: o primeiro, sendo o mais longo, que foi até o ano de 1906; o segundo, de 1906 até 1914; o terceiro, até o fim do Estado Novo (1945), e o quarto, do pós-Segunda Guerra Mundial (1946) até os dias atuais.

O fim do tráfico de escravos (1850) e, posteriormente, a Lei do Ventre Livre (1871), juntamente com o crescimento dos movimentos abolicionistas, anunciavam que o fim da escravidão era uma questão de tempo. Concomitantemente a lavoura cafeeira passava a demandar cada vez mais mão de obra (DEBASTIANI, 2018).

Imigrantes de várias etnias vieram ao Brasil a partir de propagandas organizadas pelo governo na Europa. Nesse sistema, os imigrantes eram contratados, preferencialmente em grupos familiares, e trazidos para as fazendas de café, principalmente para o interior de São Paulo. A viagem e o transporte eram financiados

pelo próprio fazendeiro, o que acabou gerando o endividamento de muitos imigrantes, porque eles precisavam pagar ao fazendeiro pelos custos de sua vinda. Ainda assim essa propaganda foi exitosa devido ao grande contingente populacional pobre que muitas vezes passava fome e vivia em dificuldades na Europa. (SANTOS, 2015)

De 1880 até os anos 1930, a sociedade brasileira dinamizou-se muito. A nova configuração social representava o resultado imediato do crescimento geral da população combinado com a política agressiva de incentivo à imigração estrangeira. Para completar, já na década de 1910 se observou um acelerado processo de substituição de importações - implementado durante a Primeira Guerra Mundial e no final desta – o qual, unido à crise da agricultura, levou a que cidades e indústrias ganhassem importância renovada no cenário nacional. (SCHWARCZ; STARLIN. 2015, p. 325)

A política imigratória brasileira, ao longo dos anos, buscou incentivar a vinda de imigrantes para o país, como mão de obra, e como fator primordial para a composição racial da população brasileira cuja preferência era o imigrante branco europeu (DEBASTIANI, 2018). No século XIX, havia a preocupação em exercer certo controle daqueles que entravam no país e com o início do governo Vargas, o Estado intervencionista passou a endurecer cada vez mais as restrições aos imigrantes através de legislação específica.

Em termos de restrições aos deslocamentos populacionais, pode-se mencionar as barreiras político-institucionais, expressas em políticas migratórias restritivas ao ingresso de imigrantes segundo suas qualificações, e com limitações temporais à permanência, bem como barreiras culturais e ideológicas, com o migrante representado como inferior, indesejável ou ameaçador à segurança e ao bem-estar das sociedades de imigração. (PÓVOA, 2007)

A legislação brasileira, desde pelo menos o início da República, já estabelecia normas para a política imigratória, vide o decreto nº 528 de 28 de junho de 1890, cujo Art. 1º diz:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas. (BRASIL, 1890)

É possível perceber que a regulamentação dava indícios de que a elite política, à época, comungava com ideais racistas indicando “tipos” desejáveis para compor a identidade brasileira (SCHWARCZ, 1993). Ao mesmo tempo em que se enxergava o potencial de desenvolvimento econômico e demográfico do país a partir da imigração, o ideal de branqueamento da população já se delineava no governo republicano (SEYFERTH, 2000; CARNEIRO, 2003).

O objetivo não era apenas carrear imigrantes para substituir diretamente os



escravos nas lavouras ou criar núcleos de povoamento com funções específicas de ocupação e defesa. Havia um propósito mais ambicioso de superação do trabalho compulsório e, conseqüentemente, de formação de uma nova sociedade espelhada nos padrões europeus, na qual a contribuição dos imigrantes seria fundamental (DEBASTIANE, 2017 p.7).

Os modelos deterministas raciais foram bastante populares no Brasil no início do século XX, até chegarem com força aos anos 1930, durante o governo Vargas, época de intenso debate político e ideológico (SCHWARCZ, 1993). O modelo racial serviria para explicar as diferenças e as hierarquias existentes, porém a positivação da mestiçagem surgiu como estratégia para fazer desaparecer as raças consideradas “inferiores” através da imigração europeia seletiva (SILVA, 2013).

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a política migratória passou a ser nitidamente mais restritiva (CARNEIRO, 2001), a exemplo do Decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, que justifica a proibição de entrada de estrangeiros de terceira classe (BRASIL, 1930) por considerar que “uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança nacional” (RUSEISHVILI, 2020 p. 135).

Desde então, as medidas passaram a ser cada vez mais seletivas para a entrada de imigrantes, sobretudo a partir de 1934. Nesse ano, promulga-se o decreto nº 24.215, de 9 de maio de 1934, que introduz um maior controle sobre a entrada de estrangeiros no Brasil, mencionando pela primeira expressamente uma etnia específica na lista apontada como imigrante indesejados: os ciganos. A exemplo dos Estados Unidos, há uma distribuição de cotas por nacionalidade e uma diminuição das cartas de chamadas, que eram enviadas aos consulados dos países emissores (KOIFMAN, 2002; SALLES, 2007).

Vargas baixou o Decreto n. 24.215, regulamentado pelo Decreto n. 24.258, que classificou os estrangeiros como ‘imigrantes’ e ‘não imigrantes’. Era considerado imigrante ‘todo estrangeiro que pretendesse, vindo para o Brasil, nele permanecer por mais de 30 dias, com o intuito de exercer sua atividade em qualquer profissão lícita e lucrativa que lhe assegurasse a subsistência própria e a dos que vivessem sob sua dependência’. Na categoria incluíam-se agricultores e técnicos contratados. Os estrangeiros que não eram considerados imigrantes eram o ‘não agricultor’ que transferisse capitais para o Brasil, os antigos residentes, os cônjuges, filhos menores etc. Também eram ‘não imigrantes’ os funcionários diplomáticos, seus empregados, turistas e outros.

Pelo Artigo 4º do Decreto no 24.258 instituía-se a ‘carta de chamada’: ‘uma autorização de livre embarque e desembarque em território nacional’, fornecida pela polícia ao imigrante que, mediante apresentação ao consulado brasileiro, obtinha o visto no passaporte. O documento deveria ser requerido por um parente do imigrante ou fazendeiro ou firma que o contratasse, devendo o requerente satisfazer a uma série de exigências. (SALLES, 2007, pp.184-210)

Para compreender o fluxo migratório em direção ao Brasil nesta fase, é necessário destacar as simpatias e aproximações de Getúlio Vargas aos regimes totalitários e ao posterior envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial (CARNEIRO, 2001). Além disso, na política interna havia rivalidades e disputas institucionais entre os ministérios que influenciavam, de maneira decisiva, na produção de regulamentação sobre estrangeiros, especialmente entre Francisco Campos, no Ministério da Justiça, e Oswaldo Aranha, no Ministério das Relações Exteriores (KOIFMAN, 2012).

A fim de melhor entender o quadro burocrático que lidava com as questões dos imigrantes é interessante apontar como ele era composto, uma vez que a produção dessas leis de nacionalização e de repressão aos estrangeiros, promovida pelo governo Vargas, atingiria seu auge com o Estado Novo, incluindo a expulsão e deportação dos que eram contrários ao regime, a ponto de Francisco Campos, o Ministro da Justiça, defender que tais medidas formavam um “magnífico” corpo de leis nacionalizadoras do Estado Novo para o bem do país (SILVA, 2013).

Nação não é apenas número e espaço; é preciso organizar o número e articular o espaço, por forma a dar à Nação o sentimento de que ela constitui um só corpo e uma só vontade. Fora dos quadros estabelecidos pela técnica do Estado Novo, não há solução para o problema social e político do Brasil, a menos que uma nação possa viver e realizar seu destino dentro de um constante estado de desassossego, de desordem e de insegurança, sobrepondo aos valores permanentes, condição da vida coletiva, os valores efêmeros, fundados no capricho e na mobilidade humana. (CAMPOS, 2001 p. 199-200)

Durante este período, a burocracia administrativa ao redor de Vargas era formada por um grupo de intelectuais que passariam a atuar não só no mundo das ideias, mas também na prática política, e estavam preocupados em redesenhar os processos políticos advindos da Revolução de 30, com base em ideias racistas e seletivas no que diz respeito ao “tipo” de imigrante que seria aceito no Brasil (CARNEIRO, 2001).

O pensamento destes intelectuais - que ocupariam cargos importantes e estratégicos para a imigração, fundamentalmente durante o Estado Novo (1937-1945) - era um pensamento voltado para homogeneização da população, para eugenia das raças e para imigração seletiva. (CARNEIRO, 2001).

Este grupo que sustentava o conceito de homogeneidade racial, proposto pela eugenia, teve um papel importante na divulgação desses valores, uma vez que fazia parte da administração de instituições de controle migratório no governo Vargas. O grupo era composto por intelectuais como: Francisco José de Oliveira Vianna, Francisco Luís da Silva Campos, Dulphe Pinheiro Machado, Ernani Reis e Antônio José de Azevedo

Amaral (CARNEIRO, 2001), entre outros.

Em 1932 o decreto n° 20.917 estabelecia restrições à imigração e é uma renovação do decreto 19.482 de 12 de dezembro de 1930, pois este havia estabelecido um ano de vigência. A preocupação era, sobretudo, com o desemprego nas cidades e a formação étnico-cultural do país. Como escrito no texto dos decretos n. 24.215 de 9 de maio de 1934 e n. 24.258 de 16 de maio de 1934, a “desorganização do trabalho demandava a intervenção do Estado em favor dos trabalhadores”. Isso demonstra que tal postura é uma continuidade da posição política de estabelecer restrições aos estrangeiros.

(...) em 24 de maio de 1934, depois de uma campanha memorável, foi aprovada por 146 contra 41 votos, uma emenda única, restritiva, criando o regime de quotas no país, e cuja redação final, tal como foi aprovada no art. 121 da Carta de 16 de julho de 1934, foi a seguinte:

§ 6º A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo porém a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil, durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena”(NEIVA, 1945 p. 53).

A partir de 1937, a questão migratória passou a lidar com o problema da entrada de refugiados europeus, especialmente os judeus, ainda que estes não fossem os únicos, porém o termo refugiado passou a ser frequentemente associado aos judeus por esses burocratas que ocupavam os cargos mais importantes na decisão sobre a entrada de estrangeiros, em particular no Conselho de Imigração e Colonização – CIC (KOIFMAN, 2002). O auge da centralização política e da ação intervencionista do Estado em relação à questão imigratória se configurou com a promulgação do Decreto-Lei n.406 de 04 de Maio de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros em território nacional, como também regulamentava o Conselho de Imigração e Colonização. (DEBASTIANE, 2018)

Criado em fins de 1938, pela época da conferência de Munich, o Conselho de Imigração e Colonização, depois dos esforços que fizera em 1939 para negociar tratados bilaterais de imigração com vários países, tivera praticamente de suspender suas atividades no setor de imigração, em consequência da interrupção dos transportes marítimos intercontinentais oriunda da guerra, que estalara em setembro de 1939, e assim não pudera cumprir sua finalidade específica, qual a de conduzir para o Brasil bons contingentes imigratórios. Esperava o término da guerra, mergulhado numa atividade de rotina, desesperante na sua esterilidade, e pelo desuso as próprias peças de organização iam, aos poucos, se enferrujando. Houve atividade nos setores de fiscalização, como por exemplo os serviços de registro de estrangeiros, e de colonização interna, nas grandes colônias nacionais; mas, pelas próprias circunstâncias da situação internacional, nada fora possível fazer na parte referente à imigração, desde 1939 a 1945. (NEIVA, 1949 p. 13)

Em 1938, foram editados o Decreto-Lei n. 392, de 27 de abril de 1938, que regulava a expulsão de estrangeiros, e o Decreto-Lei n.406, de 04 de maio de 1938, que criava a primeira delegacia migratória brasileira - a Delegacia de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros (KOIFMAN, 2012) e foi regulamentado pelo decreto n.3.010 de 20 de agosto de 1938. Esse último decreto também criou o CIC, órgão supraministerial subordinado diretamente ao Presidente da República, tendo atribuições relacionadas ao controle de entrada de estrangeiros, assim como a supervisão das comunidades de imigrantes que já habitavam o país.

É importante ressaltar que o CIC contava com funcionários que não eram exclusivos do Conselho, e cada componente, então, acumulava seus cargos com os postos que ocupavam nos respectivos ministérios, o que os transformava, até certo ponto, em porta-vozes dos seus chefes ministeriais (KOIFMAN,2002). Assim, Ernani Reis representava Francisco Campos, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI); Dulphe Pinheiro Machado a Waldemar Falcão, do Ministério do Trabalho; João Carlos Muniz representava Oswaldo Aranha, do Ministério das Relações Exteriores (MRE - Itamaraty); e Arthur Hehl Neiva representava o Chefe do Departamento de Polícia do Distrito Federal, Filinto Muller. Francisco José de Oliveira Vianna, exercia o cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho e foi um dos principais idealizadores do CIC, ainda que não fosse membro. O CIC procurava conceder participação aos ministérios que queriam opinar sobre a questão migratória, decidindo de forma colegiada e por consenso (SILVA, 2013).

Cabe destacar que a seleção e restrição dos imigrantes sofreram influências do pensamento autoritário de diversos intelectuais, dentre eles Oliveira Vianna e Francisco Campos. Vianna esteve presente no projeto de organização do CIC, e também na presidência da comissão para elaborar o anteprojeto de reforma das leis de entrada de estrangeiros. Já Campos foi responsável pela criação do Decreto-Lei n.3.175 de 1941, que restringia a imigração e se mostrou contra a livre imigração de qualquer nacionalidade, inclusiva a de portugueses (DESBASTIANE, 2018). Estes e outros intelectuais apresentaram conclusões a respeito das correntes imigratórias indesejáveis ao país em artigos na Revista de Imigração e Colonização - RIC.

As propostas debatidas e as medidas tomadas ao longo da existência do CIC (e da RIC) corroboravam a ideia de que o Brasil era um imenso vazio à espera da ocupação por

correntes migratórias europeias, qualificadas dentro dos critérios elegíveis de raça, para a constituição da própria nacionalidade brasileira. E com uma atuação extremamente seletiva em seus despachos e análises, eles buscavam atrair determinados grupos étnicos em detrimento de outros. (KOIFMAN, 2012).

No Brasil, a legislação, com tendência restritiva, passou por várias etapas de que os anos marcantes são 1922 (lei dos indesejáveis), 1924 (regulamento estabelecendo cartas de chamada, 1930 e 1932 (suspensão da imigração por causa da crise), 1934 (quota imigratória na Constituição e leis e regulamentos restritivos),etc.”

“Em 1937, na Conferencia de Santiago, as tendências da moderna imigração, que vinham sendo elaboradas desde 1921, cristalizaram-se no conceito de migração colonizadora, então proposto, e em virtude do qual ficaram definitivamente associados os dois problemas básicos da imigração e da colonização, numa entidade única sintética, na qual se reconhece a formulação efetiva e concreta da fundamental mudança de caráter entre a imigração antiga, da primeira fase, e a da época moderna. Essa mudança de caráter é o fenômeno mais marcante da atual situação migratória no mundo. A imigração espontânea, passou a ser dirigida. Isto não quer dizer que não haja hoje imigração espontânea; é claro que ela existe, mas a sua importância decresceu de muito em relação à dirigida. (CPDOC, AHN, s/d p.2)

Durante o Estado Novo, o CIC e o Ministério das Relações Exteriores trabalhavam para que a entrada de estrangeiros no país fosse a mais regulada possível. Estima-se que foram editadas pelo Ministério das Relações Exteriores e enviadas para as representações diplomáticas no exterior, em torno de 50 circulares que tratavam da entrada de estrangeiros no país, sendo que 12 delas tratavam especificamente dos refugiados judeus. (KOIFMAN, 2002).

Com o advento da guerra, em 1939, era preciso pensar nos refugiados e como seria gerida essa questão. O debate em torno da entrada dos refugiados veio com a elaboração do Decreto-lei 3.175 de 7 de abril de 1941. Esse decreto foi preparado por Francisco Campos e sua equipe e, a partir de então, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) passou a ter completo controle sobre a entrada dos estrangeiros no Brasil. Esse decreto-lei foi publicado com o objetivo principal de fechar as fronteiras do Brasil, especialmente para refugiados e pessoas consideradas indesejáveis em razão de características consideradas congênitas. (KOIFMAN, 2012).

Em junho de 1940 o Exército alemão invadiu a França, que desde a ascensão do nazismo em 1933 e nos anos subsequentes – especialmente o início da Segunda Guerra Mundial – recebeu um contingente expressivo de milhares de refugiados oriundos de diferentes nações europeias. Um grupo grande de refugiados passou a buscar, de forma mais intensa e desesperada, refúgio fora da Europa, fazendo aumentar a pressão por permissões de entrada para o Brasil. (KOIFMAN, 2012 p.174)

Ao mesmo tempo que o governo criava mais mecanismos para proibir, limitar e favorecer a imigração de acordo com os interesses nacionais, no cenário internacional o

país começava a ganhar projeção em grupos de nações associadas aos organismos internacionais de migração/imigração – como a ANUAR e a OIR.

Essa inserção no cenário internacional contribuiu para a criação e/ou incremento de mecanismos (legais e institucionais) de suporte para a recepção desses novos refugiados.

Após a guerra, a questão dos refugiados no continente europeu não havia sido satisfatoriamente resolvida. A constituição do regime internacional sobre refugiados surgia com base em autointeresses mútuos perseguidos pelos Estados ocidentais, que buscaram a cooperação internacional para administrar esses movimentos migratórios. Mas também foi fortemente permeada por diferentes visões acerca desse problema e, principalmente, pelos interesses que orientavam o embate ideológico e político entre as duas superpotências (URSS e EUA), em meio à incipiente Guerra Fria (MOREIRA, 2012 P. 55-56)

Este é o fio condutor que leva até o momento do pós-guerra. Durante a administração de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), até mesmo em função da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, grupos de refugiados poderiam ser recepcionados no Brasil, após seleção prévia do governo, pela nova orientação de política externa em torno do realinhamento brasileiro a favor dos vencedores da guerra (SILVA, 2013).

Mesmo com essa certa flexibilização que favorecia a imigração dos desejados, em termos gerais a legislação migratória ainda era discriminatória e seletiva. O Decreto-lei n. 7.967, de 1945, estimulava a chegada de imigrantes orientada segundo a “necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência europeia” (Artigo 2º do Decreto)<sup>4</sup> e guiava-se “pela dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e desenvolver a imigração que for fator de progresso para o país” (BRASIL, 1945).

A admissão dos deslocados de guerra no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, era amparada na nova legislação migratória adotada em 1945. O decreto-lei n. 7.967, de 27 de agosto de 1945, encerrou o período do rígido controle do fluxo imigratório para o país, praticado desde 1941. No período da guerra, a entrada de estrangeiros ao Brasil era condicionada à obtenção de visto junto às autoridades consulares no exterior, que, por sua vez, eram obrigadas a seguir restrições criadas pelo Ministério da Justiça para obstruir a vinda dos refugiados europeus, sobretudo, judeus. Nesse contexto, a lei de 1945 reabria a possibilidade de imigração espontânea e previa enquadramento legal para a vinda dos refugiados da pós-guerra. Apesar disso, a nova legislação manteve os princípios securitários da política migratória, já que preservava o sistema de

---

<sup>4</sup> “Art. 46, Decreto lei n 7.967, de 18 de setembro de 1945: colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais”. CPDOC AHN/Neiva, “A Imigração e questões conexas no panorama brasileiro”.

cotas nacionais idealizado em 1934 (BRASIL, 1934a; BRASIL, 1938) e expressava o desejo de “atender à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e desenvolver a imigração que for fator de progresso para o país” (BRASIL, 1945). A legislação manteve a regulamentação de entrada dos estrangeiros no país por meio de vistos, desta vez de duas modalidades: temporários e permanentes. De acordo com o artigo 9 do capítulo 1 do título 1, o visto permanente era destinado aos estrangeiros que “estiverem em condições de permanecer definitivamente no Brasil e nele pretenderem fixar-se”, respeitando, contudo, a cota nacional de 2 por cento ao ano. Já os imigrantes “dirigidos”, recebiam o visto permanente especial, que não previa a aplicação da cota nacional, mas submetia o candidato à “prévia seleção e classificação pela autoridade competente”. (RUSEISHVILI, 2020 p.133)

A retomada do processo migratório pós-Segunda Guerra esteve ligada com a exclusão e a intolerância produzidas durante o conflito mundial na Europa, mas por outro lado, a imigração de deslocados e refugiados de guerra apontava para a inserção dos movimentos migratórios na nova configuração econômica que marcaria as relações internacionais no pós-guerra: a do projeto de internacionalização da economia brasileira (SILVA, 2013).

A imigração para o Brasil a partir de 1945 passou a ser dirigida e feita a partir de critérios que explicam o posicionamento político brasileiro na época: a imigração tinha um valor que ia além do humanitarismo, pois também se preocupava em satisfazer os interesses brasileiros. Essa visão foi desenvolvida ao longo das décadas anteriores a fim de justificar a seleção dos deslocados nos campos ocupados pelos países aliados na Europa. A nova lei migratória continuava determinando o acolhimento do imigrante estrangeiro a partir de pilares como o desenvolvimento econômico do país, a formação étnica do povo brasileiro e a segurança nacional. (RUSEISHVILI, 2020), como descrito no “Art. 2, Cap. 1.: “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1945).”

Desta maneira, a legislação resgatava o dualismo de interesses nesse tipo de migração: ao mesmo tempo que os imigrantes e refugiados qualificados eram fundamentais para o desenvolvimento industrial devido aos processos de industrialização e urbanização, eles também contribuíam para o trabalho na lavoura, que passava pelos processos de modernização e diversificação, o que requeria agricultores com maior conhecimento técnico (MOREIRA, 2012).

Após mais de dez anos de restrição à imigração, os refugiados do pós-guerra

constituíam os imigrantes parcialmente (uma vez que necessitavam seleção prévia) autorizados a ingressar, para estimular não só o desenvolvimento socioeconômico como também étnico do país. Do ponto de vista econômico, a política imigratória brasileira procurava atrair indivíduos cuja ocupação ou especialidade “correspondesse às necessidades do país na produção agrícola e especialização técnica industrial e do ponto de vista étnico visava-se, preferencialmente, aqueles cujas afinidades étnicas com o povo brasileiro favoreceriam a integração rápida no território” (MOREIRA, 2012 p. 79)

Havia, portanto, uma convergência entre fatores de interesse internacional, ligados às questões humanitárias e às diretrizes de política externa em torno do alinhamento ocidental, e de interesse interno, atrelados ao desenvolvimento socioeconômico e cultural nacional. Nesse sentido, contava “não só o interesse técnico e econômico da imigração desejada pelo Brasil, mas também o lado humanitário, no que se refere ao transporte de determinadas categorias de pessoas” (MORERIA, 2012 p.71).

## **1.2 Aspectos da Eugenia**

A vinda de europeus para o continente americano produziu debates intensos sobre direitos de naturalização e cidadania. O presente trabalho não pretende aprofundar-se sobre a natureza política do Estado-nação e do nacionalismo, porém é preciso notar que o princípio do nacionalismo vinculou a identidade nacional a uma comunidade de cultura, língua, raça, etnia, entre outros critérios de forte apelo simbólico. (SEYFERTH, 2008)

Nesse sentido, a construção do “nacionalismo étnico” (HOBBSAWN, 1990), na segunda metade do século XIX pode ser associado à crescente relevância do conceito de raça, inclusive no campo das ciências sociais e ao considerável aumento da migração geográfica. A eugenia de conteúdo racial influenciou as políticas imigratórias na maioria dos países ocidentais, desde seu aparecimento, como ciência dedicada ao controle de populações. Os movimentos eugenistas, formados por políticos, médicos, antropólogos e outros cientistas, foram mais comuns após o desfecho da Primeira Guerra Mundial. (SEYFERTH, 2008)

A ciência da genética, na primeira metade do século XX, estava se desenvolvendo e, junto a ela, a eugenia, que foi um movimento social e científico organizado em torno da crença de que o melhoramento “racial” das populações nacionais poderia resolver problemas sociais e econômicos. O movimento se espalhou pelos mais diversos países, inclusive no Brasil (BRAVO, 2014).



A “tropicalização” dos fundamentos da eugenia europeia foi um movimento necessário para adaptação à realidade brasileira, que era muito miscigenada. As teorias eugênicas no Brasil visavam a regenerar a população através da mestiçagem que levasse ao branqueamento da população. (KOIFMAN, 2012)

No Brasil, a eugenia nasceu associada ao movimento sanitarista e higienista, mas na virada da década de 1920 houve rupturas a respeito da política dos corpos. De acordo com o pensamento de Foucault (2008), o poder exercido pela gestão dos corpos e que trata da gestão da vida, a partir da biopolítica e do biopoder, foi utilizada como uma política de fronteira para conter a imigração daqueles que eram consideradas indesejáveis. Desta forma, a fronteira pode ser pensada como um dispositivo de inclusão diferencial, que opera a partir da filtragem, seleção e canalização dos indivíduos ou grupos de indivíduos na sua passagem.

(...) as coisas não devem de forma nenhuma ser compreendidas como a substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade de disciplina e, mais tarde, de uma sociedade de disciplina por uma sociedade, digamos, de governo. Temos, de fato, um triângulo – soberania, disciplina e gestão governamental, - uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008 p. 142)

Segundo Ruseishvili (2020, p.131), a fronteira se transformou em um instrumento prioritário da regulação da população a partir do sistema de cotas nacionais, uma vez que o processo de seleção e a diferenciação hierárquica foram utilizados para satisfazer as necessidades econômicas e políticas dos Estados e dos mercados.

O uso dos conceitos desenvolvidos pelos estudos migratórios críticos como ferramentas analíticas para analisar a biopolítica eugênica brasileira permite perceber a maneira pela qual a fronteira assume formas específicas determinadas pela governamentalidade em diversos regimes de mobilidade atuais e históricos (RUSEISHVILI, 2020 P. 132).

Sendo assim, dois nomes principais e que dividiram o debate na época foram Roquette Pinto e Renato Kehl. Enquanto o primeiro era a favor da miscigenação, Kehl era contra a miscigenação e contra a imigração e ainda acreditava que o Brasil deveria estabelecer leis de segregação racial e a proibição de casamentos inter-raciais. (DE SOUZA, 2016)

A “teoria do branqueamento” pretendia solucionar o impasse que era a construção de uma nação civilizada cujo povo era composto por muitos índios, negros e mestiços, e tinha em Oliveira Vianna um dos seus principais idealizadores. Assim, a resposta para

esse problema do povo brasileiro seria a entrada de grandes contingentes de imigrantes brancos e muita miscigenação, pois depois de algumas gerações a população se tornaria cada vez mais branca, eliminando as “raças inferiores” e constituindo o utópico “tipo brasileiro”. Daí porque a seleção de estrangeiros deveria obedecer a essa demanda de branqueamento (DEBASTIANE, 2018).

Essas teses que se baseavam na desigualdade das raças, reforçando que os brancos europeus eram superiores aos demais povos estavam em evidência e constituiriam o que viria a ser denominado de teses eugenistas. Essas teses ganharam muita força na política da primeira metade do século XX e seus desdobramentos podem ser sentidos na administração de Vargas (SEYFERTH, 2000; SCHWARCZ, 1993).

Em síntese, tanto a Sociologia como a Antropologia podem sustentar a tese de que, em nome de uma alegada unidade nacional, há, incrustada no modelo pluriétnico brasileiro, uma política de identidade nacional que desestimula e bloqueia eventuais tentativas de preservação de alteridades étnicas ou raciais. A expectativa dessa política, com forte apoio da população, é de que um dia, no futuro, o estrangeiro deva se transformar em nacional; o não-branco (amarelo e negro) deve se metamorfosear em branco; o índio, em civilizado. Todos devem ser reduzidos, unicamente, à categoria de brasileiro, sem adjetivações. (PEREIRA, 2000 p.10)

No caso brasileiro, o projeto governamental da primeira metade do século XX, incluía, em termos gerais, um ideal de branqueamento da sociedade nacional ao longo das gerações, pela mestiçagem. Adaptando-se as teses eugenistas à realidade brasileira, acreditava-se que os imigrantes tinham um papel estratégico ao contribuir para o branqueamento do país através de um processo de assimilação (SCHWARCZ, 1993; SEYFERTH, 2000; KOIFMAN, 2012) e, portanto, havia a restrição aos imigrantes de determinadas etnias.

Havia parâmetros gerais de integração válidos para os grupos étnicos que variavam pelas peculiaridades raciais e culturais do grupo e pelo projeto de como pertencer a nova sociedade. Segundo Pereira (2000, p.9) havia a existência de “duas vontades” nesse processo, social e politicamente construídas, que se convergem: primeiro a “vontade” do país em receber e, em segundo lugar, a “vontade” do grupo em ser recebido.

De um lado, o porquê da imigração, as normas, os valores, as ideias, a filosofia e as práticas jurídico-políticas definem o *ethos* da sociedade receptora e, de outro lado, há o projeto do grupo migrante, que inclui desde os motivos que o trouxeram à nova terra até as suas metas de fixação ao novo ambiente, desde as suas aspirações sociais até a sua própria autoimagem étnica, que responde pelo etnocentrismo graduador do alcance e do tipo de relacionamento do grupo

com o povo que o acolhe. (PEREIRA, 2000 p.9)

Portanto, é imprescindível destacar que a preferência por determinado tipo de imigração europeia em detrimento da negra e indígena nesse projeto sob a justificativa já mencionada de que a assimilação não garante o branqueamento. (KOIFMAN, 2012).

No início da República, o próprio texto da Constituição de 1891 versava sobre a preferência de imigrantes, incentivando especialmente aqueles que comungavam da cultura latina (italianos, espanhóis, portugueses). Isto corrobora a visão de que a questão racial estava de fato presente no projeto das autoridades políticas da época (SALLES, 2007).

(...) O Brasil foi o único país latino-americano a participar do I Congresso Internacional das Raças em julho de 1911, e enviou para Londres o então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista de Lacerda. Por lá, o cientista apresentou um artigo intitulado 'Sur les Métis au Brésil', com conclusões insofismáveis: 'É lógico supor que na entrada do novo século os mestiços terão desaparecido no Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós'. O texto apostava, a partir de argumentos biológicos e sociais, num futuro branco e pacífico, com os negros e mestiços desaparecendo para dar lugar a uma civilização ordenada e crescentemente branqueada. Porém, a tese do cientista seria recebida de maneira pessimista no país, mas não pelos motivos que podemos imaginar. Ao contrário, julgava-se que um século era tempo demais para que o Brasil se tornasse definitivamente branco. (SCHWARCZ; STARLING, 2015 P.343)

O quadro "A redenção de Cam" de Modesto Brocos, 1895, retrata a teoria de que em três gerações a população brasileira embranqueceria. A pintura é um retrato de família em três gerações: a avó negra, a mãe "mulata" que carrega um bebê branco no colo e o suposto pai da criança, também branco. A tela pode ser traduzida em termos do "darwinismo social" e imprimindo-lhe o conceito de "evolução" da espécie promotora do embranquecimento. A brancura, nesse contexto, era associada à ideia de perfeição. (LOTIERZO, 2013)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Para uma análise aprofundada da obra e das teorias raciais ver LOTIERZO, Tatiana Helena Pinto. *Contornos do (in) visível: A Redenção de Cam, racismos e estética na pintura brasileira do último Oitocentos*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2013.



*Figura 1 Quadro A redenção de Cam, Modesto Brocos y Gomes. 1895*

De acordo com Seyferth, 2002:

(...) sem qualquer referência à cor, os escravos são desqualificados como ‘trabalhadores estúpidos’, ‘brutos’ e ‘precários’; a escravidão e o que se chama de ‘falta absoluta de medidas permanentes e dignas de confiança’ (isto é, uma legislação favorável ao imigrante) são apresentados como os verdadeiros impedimentos ao progresso da imigração. O discurso dos estrangeiros interessados na colonização, portanto, é o mesmo dos representantes mais notáveis do imigrantismo brasileiro que, junto com a escravidão, desqualificam a população negra e mestiça do país, na adjetivação estigmatizante do trabalho escravo. Pode ser observada certa diversidade na preferência por uma ou outra nacionalidade europeia e eventuais alusões à população indígena e às possibilidades de “civilização” do povo liberto (principalmente quando o assunto é a emancipação dos escravos), atenuando-se a irredutibilidade da interiorização dos trabalhadores nacionais a partir da estigmatização absoluta das correntes migratórias indesejáveis. (SEYFERTH, 2002 p.123)

A tropicalização dos ideais eugenistas e a grande diferença entre a eugenia dos EUA e Europa da brasileira é que os outros países acreditavam que a miscigenação produzia degenerescência, mas aqui o projeto era justamente de “fusão” para o melhoramento da população (DE SOUZA, 2016). Essa discussão marcou o I Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, a partir do debate de temas relacionados ao aperfeiçoamento das gerações futuras e à higiene e saúde. (SEYFERTH, 2008) Roquette Pinto, antropólogo e presidente desse congresso previa um país cada vez mais branco: em

2012 teríamos uma população composta de 80% de brancos e 20% de mestiços; nenhum negro, nenhum índio. (SCHWARCZ; STARLING, 2015)

Desta maneira, a imigração devia ser olhada sob o ponto de vista dos interesses da raça e da segurança política e social do país e, por isso, exigia seleção rigorosa. Nação e formação do povo estão implícitas nesse discurso eugenista, assim como a preocupação com a miscigenação. Por isso, havia grande preocupação por parte dos eugenistas com a vinda de indesejáveis que podia produzir a miscigenação inadequada como minorias enquistadas, trazendo prejuízo à formação nacional. (SEYFERTH, 2008)

Segundo Seyferth (2008) a imigração sempre suscitou posicionamentos contraditórios, em qualquer época, porque ao mesmo tempo em que ela é considerada necessária e até mesmo instrumento de civilização na consolidação do Estado, pode ser convertida em problema ou perigo nos períodos de crise, ou produzir sentimentos de xenofobia quando referenciada à nação.

A Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, é um momento em que ocorreram mudanças tanto na política como na economia e sociedade. Sua ascensão possibilitou uma centralização das decisões políticas no Poder Executivo, com grandes esforços para diminuir a autonomia dos Estados, e isso incluiu a política migratória. O Governo de Vargas se caracterizou pelo forte intervencionismo em diversos setores da sociedade, incentivo ao desenvolvimento do Brasil, promovendo a industrialização, bem como foi um período marcado pelo autoritarismo e pelo nacionalismo (SILVA, 2013).

No início de seu governo, Vargas adotou medidas de restrição à imigração, primeiro com um decreto de 12 de dezembro de 1930, cujo objetivo era limitar a entrada de passageiros estrangeiros da terceira classe de navios, favorecendo aqueles que já eram domiciliados no país, aos trabalhadores especializados cuja entrada fosse solicitada pelo Ministério do Trabalho (cartas de chamada) ou trabalhadores agricultores que tivessem famílias regulares constituídas (SILVA, 2013).

Os intelectuais que influenciaram o campo político com esses ideais foram especialmente Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Gustavo Barroso e Alceu Amoroso Lima. Segundo esses intelectuais, havia raças superiores e inferiores. Os mestiços eram considerados inferiores, logo a presença do sangue negro era uma influência negativa e, portanto, havia necessidade de controlar a imigração, incentivando a entrada de elementos arianos (DEBASTIANI, 2018).

Havia o receio da formação de "quistos" a partir da imigração especialmente de japoneses e alemães, pois eram considerados inassimiláveis e, portanto, esses grupos

contrariavam o desejo de nacionalização. A discussão sobre as regras para imigração foi realizada na Constituinte de 1933-1934. Os chamados “estranhos” ou “estrangeiros” são assumidos como desviantes do padrão que caracterizaria as populações tradicionais dos territórios nacionais (POVOA, 2007). Desse modo, a imigração não poderia ocorrer de forma espontânea, mas era necessária uma seleção rigorosa que permitisse ao Brasil alcançar o objetivo de ser um país desenvolvido e moderno.

Tais ideias encontraram acolhida no projeto varguista de construção de uma identidade nacional, influenciando leis e decretos. Foi o caso da Constituição de 1934, quando se estabeleceram cotas de imigração. (BRAVO, 2014). Esse regime de cotas surgiu sob o argumento de preservar o país de uma imigração desordenada e prejudicial à sua formação étnica, cultural e social.

A retórica expressamente racista da inferioridade racial dos não-brancos foi mascarada na década de 1930 por um eufemismo da “formação nacional”, ancorada na noção do *melting pot*, o caldeamento das raças, que se tornou o conceito hegemônico na elite política do Estado Novo. O conceito, que migrou ao Brasil dos Estados Unidos, onde foi amplamente desenvolvido pela escola sociológica americana, representava a sociedade brasileira como uma fusão inédita de três raças: europeia (com predominância do elemento latino), indígena e africana. Amparados nas teorias antropométricas, os defensores do caldeamento acreditavam que a influência do elemento negro na sociedade brasileira devia ser limitada e que o objetivo da política populacional do Brasil moderno devia ser o estímulo à vinda do elemento branco a fim de elevar a “qualidade” étnica da nação. (RUSEISHVILI, 2020 p.134)

Durante o Estado Novo, as discussões sobre política imigratória acirraram-se a partir de um grande aparato de controle de estrangeiros baseado nas mesmas noções de raça e miscigenação que embasaram a tese do branqueamento, esta tese sendo considerada adequada para a formação do povo brasileiro. (KOIFMAN, 2012)

As cotas permaneceram no texto constitucional de 1937, com a mesma definição: 2% sobre o volume de entrada de cada nacionalidade entre 1884 e 1934 - favorecendo os “latinos” pois os maiores fluxos vieram da Itália, Portugal e Espanha. A manutenção das cotas e a criação do Conselho de Imigração e Colonização como órgão regulador, foram justificadas pela necessidade de garantir ao país uma “imigração dirigida”, conforme registra o Manual do Estrangeiro então sancionado. Através dela o governo pretendia impor o encaminhamento técnico e científico das correntes imigratórias “para uma colonização racional, observadas as questões de etnologia, concentração, assimilação, bem como as condições de ordem política, social e moral”. Logo depois, em 1938, o termo imigrante foi substituído por “permanente” e este devia ser preferencialmente agricultor.. (SEYFERTH, 2008 p.14)

Um importante veículo de debate e divulgação das ideias partilhadas pelas elites do governo Vargas foi a Revista de Imigração e Colonização, criada em 1940 pelo Conselho de Imigração e Colonização. Os pensadores da RIC eram convidados pelo CIC a publicarem seus artigos no periódico. Eram todos homens relacionados a questões de

terra, povoamento, colonização, imigração, demografia, ou seja, a elite intelectual do Estado Novo. (PERES, 1997; DEBASTIANE, 2018).

Como a RIC era escrita pela elite do governo Vargas, ou seja, homens que concordavam com a política imposta pelo Governo, o conteúdo da revista, em sua maioria, revelava a defesa de uma política imigratória restritiva e seletiva, apontando quais correntes imigratórias eram desejáveis para o processo de branqueamento da população brasileira e quais eram indesejáveis ao país (DEBASTIANE, 2018).

“A ideia de raça influenciou o pensamento social brasileiro, sendo debatida, inclusive, por altos funcionários públicos e políticos voltados para o “problema imigratório”, em grande parte vinculado à miscigenação. Nem todos os cientistas dedicados ao estudo das raças humanas aceitaram o pressuposto da desigualdade biológica, uma noção que predominou na era do imperialismo, reforçada pelo evolucionismo social. A “ciência das raças” classificou a humanidade em “tipos”, arbitrando certas características fenotípicas por suas frequências em diferentes grupos humanos; algumas correntes que usaram esse princípio classificatório - caso da eugenia e do darwinismo social, por exemplo - acreditavam que a diversidade humana era produzida pela desigualdade das raças, e isso permitia localizar os brancos civilizados no topo da hierarquia e, em geral, os negros “bárbaros” em aproximação com os grandes macacos antropóides, na base.” (SEYFERTH, 2008 p.10)

É importante destacar que essas práticas racistas conviviam com a ideia de que o Brasil era um país sem conflitos e preconceitos, em que todos viviam em harmonia. A expressão máxima disso se encontra no mito da “democracia racial”, que surge no cenário nacional dos anos 30, e é reforçada com a publicação de Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre (BRAVO, 2014).

O Brasil usou sua imagem de assimilação racial para ser um destino potencial para as pessoas refugiadas no pós-guerra, mas na prática o discurso racista deixou marcas na escolha dos indivíduos. O discurso oficial e científico acerca do imigrante ideal se fez, principalmente durante esse período, fundamentado na ideia de assimilação e fusibilidade (CARNEIRO, 2018).

“Nessa linha de interpretação, a alegada receptividade histórica da sociedade brasileira em relação ao “outro” é cientificamente captada como uma tríplice e histórica vocação da sociedade nacional em anular o “diferente”. Assim, tipologicamente a sociedade pluriétnica brasileira foi conceituada como *integracionista* no plano estrutural ou social, *assimilacionista* no plano cultural e *miscigenacionista* no plano biológico. Esse modelo tem como componente uma indistigável preocupação de eliminar os “diferentes”, através de múltiplos recursos de pressão e de persuasão, que vão desde a coação moral e psicológica até a repressão política e policial.” (PEREIRA, 2000 P.9)

A Segunda Guerra Mundial refletiu-se em vários planos da vida nacional, tendo, entre outras coisas, estimulado o processo de urbanização da população brasileira, que já

começara a ganhar ênfase nos começos da década de 30. Com relação ao processo migratório, o conflito mundial impactou o fluxo migratório estrangeiro e a sua posterior retomada mais dentro de uma política tida como humanista onde o país abre suas portas, de maneira limitada, a excedentes populacionais de nações que haviam sofrido diretamente a experiência da guerra, especialmente os deslocados (PEREIRA, 2000).

Além de influenciar o fluxo migratório, a Segunda Guerra Mundial afetou a vida dos imigrantes e seus descendentes radicados no país. O cenário pós-guerra abriu debates sobre dois caminhos para a política imigratória: deveria ser privilegiado o núcleo agrícola ou o urbano? (PEREIRA, 2000).

A resposta à essa pergunta estava presente no debate político, que divergia sobre quais tipos de imigrante deveriam ser priorizados no processo de seleção com a imigração dirigida. Não apenas a questão racial era importante, mas também a modernização e os rumos que o país estava tomando com a industrialização, pois segundo Schwarcz e Starling (2015 p. 386) “o Brasil ia saindo do Estado Novo profundamente mestiçado em suas crenças e costumes, mas internalizando um racismo mal disfarçado e uma hierarquia social arraigada na intimidade que pareciam prescindir da lei para se afirmar.”

### **1.3 Mão de obra e industrialização**

Desde o seu início, o processo de imigração apresentou características distintas. Pelo grande número de áreas não ocupadas no sul do país, ali se instalou um modelo de imigração baseado na pequena propriedade. Seja por iniciativa do governo ou por fazendeiros, a terra era vendida a prazo, em lotes de vinte a vinte e cinco hectares geralmente distribuídos ao longo de hidrovias. No entanto, essas propriedades estavam muito isoladas e seus novos habitantes sofriam com ataques de indígenas, maus-tratos por parte da população local e dificuldades de comércio. Até 1900, o governo federal financiou de 63% a 80% de ingresso dos imigrantes e foi só a partir da virada do século, com a entrada de espanhóis e portugueses em São Paulo, que a imigração com subsídio privado passou a ser estabelecida por conta da intensificação das atividades urbano-indústrias. (SCHWARCZ; STARLING, 2015)

(...) se o objetivo inicial da política de imigrantista era chamar população estrangeira para engrossar o trabalho na lavoura rural, com a crise da agricultura e o crescimento urbano, boa parte desse contingente deslocou-se para as cidades, atraído não só pelas novas oportunidades como também pelas especializações profissionais que traziam na bagagem. Além de camponeses, entraram no país pedreiros, padeiros, sapateiros e pequenos comerciantes – diversificando o quadro de serviços urbanos. (SCHWARCZ; STARLING, 2015 p. 326)



O período da Primeira Guerra resultou em uma crise da economia agrário-exportadora, motivada pelas contínuas secas e flutuação no preço do café. Ao mesmo tempo, com a entrada da população imigrante e o desenvolvimento urbano que se acelerou após o fim da Primeira Guerra Mundial, tomou força um grupo de profissionais liberais, desvinculado da grande lavoura. Além do mais, o processo de “substituição de importações”, ocorrido durante o contexto da guerra, levaria à expansão do pequeno comércio e da pequena indústria, e com ele ao aumento do contingente de comerciantes, artesãos e industriais de menor porte (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Depois da Revolução de 30, o regime Vargas levou em frente um projeto de modernização que trouxe tanto a construção do Estado como da Nação para um primeiro plano. Diversificar a agricultura, aumentar as exportações e estimular a produção industrial eram orientações da política econômica governamental, iniciada no pós-1930 e aprofundada em 1937, que correspondiam a esses anseios de modernização. (OLIVEIRA, 2013)

Sob o aspecto socioeconômico, o Estado Novo representou uma aliança burocrática civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização, por considerar que ele era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares, porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional; os industriais, porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado. (FAUSTO, 2011. p 201)

Ao final do Estado Novo debatia-se sobre quais seriam os rumos da economia brasileira. As discussões giravam em torno de que política econômica poderia ser considerada mais adequada para o pós-guerra que já era esperado. (CORSI, 1995). A imigração dirigida para o Brasil passava também pelo interesse de desenvolvimento nacional a partir da industrialização que se mostrava crescente, especialmente, no estado de São Paulo.

A articulação de uma imigração voltada para a colonização divergia da articulação de um outro tipo de imigração, que se voltava para uma mão de obra mais técnica que fosse capaz de desenvolver as atividades que a industrialização demandava. Segundo Neiva (1945a), havia interesse em reverter as indústrias de guerra em indústrias de paz, fomentando novos mercados para os produtos industriais básicos destinados a auxiliar tecnicamente a colonização de áreas até agora pouco aproveitadas economicamente.

A industrialização brasileira se iniciou por volta de 1840, quando as novas fábricas demandaram mão de obra operária – especialmente na construção civil e ferroviária. A partir da década de 1860, com o aparecimento das tecelagens de algodão, a indústria foi se concentrar cada vez mais na Região Centro-Sul do país e, de 1880 em diante, já se notavam índices de aceleração no desenvolvimento industrial, acompanhado por uma demanda crescente de mão de obra: entre 1880 e 1884, foram abertas 150 novas fábricas; em 1907, esse número saltou para 3410, e em 1929, 13336 novos estabelecimentos absorviam um total de 245512 operários. A base social dessa classe operária vinha das migrações inter-regionais e, a partir dos anos 1860, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, era originária também de mão de obra imigrante, sobretudo italiana. Durante esse período, São Paulo consolidou sua vocação como centro industrial, ancorou o processo de industrialização, nomeadamente na indústria têxtil e, fortaleceu a presença estrangeira na base social da força de trabalho fabril – em 1912, 60% dos operários têxteis de São Paulo eram italianos e vinham principalmente de Nápoles, Vêneto, Sicília e Calábria (SCHWARCZ; STARLING, 2015 p. 335).

Vale ressaltar que, segundo Bauman (2017), a colonização dessas áreas, que eram consideradas vazias, fazem parte de um projeto do Estado de dar um novo uso e significado a esses espaços.

“Não existem no planeta terras desocupadas, livres para a colonização. Além disso, não há terras que possam ser imaginadas e tratadas como tal por aspirantes a colonizadores ostentando um poder grande o suficiente para forçá-las a se abrir aos recém-chegados que expurgam sua população nativa.” (BAUMAN, 2017 p.72)

O plano da imigração dirigida era suprir também essas necessidades, trazendo mão de obra qualificada que pudesse ocupar esses “espaços” vazios, tanto na colonização quando na industrialização. Neste ponto é interessante destacar o plano de imigração para a industrialização, pois isso revela o entendimento do pensamento econômico e político para essa classe no período. Segundo destaca Aquino (2010), as demandas industriais passam a constituir-se como um projeto de nação, ajudando na elaboração político-intelectual com a ideia de progresso e povoamento do interior pela industrialização.

Em oposição aos interesses dos agroexportadores, o projeto de industrialização começou a ganhar espaço na década de 1920, quando foi criada a primeira representação corporativa, a FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, fundada por Roberto Simonsen e Francisco Matarazzo, em 1928, mas foi nos anos 1940 que o setor industrial conseguiu mais espaço para atuação nos congressos econômicos do final do Governo Vargas (AQUINO, 2010 p.63).

Os interesses econômicos divergiam nesse contexto de crise. Os que defendiam o liberalismo econômico criticavam o excesso de intervenção do Estado na economia, e os setores ligados à industrialização estavam insatisfeitos com o espaço que tinham para formulação de políticas econômicas, pois achavam que este era muito pequeno e os

incapacitava de enfrentar eficazmente os problemas que impediam o crescimento da economia (CORSI, 1995).

Em 1943, a economia começou a apresentar sinais de melhoras, depois do período de relativa estagnação que durou de 1939 a 1942. Neste mesmo ano realizou-se o I Congresso Brasileiro de Economia<sup>6</sup>, organizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). A realização desse Congresso permitiu que o setor industrialista conseguisse articular o seu projeto de desenvolvimento para o Brasil. Ele tinha por objetivo discutir o futuro da economia brasileira e a política econômica mais adequada para o país (CORSI, 1995). O projeto de industrialização também era o do Governo Vargas e de sua elite burocrática e política.

No Congresso foi discutida a colonização industrial do interior, planejamento econômico, questão agrária, organização do trabalho, matriz energética entre outros temas. Para Neiva não havia dúvida de que era preciso acelerar o povoamento do Brasil. Para tal, ele acreditava ser importante delinear os modos como esse povoamento seria feito, pois ele temia que houvesse um liberalismo exacerbado, confirmando as tendências apresentadas na Conferência do Trabalho de 1937. Nesse evento, o Sr. Yasuto Shudo<sup>7</sup> havia apresentado as seguintes propostas: liberdade para o comércio de matérias primas e artigos manufaturados, igualdade de tratamento para os nativos e estrangeiros quanto à exploração e aquisição de matérias-primas nas regiões incultas, liberdade para enviar técnicos e trabalhadores especializados para a necessária exploração de matérias primas (NEIVA, 1945a).

Aceitar tais propostas, na visão de Neiva colocaria os Estados Soberanos no mesmo plano das colônias e territórios sob mandato, onde está em vigor esta mesma política. Segundo ele, é indispensável que o Brasil se povoe, com cooperação internacional se preciso, mas não à custa dos seus direitos soberanos, permitindo o estabelecimento de condições que conduziram a uma civilização de *plantation*.

É sabido que existe uma relação entre a densidade demográfica e o estágio de evolução econômica atingido pelo país em causa. Quando a densidade demográfica é de 0 a 10 por habitantes por quilômetro quadrado a região pode atingir, no máximo, um grau de desenvolvimento econômico pastoril. De 10 a 30 ou 40 (esses limites, sendo obtidos pela observação, podem permitir flutuações mais ou menos acentuadas) já o país está em condições de atingir o estágio agro-manual em economia. De 30 ou 40 a 70 ou 80 o estágio

---

<sup>6</sup> No dia 21 de novembro de 1943, Artur Hehl Neiva participou desse congresso e apresentou um estudo de 123 páginas intitulado “O problema imigratório brasileiro”.

<sup>7</sup> Sr. Yasuto Shudo era adido comercial do Japão e representava os interesses do país na Conferência Internacional do Trabalho realizada em 1937, na cidade de Genebra.

correspondente é o agro-mecânico, e só uma densidade superior a 80 permite a instalação do estágio industrial. Estas cifras são americanas; servem, entretanto como base de raciocínio. Portanto se o Brasil deseja industrializar-se, convém orientar sua política imigratória tendo em vista como ponto de partida, até que sejam realizadas pesquisas correspondentes em nosso país, as cifras acima apontadas. Ainda uma vez isto exigiria um planejamento adequado, tendente provavelmente a, mesmo utilizando migrações internas para o efeito de poder diluir a concentração de imigrantes estrangeiros de uma só nacionalidade, provocar deslocamento de população de algumas zonas para outras (NEIVA, 1945a p.111).

Os conceitos de Abdelmalek Sayad ajudam a pensar a construção do Estado brasileiro e suas políticas especialmente a partir do processo de imigração. Segundo esse autor o processo tem razão de ser quando o imigrante se constitui como força de trabalho, “afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele.” (SAYAD, 1998 p.55). A posição defendida por Neiva quanto à imigração semita corrobora o conceito de Sayad:

Sou, e sempre fui, favorável à imigração semita, e neste sentido me tenho constantemente manifestado no Conselho de Imigração e Colonização a que me honro pertencer. Está claro que essas afirmativas nunca devem ser absolutas; mas não compreendo porque o Brasil, nesta questão de imigração semita, não faz o mesmo que a Turquia, ao mandar à Europa Central, especialmente a Alemanha, um representante de seu governo, com amplos poderes para selecionar, entre os semitas dispostos a emigrar para a Turquia, aqueles que fossem úteis ao país. O resultado dessa política foi o considerável crescimento e desenvolvimento da indústria turca, a partir de 1934, quando o governo turco elaborou um plano quinquenal para industrialização do país, completado por outro, para indústrias mineiras e eletrificação, em fevereiro de 1936. (NEIVA, 1945b p. 54)

Segundo Póvoa (2008 p.395) “o diagnóstico do imigrante como ‘excedente inassimilável’ pela economia, ou como ônus social e político, representa clara ruptura quanto a um passado de políticas ativas para atração e inserção de trabalhadores estrangeiros”. Desta maneira pode-se dizer que o papel das metrópoles na transformação e nas relações sociais e de trabalho no país acabam influenciando no espaço, mais que reformando-o, transformando-o, deslocando-o, mas entendendo que o fenômeno caracteriza um movimento social participativo, isto é, um movimento de construção do espaço (MARTINS, 2011).

De acordo com Martins “a industrialização em moldes capitalistas está longe de ser um processo espontâneo, promovido exclusivamente pelo espírito de iniciativa de empreendedores inovadores” (MARTINS, 2011 p.298). Ela é fruto de arranjos institucionais que permitem, de um lado, acelerar a acumulação do capital e, do outro,

encaminhar o excedente acumulável às empresas, que incorporam os novos métodos industriais de produção. Isso permite que a análise de Sayad seja melhor compreendida a partir da migração e seus mecanismos:

Para ele, não se pode pensar em migração como um mecanismo de condicionantes homogêneos, inseridos em um sistema de classes que enfrentam a mobilidade para gerar lucro às empresas destinadas no futuro, a transformarem esses migrantes em excluídos sociais. Muito menos ao fato de que a visão da problemática da migração seja algo a ser sanado e tratado no espaço em que este se encontra. A migração vai muito além das ideologias de uma determinada classe, ela se insere na concepção do Estado enquanto produtor de políticas que auxiliam mecanismos de poder (considerando que todo poder é político) no espaço, seja para as migrações internas quanto para as internacionais. A ordem da migração (ordem da emigração e ordem da imigração) e a ordem nacional, estão substancialmente ligadas uma à outra. E se não podemos falar de uma sem falar da outra, não é devido a algum jogo fácil da dialética da identidade e da alteridade – o nacional só existiria por oposição ao seu contrário ou, ao menos, na presença de seu contrário, o não nacional - , e sim porque a imigração e seu duplo, a emigração, são o lugar em que se realiza praticamente, no modo da experiência, o confronto com a ordem nacional, ou seja, com a distinção entre nacional e não-nacional. [...] Sabemos muito bem o quanto esta definição, que relaciona imigrante e estrangeiro, é arbitrária, no sentido de que vale apenas no limite (...) quando o imigrante (no sentido social do termo) é também e ao mesmo tempo um estrangeiro (no sentido jurídico ou nacional do termo). (MARTINS, 2011 p.304)

A imigração e a emigração, para Sayad (1998), são dois fenômenos interligados que se estabelecem nos acordos concluídos entre os países de emigração e os países de imigração, sobre o modo como são recrutados os emigrantes e como serão tratados mais tarde enquanto imigrantes.

Todo o processo que se forma de uma relação de alteridade se firma nas políticas que englobam o ser migrante no espaço e no tempo. Para entender o migrante, não só o processo social dos grupos de trabalho e essa necessidade da migração pelo trabalho é que têm de ser vistos, mas toda sua trajetória como sujeito no mundo. (SAYAD, 1998; MARTINS, 2011). Desta forma é importante ressaltar que o país não teria se desenvolvido e industrializado sem os benefícios trazidos pela mão de obra imigrante.<sup>8</sup>

Os imigrantes foram fundamentais para o desenvolvimento econômico brasileiro. A nova etapa econômica de substituição de importações 1930-1956 ampliou o setor urbano, com o início do processo industrialização. Os investimentos urbanos e industriais são oriundos do excedente gerado pela acumulação cafeeira (BAENINGER, 2012).

A economia industrial a partir de 1930 trouxe novos padrões de urbanização,

---

<sup>8</sup> É essencial destacar que, apesar de não ser parte do presente trabalho a mão de obra de migrantes internos também foi fundamental nesse processo: “Assim, mesmo com menor intensidade e circunscritas a espaços limitados, a mobilidade interna – configuradas como modalidades migratórias advindas do tipo/etapa – esteve presente também, explicando, inclusive, a ampliação da malha urbana brasileira, em especial fora da região dominada pelo núcleo econômico dinâmico do café.” (BAENINGER, 2012 p.23)

através da integração econômica, do intercâmbio entre as regiões e do desenvolvimento do mercado nacional. Os planos de desenvolvimento industrial exigiram a unificação do mercado e sua articulação. (BAENINGER, 2012). Na verdade, novos processos e fluxos migratórios ocorreram no Brasil, em especial no Pós-Segunda Guerra, a partir de diferentes condicionantes, nacionalidades e características.

A Tabela 1 indica a entrada de imigrantes na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo<sup>9</sup> no período de 1930 a 1959. Os portugueses eram a maioria, seguidos pelos japoneses, italianos, alemães, espanhóis e outras nacionalidades.

*Tabela 1 Entrada de Imigrantes Internacionais, Nacionalidades e População Total  
Brasil, 1930-1959*

| <b>Período</b>   | <b>Total de Entradas de Imigrantes Estrangeiros</b> | <b>Portugueses</b> | <b>Japoneses</b> | <b>Italianos</b> | <b>Alemães</b> | <b>Espanhóis</b> | <b>Outros</b> |
|------------------|-----------------------------------------------------|--------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|---------------|
| <b>1930-1939</b> | 332.768                                             | 102.743            | 99.222           | 22.170           | 27.497         | 12.746           | 68.390        |
| <b>1940-1949</b> | 111.085                                             | 45.604             | 2.828            | 15.819           | 6.807          | 4.702            | 38.325        |
| <b>1950-1959</b> | 583.587                                             | 241.579            | 33.593           | 91.931           | 16.643         | 94.693           | 104.629       |

<sup>9</sup> “Inaugurada em 1887, a Hospedaria de Imigrantes foi a primeira morada paulistana de milhares de estrangeiros e brasileiros de outros estados que escolheram viver em São Paulo. Suas principais funções eram acolher e encaminhar os imigrantes aos novos empregos. Para isso, o prédio contava com a Agência Oficial de Colocação e Trabalho. Além de alojamento, disponibilizava farmácia, laboratório, hospital, correios, lavanderia, cozinha e setores de assistência médica e odontológica. Especialmente na década de 1930, a Hospedaria passou a acolher também trabalhadores migrantes de outros estados brasileiros. Na década de 1970, perdeu sua função original e em 1978 encerrou suas atividades. Em seus 91 anos de funcionamento, a Hospedaria abrigou cerca de 2,5 milhões de pessoas de mais de 70 nacionalidades, origens e etnias. Desde o seu fechamento, a Hospedaria de Imigrantes passou por um processo de transformação, tornando-se patrimônio público e importante ícone da história do Estado, da cidade de São Paulo e também do Brasil. Em 1982, ocorreu o tombamento do edifício pelo Condephaat, e no ano de 1986 foi criado o Centro Histórico do Imigrante. Já em 1991, o prédio passou pelo tombamento do órgão municipal Conpresp, logo depois foi criado o Museu da Imigração (1993). Tornou-se Memorial do Imigrante em 1998 e, finalmente, a renomeação para Museu da Imigração (2011).” MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020.

|              |           |         |         |         |        |         |         |
|--------------|-----------|---------|---------|---------|--------|---------|---------|
| <b>Total</b> | 1.030.440 | 389.926 | 135.643 | 129.920 | 50.947 | 112.141 | 211.344 |
|--------------|-----------|---------|---------|---------|--------|---------|---------|

Fonte: Adaptado de BAENINGER, 2012

A tabela 2 mostra um recorte do pós-guerra, quando a migração já estava sendo retomada e, mesmo com registro de volumes menores, a entrada de imigrantes revela um novo contexto internacional marcado pelos traumas do conflito, pelo processo de industrialização e urbanização do país. O saldo migratório internacional para o período 1940-1950 foi de mais de 100 mil imigrantes, em especial em direção ao Sudeste.

Com os registros de imigrantes da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, é possível verificar, para o período do pós-Guerra, a entrada mais expressiva de imigrantes gregos e poloneses, por exemplo, em torno de 5 mil cada naquele estado, bem como a entrada dos apátridas, refugiados da guerra e sem identificação entre 1947-1960. (Tabela 2)

O período do imediato pós-guerra e os critérios para a seleção dos imigrantes que vieram para o Brasil vai ser trabalhado nos próximos capítulos.

*Tabela 2 Principais nacionalidades dos Imigrantes Internacionais registrados na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo 1947-1960*

| <b>Período</b>   | <b>Italiana</b> | <b>Espanhola</b> | <b>Japonesa</b> | <b>Grega</b> | <b>Polonesa</b> | <b>Sem Identificação</b> | <b>Apátrida</b> |
|------------------|-----------------|------------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------------------|-----------------|
| <b>1947-1950</b> | 269             | 17               | 11              | 47           | 4.716           | 3.399                    | 1.538           |
| <b>1951-1955</b> | 27.592          | 175              | 1.239           | 1.870        | 2               | 80                       | 1.361           |
| <b>1956-1960</b> | 12.297          | 5.487            | 1.184           | 2.547        | 14              | 172                      | 405             |
| <b>Total</b>     | 40.158          | 5.679            | 2.434           | 4.464        | 4.732           | 3.651                    | 3.304           |

Fonte: Adaptado de BAENINGER, 2012

O período pós-Segunda Guerra Mundial revelou uma dinâmica de novos fluxos migratórios para o Brasil e especialmente para o estado de São Paulo, particularmente no que diz respeito à inserção de trabalhadores considerados como mão de obra qualificada, oriundos da Europa e do Japão, em resposta ao crescimento da demanda por esse tipo de

trabalhadores para a indústria e a agricultura, que se modernizavam. (SALLES et al. 2013)

De acordo com o Departamento de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (*Revista de Imigração e Colonização*, 1950) do total geral de entradas de imigrantes “deslocados” no Brasil (22 009), 11 079 dirigiram-se a São Paulo, ou seja, aproximadamente 51%. Depois de São Paulo, o estado que mais os recebeu foi o Paraná, com 4. 606, quase 21% do total para o Brasil, seguido do Rio Grande do Sul, com 2 160, 8,8%; Distrito Federal, com 1 705, 7,7%; Goiás, 852, 3,8%, Santa Catarina, 760, 3,4%; Rio de Janeiro, 553, 2,5%; Minas Gerais, 463, 2,1%; Bahia, 386, 1,7%, e em seguida, em números ínfimos, menores do que 12, ou seja, 0,05% do total, os estados do Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Acre, Rio Grande do Norte e Sergipe, juntos.” ( SALLES et al. 2013 p. 7-8)

Nesse contexto, portanto, modalidades migratórias rurais e urbanas já se faziam presentes, mesmo que esta última de maneira mais tímida, na formação inicial da sociedade industrial brasileira. Destaque-se entre os anos 1940-1960, a migração rumo às fronteiras agrícolas que ocorreu em direção ao interior do país e estabeleceu a ocupação populacional das regiões Centro-Oeste e Norte, e a migração industrial que ocorreu em direção ao Sudeste. A industrialização e seus resultados foram os principais responsáveis por uma redefinição da relação campo e cidade. (BAENINGER, 2012). Esses elementos construtivos da sociedade brasileira do pós-guerra formam a base para a investigação da Missão Neiva que ocorreu nos anos de 1946-47.

É importante ressaltar a discussão sobre a necessidade de mão de obra levantada por Andrade (2006). Segundo o autor, essa necessidade era considerada a principal razão que motivava o acolhimento de refugiados e de deslocados de guerra provenientes dos acampamentos na Europa segundo a OIR, “mas os países de reassentamento realmente sofriam de uma escassez de mão de obra? Os países de reassentamento estavam inspirados tão-somente por razões egoístas, visando tão-somente o recrutamento de mão de obra?” (ANDRADE, 2006 p.233).

O Brasil foi influenciado pela política de reassentamento dos Estados Unidos que, segundo seu Comitê, foi criada com fins humanitários, um dos primeiros países a tomar a iniciativa positiva de interesse pelos PDs. Nos anos de 1946, o Brasil submeteu uma proposta de projeto de reassentamento de 35.000 refugiados e deslocados de guerra, que poderiam ser recebidos em 1947 e que poderiam ser divididos entre: trabalhadores rurais, trabalhadores da indústria e técnicos. Os países latino-americanos, em geral, tinham a necessidade dessa mão de obra e esse parece ser o principal interesse nos refugiados.



(ANDRADE, 2006)

Sendo assim, duas condições guiaram a política de reassentamento: a necessidade de mão de obra especializada para a região industrial, especialmente de São Paulo, e para colonizar as regiões menos desenvolvidas e povoadas do país (ANDRADE, 2006). Ter a possibilidade de acessar essa mão de obra, fez com que o Brasil tomasse a iniciativa de regulamentar, de forma flexível, os aspectos jurídicos da imigração que permitissem a entrada desses indivíduos, destacando que eles também precisariam ser adequados aos requisitos eugênicos da época.

## CAPÍTULO 2 – IMIGRAÇÃO DIRIGIDA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA

### *Barco sem rumo*

*Há muitos anos,  
no fim da última guerra,  
mais para o ano de 1945,  
diziam os jornais de um navio fantasma  
percorrendo os mares e procurando um porto.  
Sua única identificação:  
– drapejava no alto mastro uma bandeira branca.  
Levava sua carga humana.  
Salvados de guerra e de uma só raça.  
Incerto e sem destino,  
todos os portos se negaram a recebê-lo.  
Acompanhando pelo noticiário do tempo  
o drama daquele barco,  
mentalmente e emocionalmente  
eu arvorava em cada porto do meu País  
uma bandeira de Paz  
e escrevia em letras de diamantes:  
Desce aqui.  
Aceita esta bandeira que te acolhe fraterna e amiga.  
Convive com o meu povo pobre.  
Compreende e procura ser compreendido.  
Come com ele o pão da fraternidade  
e bebe a água pura da esperança.  
Aguarda tempos novos para todos.  
Não subestimes nossa ignorância e pobreza.  
Aceita com humildade o que te oferecemos:  
terra generosa e trabalho fácil.  
Reparte com quem te recebe  
teu saber milenar,  
Judeu, meu irmão.  
Cora Coralina<sup>10</sup>*

---

<sup>10</sup> CORALINA, Cora. Meu livro de cordel. São Paulo: Global Editora, 2012.

O poema de Cora Coralina traz a temática da imigração forçada, que caracterizou a tônica das discussões de uma das consequências da Segunda Guerra Mundial: o que fazer com os deslocados de guerra? Essa situação despertou a necessidade de efetivar medidas humanitárias para com os que se encontravam em situação de vulnerabilidade visto que muitos haviam sido prisioneiros de guerra e de campos de concentração, escravos, trabalhadores estrangeiros forçados, etc.

O Brasil foi um dos países que participou das articulações de auxílio para restabelecimento desses indivíduos e também se dispôs em acolhê-los junto à política nacional de imigração a partir da atuação do Conselho de Imigração e Colonização. Desse trabalho especialmente participou o conselheiro Artur Hehl Neiva, que foi um dos responsáveis por visitar as zonas ocupadas da Alemanha pelos EUA e a Inglaterra e elaborar junto ao Conselho uma política de recepção desses refugiados.

Artur Hehl Neiva foi membro do CIC e figura influente nos debates sobre imigração da época, autor de inúmeros artigos sobre imigração, colonização e demografia, e do livro "Deslocados de guerra. A verdade sobre sua seleção", publicado em 1949, que é fonte principal dessa dissertação. Esse capítulo visa, sem a pretensão de esgotar o assunto, apresentar brevemente sua trajetória política de Neiva e explorar a construção de seu pensamento político acerca da imigração dirigida.

Nesse trabalho, não há a intenção de traçar um estudo biográfico. No entanto, é importante trazer o pensamento de Bourdieu sobre a “Ilusão Biográfica” para ajudar a teorizar sobre a utilização dessa fonte. Conceitualmente Bourdieu define que a fonte de uma biografia pode ser assim entendida: “uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (BOURDIEU, 2006 p.183).

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. Como diz Allain Robbe-Grillet, ‘o advento do romance moderno está ligado precisamente a esta descoberta: o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisível, fora de propósito, aleatório’ (BOURDIEU, 2006 p. 185).

Portanto, é necessário que a vida seja vista como uma identidade totalizante do indivíduo e que o mundo e as várias “realidades” em que está inserido fazem com que o narrador se torne um ideólogo de si mesmo, perdendo as multiplicidades na simplificação

da narrativa. Ao trazer o recorte da atuação política de Neiva, a intenção é pensar a análise dos acontecimentos como contextos que contribuem para uma visão complexa da vida e do mundo, buscando ver as conjunturas e as estruturas, os indivíduos e os grupos, o micro e o macro a fim de não simplificar a história de vida a uma visão linear e simples.

Além disso, o capítulo trará algumas críticas relevantes sobre a imigração dirigida, que dividia opiniões dentro do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) e da Revista de Imigração e Colonização (RIC) já que, como abordado no capítulo anterior, havia interesses políticos e econômicos conflitantes sobre os deslocados de guerra. Ao trazer alguns artigos da RIC é possível perceber as linhas de pensamento que divergiam e convergiam em torno da temática das PDs, assim como compreender o porquê das críticas ao trabalho realizado por Artur Hehl Neiva na seleção desses indivíduos que acabou resultando no seu pedido de demissão do CIC.

## **2.1 A figura política de Artur Hehl Neiva**

Segundo Chartier (1991, p.177), é por meio de práticas e representações em disputa que os indivíduos e os grupos compreendem e dão sentido ao mundo que é deles. Ao propor a apresentação de uma breve trajetória de Hehl Neiva, busca-se entender os grupos, as classes, as identidades, os modos, hábitos e condutas que fizeram parte desse ambiente social no qual ele estava inserido, para pensar a questão imigratória que era objeto de muita disputa.

Para compreender a trajetória política de Neiva é importante pensar que ele fez parte de uma geração de intelectuais e funcionários públicos que atuaram em diferentes postos de poder do país em um momento de transformações políticas e institucionais. Sendo assim, a sua trajetória individual revela a possibilidade de estudar essas mudanças a partir do prisma da narrativa individual. Segundo Avelar (2010, p.165), há três exemplos de “utilização de perspectivas narrativistas no estudo de trajetórias individuais” que ajudam a pensar a biografia e a história onde “os indivíduos não são vistos como entidades fechadas e com destinos marcados, mas como produtores de diversas identidades e mesmo subjetividades, não podendo ser enquadrados em sistemas sociais homogêneos cujas categorias foram definidas a priori pelo pesquisador”. O indivíduo passa a ser mais universal, plural, e por isso possibilita a leitura da sociedade por meio de sua biografia evidenciando as complexidades, os contextos e as múltiplas visões do seu mundo.

Artur Hehl Neiva nasceu em 9 de junho de 1909 no Rio de Janeiro, filho do médico e cientista baiano Artur Neiva e Justina Hehl Neiva. Hehl Neiva se formou em Engenharia pela Escola de Engenharia do Rio de Janeiro em 1934, e em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói em 1937. Entre os anos de 1930-1931, ocupou o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura de São Paulo (DEBASTIANI, 2018 p.37) e em 1931 foi Secretário da Interventoria da Bahia. Ainda em 1931, foi inspetor federal de ensino secundário, até 1937. Em 1932 assumiu o cargo de diretor de administração do Departamento Federal de Segurança Pública, onde ficou até 1942 e depois, de 1950-1951 (ABREU, 2010).

No ano de 1934 tornou-se membro da Comissão Interministerial de reforma da legislação imigratória e de elaboração das leis sobre entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros, iniciando uma trajetória ligada ao problema migratório que culminaria em sua participação como membro do Conselho de Imigração e Colonização entre 1938 e 1947 (MARQUES, 2019). Enquanto exercia seu cargo no CIC, ele era também diretor-geral de Expediente e Contabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal (KOIFMAN, 2012 p.172).

Entre 1942-1944, foi assistente responsável pelo setor de combustíveis e diretor da secretaria da Coordenação da Mobilização Econômica. Foi secretário-geral e várias vezes presidente em exercício da Fundação Brasil Central (1944-1948). Entre os anos de 1946 e 1947 foi vice-presidente e chefe da delegação brasileira de seleção de deslocados de guerra na Europa (ABREU, 2010).

Artur Neiva, pai de Artur Hehl Neiva, ao longo de sua vida também teve destaque na vida política brasileira, sendo nomeado por Getúlio Vargas como interventor federal na Bahia. Foi deputado federal na Constituinte de 1933-1934, onde defendeu a entrada exclusiva de estrangeiros de raça branca no Brasil (DEBASTIANI, 2018 p.37), e da legislatura de 1934-1937, eleito pela Bahia. Logo, a família Neiva esteve, desde os primeiros tempos, envolvida nas discussões políticas sobre imigração (MARQUES, 2019 p.4). Neiva pai era também representante de uma geração de intelectuais que se dedicavam a pensar projetos de reforma da sociedade brasileira especialmente no tocante à eugenia. Defensor das políticas restritivas à imigração não-branca, ele era ativista da campanha antinipônica, por exemplo (DE SOUZA, 2009).

Arturzinho, como era tratado pelo pai, era assunto de cartas enviadas entre Artur Neiva e Monteiro Lobato nas quais o pai pedia conselhos ao amigo sobre a carreira do filho. Nas cartas há registro do envolvimento de ambos em campanhas públicas, posse de cargos institucionais, negócios, assim como assuntos mais pessoais como parceria para dividir sonhos, angústias e projetos. A relação de amizade entre Neiva pai e Lobato partia de admiração mútua e sentimento de confiança para discutir problemas nacionais e individuais (LEAL, 2020). Na carta que Neiva enviou a Monteiro Lobato em 26 de janeiro de 1924, ele demonstra preocupação com o desenvolvimento saudável do filho e faz uma projeção de progresso para o futuro de Arturzinho (LEAL, 2020, p.81):

O Arturzinho ia terminar os preparatórios este ano não permiti, pois ia acabar cedo demais. Falta-lhe apenas História Natural e tem 14 anos, embora com a educação física que lhe estou dando esteja já corpulento e mais alto do que eu. O ano passado teve um discípulo de aritmética que passou com boa nota no exame gramatical, este ano prepara um aluno para o Colégio Militar. Leva-me vantagem em tudo, até no trabalho, pois eu comecei a ganhar dinheiro aos 18 anos ele aos 13 (LEAL, 2020 p. 81)

Ao idealizar o futuro de Neiva filho, Monteiro Lobato e Neiva pai compartilharam diálogos sobre a modernização e industrialização americanas. Lobato enaltecia a independência econômica dos EUA em relação à Europa e o seu alto grau tecnológico adquirido pela industrialização a partir da década de 1930. Lobato, que estava morando nos EUA, demonstrava muito interesse em estudar os moldes do fordismo para investir na indústria metalúrgica e petrolífera. As cartas que ele escrevia ao amigo que estava no Brasil enaltecia o país norte-americano como um exemplo de cultura avançada, espírito jovem, em contraposição à Europa, que correlacionava com o atraso, a decrepitude e a inércia. Segundo Leal (2020, p.115), “não é por acaso que sugere a Neiva que o seu filho se americanize nos costumes e se torne um homem moderno segundo o perfil do *American Way of Life*:”

Acho ótima a sua ideia de americanizar o Arturzinho. Ele vencerá aqui, ao passo que na Alemanha terá de arcar com a sua quota de derrota ambiente (...). Não conheço o temperamento do seu filho. Mas se ele tem algo da abelha e admira a colmeia e é futurista, isto é, olha mais para frente que para trás ou para o presente, há de dar-se maravilhosamente bem aqui. Ou melhor, se é moço. Terra de mocidade, onde até o Rockfeller e o Ford são perfeitamente moços, quem nasceu moço encontra aqui a sua verdadeira pátria mental e moral. Mas se nasceu velho, se gosta de ficar com o olho parado num muro velho, e contemplar ruínas e ver lagartixas subindo sobre pedras limosas de um castelo onde em 1123 um conde normando matou um barão do Poitou, então que vá para a Europa. (LEAL, 2020 p. 116)

Segundo Leal (2020), Monteiro Lobato incentivou Artur Neiva a educar o seu filho no padrão norte-americano pois almejava para o jovem Artur Hehl um futuro grandioso nos Estados Unidos, na “terra de mocidade.” Lobato escreveu em 1929 que Arturzinho deveria ir para o Instituto de Metalurgia de Boston estudar com Mr. Smith<sup>11</sup>, pois seria uma oportunidade para o filho de seu amigo instruir-se com a maior autoridade do tema nos Estados Unidos, uma vez que Smith era a “alma metalúrgica da Ford Motor”.

Influenciado pelo pai, que ao longo de sua vida também teve destaque na vida política brasileira, Hehl Neiva contribuiu para pesquisas e discussões acerca da questão imigratória, ao longo de sua atuação política e intelectual, publicando diversas análises sobre os problemas sociais e econômicos do Brasil<sup>12</sup>, e enxergava a imigração como um viés modernizador e orientador para a política brasileira. (MARQUES, 2019 p.4) Essa visão teve influência de estudos de sociólogos dos EUA como Emilio Willems, por exemplo.

Neiva ainda participou das administrações das interventorias da Bahia e São Paulo, foi um dos integrantes administrativos da Fundação Brasil Central, membro das comissões interministeriais de reforma da legislação imigratória de 1934, participou da elaboração das leis sobre entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros de 1938, membro do Conselho de Imigração e Colonização (chegando inclusive à vice-presidência), chefe da delegação brasileira de seleção de deslocados de guerra na Europa, além de conselheiro do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) entre 1952 e 1956. Como se pode observar, teve uma circulação dentro da administração pública, dentre os quais ocupando postos de confiança e participando diretamente de discussões e promoções de leis que influenciavam diretamente a posição do Brasil face às migrações internacionais. (MARQUES, 2019 p.5)

Artur Hehl Neiva continuou o legado intelectual do pai, embora tenha trazido elementos novos para a argumentação eugênica clássica nos anos da Segunda Guerra.

Em 1939, Neiva apresentou ao CIC um relatório no qual defendia a liberação da vinda dos imigrantes de origem judaica ao Brasil. Neste texto, publicado em 1945 pela RIC, ele acreditava que era importante definir a formação racial do país. Tal postura

---

<sup>11</sup> “Willian C. Smith trabalhou no centro de siderurgia da Ford Motors, lecionava e pesquisava na Universidade de Detroit, era dono de uma empresa de consultoria para empresas siderúrgicas.” (LEAL, 2020 p.114)

<sup>12</sup> Base de dados do CPDOC, localizada no Acervo AHN: “autor de inúmeros artigos sobre imigração, colonização e demografia e do livro “Deslocados de guerra. A verdade sobre sua seleção”, publicado em 1949”.

explicita a sua compreensão da política migratória brasileira. cuja função principal é “definir a formação racial do país” (RUSEISHVILI, 2020).

Hehl Neiva também fez parte da Fundação Brasil Central junto com o presidente João Alberto de Lins e Barros, que também era membro do CIC. Criada pelo Decreto nº 5.878, de 4 de outubro de 1943, descrevia em seu primeiro artigo os objetivos da Fundação: “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental” (MARQUES, 2019). O segundo artigo mostra a subordinação da Expedição Roncador Xingu à própria fundação que tinha como uma de suas preocupações a necessidade de explorar e povoar o maciço central do Brasil. Tanto João Alberto de Lins e Barros quanto Artur Hehl Neiva participaram da criação da Fundação e esta, desde o início, acreditava que era necessário articular o problema da colonização dos interiores com as políticas imigratórias do país” (MAIA, 2012).

Sua atuação como membro do CIC voltou-se para o processo de colonização e o setor agrícola, mas também desejava promover e fortalecer outros ramos da economia, visando a modernização e o desenvolvimento dos setores industriais, com formações técnicas. Essa postura promoveu impacto em sua atividade como chefe de delegação dos refugiados de guerra nos campos da Europa, no período após o conflito, e que inclusive foi criticada pela suposta “má seleção” que levou a sua destituição do cargo (MARQUES, 2019 p.12).

Após deixar o cargo no CIC, Neiva continuou sua carreira como assessor da Presidência da República, entre os anos de 1951 e 1952. Logo depois, devido a sua vasta experiência com o tema, assumiu o posto de conselheiro do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) para a América Latina (1952-1956), e ainda: foi professor (1958-1966) e vice-diretor (1959-1963) da Escola de Sociologia e Política da PUC-RJ; secretário executivo da Comissão Fullbright no Brasil (1963-1967); organizador da 3ª seção, "Migrações Internas", da Conferência Mundial de População em Belgrado, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas-ONU (1965). Dois anos depois em 9 de outubro de 1967, Hehl Neiva veio a falecer no Rio de Janeiro (ABREU, 2010).

Desta maneira, pode-se afirmar que Neiva era membro de uma elite intelectual, que desempenhou altos cargos burocráticos, participou do CIC e da RIC, escreveu inúmeros artigos sobre o tema e, portanto, é importante situá-lo dentro do pensamento sobre imigração da época. Segundo ele, imigração pode ser caracterizada da seguinte



forma:

“A imigração é um fenômeno de dinâmica demográfica. Como qualquer fenômeno social, é extremamente complexo. Desdobra-se e ramifica-se em múltiplos aspectos, apresentando correlação com outros fenômenos e problemas paralelos, como por exemplo, os de colonização, aculturação, etc. de um modo geral, não consiste exclusivamente na introdução de imigrantes; este aspecto é apenas um dos elos da cadeia que, atualmente, começa nos entendimentos diplomáticos entres os governos dos países de emigração e os de imigração e que, continuando através de todo o mecanismo variado e complexo da seleção, embarque, transporte, recebimento, hospedagem, encaminhamento, colocação (urbana e rural), colonização (de vários tipos) e assimilação, compreendendo os fenômenos de aclimação, acomodação e aculturação, vai terminar no ato da naturalização, que, muitos anos depois, corresponde à integração jurídica definitiva do imigrante no seio da comunidade brasileira.(CPDOC, AHN, s/d, p.1)

Essa conceituação é muito importante para entender os elementos que contribuíram para pensar o modo como se deu, na prática e na teoria, as ideias que influenciaram a política para com os deslocados no período do pós-guerra pois, sendo Neiva um burocrata que transitava nesse espaço - ele era membro do CIC, participou da elaboração das leis de 1934 e 1938 - o seu entendimento por imigração era de extrema relevância para traçar um panorama sobre o assunto.

Segundo Gomes (1993), o espaço da sociabilidade é “geográfico” e “afetivo”. Sendo assim, cabe recortar não só vínculos de amizade e cumplicidade, ou de rivalidade e hostilidade, mas também as sociabilidades produzidas por evento, personalidade ou grupo especial. De acordo com a autora, conhecer um meio intelectual em determinado momento e espaço, implica conhecer a dimensão organizacional e os vínculos que estão circunscritos na rede de circulação e sociabilidade do indivíduo.

Sendo assim, pensar todo o mecanismo complexo da imigração, proposto acima por Neiva, auxilia na análise das principais correntes de pensamento sobre a imigração do pós-guerra que estavam em disputa na época, e que foram determinantes para o desenvolvimento da política migratória no período. Vale oferecer aqui um breve resumo de seus argumentos, pois estes também fundamentarão a sua atuação como chefe da Comissão brasileira de seleção de deslocados de guerra em 1946-1947. (RUSEISHVILI, 2020).

## **2.2 A construção do pensamento sobre a imigração dirigida**

A condição para formação de uma nação, segundo Neiva, é a existência de uma população homogênea num território ocupado de uma maneira mais ou menos intensa. O

governo Vargas, durante o processo de formação da nação, empreendeu duas políticas: a assimilação cultural dos filhos e netos dos imigrantes estrangeiros nascidos no Brasil, e a seleção do fluxo imigratório por meio da política de cotas nacionais previstas na legislação. (RUSEISHVILI, 2020). A seleção, argumenta Neiva, é o direito soberano de qualquer nação moderna:

direito de ditar quais as normas políticas que deve seguir para a constituição étnica do seu povo; como, no Brasil, já existissem, disseminados, em via de serem absorvidos, fortes contingentes de origem africana e asiática, e como, por imperativos categóricos de ordem histórica, desejamos que o Brasil seja a sede de poderosa civilização branca (...)(NEIVA, 1945a, p. 22)

Em sua primeira publicação na RIC<sup>13</sup> na primeira edição da revista em 1940, Neiva escreveu sobre o Serviço de Registro de Estrangeiros, e seu artigo começa com a seguinte epígrafe: “Saber para prever, a fim de prover” de Auguste Comte, filósofo positivista. No desenvolvimento do texto, o autor aborda as mudanças que ocorreram ao longo dos anos nos fluxos migratórios, tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos, e também sobre a importância da seleção dos imigrantes pelos países que os recebem:

se a entrada de alienígenas é controlada em virtude de alteração profunda das condições de vida que o progresso impõe; se os países emigrantistas exigem dos países de imigração o preenchimento de uma série de exigências tendentes a proteger os seus nacionais dos sofrimentos inevitáveis de uma imigração em massa, é razoável que a nação que está disposta a receber os emigrantes, não somente os selecione quanto à sua capacidade de trabalho, e ao seu estado sanitário, como também deseje escolher entre os grupos que a procuram os elementos mais facilmente assimiláveis, quanto às condições antropológicas e sociais, a fim de que possam se integrar mais rapidamente no meio nacional e constituir um dos mais poderosos fatores para o desenvolvimento do país. (NEIVA, 1940, p.51)

Esse pensamento estava alinhado com a política imposta pelo Governo, uma vez que defendia uma imigração restritiva e seletiva, apontando quais correntes imigratórias eram desejáveis para o processo de branqueamento da população brasileira e quais eram indesejáveis ao país. Países como o Brasil necessitavam de grandes contingentes imigratórios para a colonização e povoamento, pois apresentavam uma baixa densidade demográfica nas áreas do interior. Desta forma, aumentando o contingente imigratório, aumentariam seu desenvolvimento demográfico e conseqüentemente econômico. Estes

---

<sup>13</sup> Segundo Peres (1997) outras nomenclaturas foram utilizadas para se referir ao imigrante do pós-guerra como: alienígena, bom ou mau elemento, desejável ou indesejável, reprodutor, perigo iminente, seres nefastos, neuróticos de guerra, parasitas humanos e imprestáveis. É importante destacar que essas designações estavam presentes na Revista de Imigração e Colonização, publicada entre os anos de 1940 e 1955, pelo Conselho de Imigração e Colonização (CIC), mecanismo de fiscalização e seleção de imigrantes.

imigrantes seriam deslocados para o interior do país com o intuito de trabalharem na agricultura. (DEBASTIANE, 2018)

Segundo o argumento de Neiva (1945a, p.23), não se trata de racismo, uma vez que não existe no Brasil o preconceito racial e religioso, pois seria “um absurdo que houvesse algo assim num país fruto de intenso caldeamento de raças mais diversas.” O que está em jogo, portanto, é apenas uma “melhoria, perfeitamente justificada, em face da incontestável realidade de que, atualmente, a raça branca domina o mundo, pelo mais elevado grau de civilização a que atingiu” (NEIVA, 1945a, p. 23). A retórica antirracista nos anos 1930 serviu apenas para mascarar a crença na superioridade da raça branca e justificar a investida do governo nas políticas de branqueamento. (RUSEISHVILI, 2020)

Neiva precisava convencer os outros membros do CIC de que era possível aceitar os imigrantes judeus no país, desde que houvesse uma seleção prévia destes e o cumprimento rigoroso das cotas nacionais vigentes. Ele argumenta que os "semitas" não eram inferiores aos outros representantes da raça branca. O Brasil, tendo em vista o desejo de, no futuro, formar uma civilização brasileira branca, não podia se negar a receber imigrantes da raça branca no momento em que outros imigrantes europeus não demonstram o desejo de vir ao país. (RUSEISHVILI, 2020)

Seria verdadeiramente absurdo que, desejando o Brasil, como já demonstrei anteriormente, ser um núcleo de civilização branca no hemisfério meridional, se desse ao luxo de não permitir em seu território a entrada de brancos, quaisquer que fossem, ressalvadas unicamente as medidas sanitárias e políticas destinadas a impedir a entrada de elementos nocivos. Desde que não aceitemos os imigrantes não brancos, nunca devemos fazer distinção entre os imigrantes brancos: sejam eles nórdicos, alpinos, bálticos, mediterrâneos, dináricos ou semitas (NEIVA, 1945a,p.168)

Em 1945, Neiva publicou sua tese apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Economia intitulada “O problema Imigratório brasileiro”. Esse congresso ocorreu em 24 de novembro de 1943 e os debates mostram que as consequências da guerra já eram pensadas antes do seu fim. Nesse texto, ele apresenta um histórico sobre a questão da imigração e traça um panorama sobre as crescentes preocupações com os refugiados.

(...) as causas dos movimentos migratórios são múltiplas e variadas. Entretanto, analisando-se aturadamente o problema, verifica-se que elas podem reduzir-se a duas primordiais, a saber: 1) uma condição fisiológica inata, provavelmente incorporada geneticamente ao plasma germinativo humano desde as eras mais remotas e que torna o homem nômade. Este caráter genético foi conservado provavelmente por ser útil a espécie, facilitando sua adaptação, e a sua presença é atestada em todos os grandes exploradores,

descobridores e aventureiros através da história, repontando ainda hoje no turista incorrigível; e 2) um fenômeno de desajustamento ao meio, que é o característico comum de todas as causas imediatas que conduzem o homem a migrar (NEIVA, 1945a, p.8).

A partir do estudo das causas dos movimentos migratórios, Neiva separa esses movimentos em três dimensões: mesológicas ou imperativas, que têm origem em causas geológicas, climáticas, geográficas; as biológicas e antropológicas ou alternativas, que são causadas por fatores ecológicos e etnológicos; e por último, as sociais ou facultativas, que podem se dar por questões históricas, econômicas, políticas, jurídicas, religiosas, etc. Sendo esse um processo que remonta à inserção do homem na própria História (HARARI, 2019 p.25), os efeitos das migrações, segundo Neiva (1945a, p.9):

(...)podem reduzir-se em última análise, e genericamente, a uma só: a criação de contatos cada vez mais íntimos entre as várias etnias da terra com a tendência, facilitada pela técnica, em virtude dos progressos dos meios de transporte, e comunicações, de amalgamar em futuro remoto, física e culturalmente, o gênero humano dentro da civilização mais adiantada, como hoje o é, na terra, a do mundo ocidental-atlântico (NEIVA, 1945a, p.9).

Partindo desse princípio sobre as migrações, Neiva defende que o povoamento do Brasil, deve-se, integralmente, aos movimentos humanos, uma vez que na América não havia autóctones, os próprios indígenas do continente vieram da Ásia, em ondas sucessivas, via estreito de Bhering, espalhando-se pelos seus territórios até a ponta extrema da América do Sul (NEIVA, 1945a p.10). Por este raciocínio apenas a África teria população autóctone, já que o *homo sapiens* surgiu lá. Então, outras correntes migratórias vieram, a princípio de brancos de todos os tipos, depois de negros africanos e, finalmente, elementos asiáticos aportaram ao litoral pelas rotas marítimas comuns e posteriormente foram disseminando-se aos poucos pelo interior.

O rápido crescimento demográfico que a sociedade brasileira vivenciou durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX, por conta da importação de escravos, da crescente migração portuguesa e da transferência da Corte Imperial para o Brasil reforça o argumento de que o progresso no Brasil estava diretamente relacionado com o crescimento populacional, e a falta dela em um território tão extenso no final dos anos 1940 era um problema que poderia ser solucionado com a imigração (BAENINGER, 2012). A imigração internacional era necessária como mão de obra.

Posto isto, a história populacional brasileira poderia ser resumida a três “lições”:

o branco absorveu o índio; 2) invertida a política de branqueamento pelos imperativos econômicos de exploração de terra, intensificou-se a imigração

negra - e esta ameaçou africanizar o Brasil; 3) mais tarde, a imigração nipônica em grandes levadas criou o problema quase insolúvel dos mais perigosos quistos raciais, praticamente inassimiláveis. Portanto, o imperativo da política migratória brasileira devia ser “a criação do país de civilização branca, [...] favorecendo por todos os meios a corrente imigratória branca” (RUSEISHVILI, 2020 p. 137)

Sendo assim, o autor sugere que a política de miscigenação, seguida ininterruptamente desde a descoberta é consequência da vinda dos primeiros colonizadores quinhentistas principalmente em levadas constituídas quase só de homens e ainda defende que “a meu ver constitui um dos mais altos padrões de glória dos brasileiros: o da ausência praticamente total de qualquer preconceito de raça em nosso país” (NEIVA, 1945a p.11).

Tal posicionamento coloca Neiva em um lugar discordante na política imigratória quanto à questão dos quistos e dos inassimiláveis. Oliveira Vianna era um sociólogo, historiador e bacharel em direito que estudava a formação do povo brasileiro. Em um de seus artigos na RIC, Vianna analisa os imigrantes semíticos e gera um debate acerca de seu grau de assimilação (DEBASTIANE, 2018 p. 31). Para ele, o judeu era inassimilável e, por isso, seria inconveniente a sua imigração, porém Artur Hehl Neiva, discorda, afirmando que os judeus pertenceriam ao grupo assimiláveis (NEIVA, 1945b).

Outro tipo de migração que Neiva considerava muito importante ao pensar a realidade brasileira era a migração nordestina. Motivada por questões geralmente econômicas ou climáticas, eles possuíam qualidades físicas e morais para dissolver quistos étnicos, porém Neiva acreditava ser mais relevante reconhecer que o Brasil precisa de braços, e que a sua densidade de população não correspondia à desejada. Portanto, era preciso intensificar por todos os meios o povoamento do Brasil. Segundo ele, “para documentar esta afirmativa, basta alinhar as cifras. Possuímos 41.565.000 habitantes ocupando uma área de cerca de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>; isso nos confere uma densidade demográfica de aproximadamente, 4,9 habitantes por km<sup>2</sup>” (NEIVA, 1945a p.16).

Como membro da Fundação Brasil Central<sup>14</sup>, Neiva argumentava que o território nacional precisava ser povoado e contava com o plano da “Marcha para Oeste” para atingir tal objetivo:

---

<sup>14</sup> A Fundação Brasil Central, que teve origem na Expedição Roncador-Xingu, foi um órgão, criado em 1943, com o objetivo de “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e

Para resolver certos problemas complexos no plano das realidades concretas é preciso ação, não legislação. Isto me leva a concluir que para enfrentar o difícil problema de povoar o Brasil, são precisos mais imigrantes e menos leis a respeito (NEIVA, 1945a p. 17).

Que imigrantes seriam esses? Neiva acreditava que era necessário lançar mão de todos os recursos técnicos disponíveis para dar, às populações que seriam interessantes para o Brasil, um padrão de vida bom e equivalente aos que eles estão habituados. Isto, porém, exigiria o emprego de capital. A solução para Neiva (1945a p.18) era atrair esses imigrantes a partir do governo e de grandes indústrias como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce, entre outras.

Isto nos leva a concluir que tanto imigração como colonização custam dinheiro, mas que as despesas feitas nestes setores são amplamente reprodutivas, e assim justificam os maiores sacrifícios. Em resumo: sem densidade demográfica não há progresso. Projetos de imigração e colonização exigem despesas, mas se quisermos encarar de frente o problema precisamos fazer sacrifícios em benefício do Brasil, ainda que, para isso, tenhamos, de, em certos pontos, alterar nossa mentalidade (NEIVA, 1945a p.19).

Tanto a questão econômica quanto a questão racial pesavam para Neiva, pois havia a vontade de promover o crescimento do Brasil através da imigração. Esse plano político foi analisado nos mais diversos aspectos, como o antropogeográfico<sup>15</sup>, étnico, político, econômico, jurídico e cultural. Cabe aqui destrinchar cada um desses pontos para entender a argumentação do problema imigratório de Neiva e quais foram os pressupostos que permearam seu pensamento quando da missão de seleção na Europa.

### 2.2.1 Implicações da imigração no aspecto antropogeográfico

Ao considerar que a migração é um fator inato ao homem, Neiva argumenta que a paisagem é um fator muito importante a ser considerado no problema imigratório pois ela pode facilitar – ou não – a aclimação do alienígena à nova terra (NEIVA, 1945a p.42). Como exemplo de sua argumentação ele utiliza o caso dos suíços em Nova Friburgo, que ocorreu nas primeiras décadas do século XIX. Segundo Neiva (1945a, p.40), “a paisagem age, muitas vezes, como uma força psicológica que tende a fixar o estrangeiro ao solo, graças às reminiscências de seu local de origem”.

Desta maneira, o Brasil seria a melhor prova da adaptação da raça branca em um país tropical pois

---

no Brasil Central e Ocidental". Para um estudo mais aprofundado pelo tema ver MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. FGV, 2012.

<sup>15</sup> Antropogeográfico é concernente à antropogeografia. Esta é um ramo da geografia que trata da distribuição humana na superfície terrestre e da relação dos seres humanos com o meio ambiente

em comparação com outras grandes cidades das zonas tropicais como Singapura, Calcutá, Cantão, Hong Kong, Manilha que têm uma composição étnica absolutamente diversa, o Brasil possui duas principais cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, como as maiores cidades brancas dos trópicos, com uma aglomeração dos que brancos ultrapassam 1.000.000... (NEIVA, 1945a, p.43)

### 2.2.2 Implicações da imigração no aspecto étnico

O aspecto étnico era uma grande preocupação para Neiva, pois ele acreditava que a etnia influenciaria profundamente a assimilação do imigrante:

Com efeito, devemos escolher agora o que desejamos que o Brasil seja, sob o ponto de vista étnico dentro de alguns séculos. Embora seja verdadeiro truismo que o brasileiro é o resultado de mesclas, em proporções variadas, do branco, do amarelo e do negro, precisamos fixar desde já qual o tipo de etnia que desejamos seja a brasileira, daqui a quatrocentos ou quinhentos anos. (NEIVA, 1945 a, p. 46)

Segundo ele, a política imigratória adotada pelo país naquela época condicionaria todo o futuro da nação. Ele acreditava que nenhum brasileiro aspirava que, no futuro, a civilização fosse amarela ou negra.<sup>16</sup> Ao contrário, o Brasil deveria ser um país de civilização branca e para isso era “indispensável restringir ou excluir a imigração ou de preferência excluir a imigração negra ou amarela no Brasil, favorecendo por todos os meios a corrente imigratória branca.” (NEIVA, 1945a p.47)

Se quisermos que, então, o Brasil continue a ser o que é hoje, bastará que fixemos quotas de entradas a brancos, negros e amarelos, na proporção atualmente existente na formação demográfica do país. Mas se quisermos romper o equilíbrio atual em benefício de uma dessas três componentes, será preciso favorecê-la na legislação imigratória, restringindo ou excluindo as outras componentes. (NEIVA, 1945a p.46)

Desde a Constituinte em 1933, o problema vem sendo discutido por vários políticos como Miguel Couto, Artur Neiva – pai de Artur Hehl Neiva –, Xavier de Oliveira, Pacheco e Silva, Teixeira Leite, Teotônio Monteiro de Barros e outros. O projeto de política imigratória foi sendo definido na Constituição e o aspecto étnico tinha destaque em emendas como as seguintes: Emenda nº 1053 (Artur Neiva): Só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa, em qualquer ponto do país”; Emenda nº 1074 (Álvaro Maia): “A entrada de imigrantes no país deve ser regulada no sentido dos interesses nacionais e orientada pelas conveniências etnológicas, higiênicas e psicológicas, de modo que a tiragem e a

---

<sup>16</sup> Neiva cita inclusive um estudo do antropólogo eugenista George Vacher de Lapouge, que escreveu na sua obra *Les Selections Sociales* de 1888 o seguinte: *Le Brésil constituerait sans doute d'ici un siècle un immense état nègre, à moins qu'il ne retourne, et c'est probable, à la barbarie...*

distribuição do material humano se faça por quotas étnicas, de acordo com o volume das massas demográficas, de modo a ficar perfeitamente assegurada a sua assimilação ao plasma nacional”. Emenda nº 21-E (Miguel Couto): “É proibida a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática na proporção de 5%, anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência existentes no território nacional”; Emenda nº 1164 (Xavier de Oliveira): “Para o efeito de residência, é proibida a entrada no ‘país de elementos das raças negra e amarela, de qualquer procedência”; “Parágrafo único. É obrigatório o exame de sanidade física e mental para todo imigrante ou estrangeiro que se destine ao território nacional ou que se queira naturalizar cidadão brasileiro.(NEIVA, 1945a p. 52)

Outra questão de implicação étnica é a imigração semita. Neiva não era contra a entrada de judeus no país e frequentemente estava levando o assunto ao CIC para defender seu posicionamento, mas sempre encontrava resistência.

### 2.2.3 Implicações da imigração no aspecto político

Quanto ao aspecto político, Neiva ponderou que, por conta da soberania, era preciso que os fatores que permitem a existência de uma nação tais como território, governo e população fossem controlados, especialmente o último.

Tornou-se necessário controlar o imigrante, excluindo os indesejáveis, a princípio por motivos sanitários, depois profissionais, finalmente ideológicos. Nada mais justo; era a defesa do país e da estabilidade de suas instituições contra doentes, incapazes morais e propagandistas de doutrinas dissolventes. Mais tarde, com a crise dos sem trabalho, foi conveniente defender o nacional; restringiu-se ainda mais a imigração, como vimos. Acentuando-se, contudo, a política imperialista dos países emigrantistas, fomos forçados a tomar medidas severas, de ordem policial para controlarmos os lobos vestidos de cordeiros.... Daí a necessidade de cadastrar os estrangeiros, registrando-os (NEIVA, 1945a p.57)

Devido ao enquistamento de certas etnias no território, providências de nacionalização e assimilação, eminentemente políticas, foram tomadas num grande esforço de patriotismo e que, a partir de 1930, em nome da segurança nacional, foram dadas como fundamentais para o problema migratório porque, na década anterior, a imigração intercontinental mudou de caráter, deixando de ser, praticamente, individual e tornando-se coletiva. (NEIVA, 1945a p.58)

A seleção e o aliciamento de massas de imigrantes, atraiu a atenção dos governos; começaram a ser tomadas, também nos países de emigração, providências restritivas, para orientar as correntes imigratórias no sentido desejado pelos governos, ou como elemento de negociação para obtenção de certas vantagens. Assim por exemplo, as metrópoles procuraram intensificar as correntes imigratórias para suas próprias colônias ou a exigir dos países de



imigração certas garantias para permitir a emigração de seus nacionais. Ou simplesmente, procuravam desfazer-se dos nacionais que não eram interessantes aos seus desígnios, dificultando a saída de bons elementos. (NEIVA, 1945a, p.58)

Diante de tal postura, os países de imigração passaram a ter uma seleção mais rigorosa de quem poderia entrar em território nacional e, com isso, facilitaram politicamente, a vinda de elementos que lhes convinham. No Brasil, isso aconteceu com os portugueses que eram considerados, por tradição histórica e sob a justificativa de qualidades excepcionais, equiparados aos brasileiros. E, por outro lado, esse mesmo pensamento adotou o sistema de quotas para dificultar certas etnias e em outros, excluir a possibilidade de vinda dos imigrantes (NEIVA, 1945a p.58)

#### 2.2.4 Implicações da imigração no aspecto econômico

As políticas econômicas e financeiras do Estado Novo representam uma mudança de direção de 1930 a 1937. Na primeira fase, não houve incentivos claros para o setor industrial pois o governo buscava um equilíbrio entre diferentes interesses, incluindo interesses agrícolas, sendo também muito sensível a pressões externas. A partir de novembro de 1937, o país tomou a decisão de substituir as importações pela produção nacional e estabelecer indústrias de base. (FAUSTO, 2011) No pós-guerra havia expectativa de expansão do processo de industrialização.

Nesse ponto, Neiva enxergou o potencial industrial brasileiro e se mostrou bastante esperançoso em incentivar imigrantes que pudessem compor esse quadro de mão de obra.

Estamos atualmente numa fase de transição, a bem dizer na alvorada de um grande ciclo industrial, depois dos ciclos econômicos anteriores. Isto significa que o operário industrial vai assumir importância preponderante sobre os tipos mais antigos de fazendeiro, colono, mascate, caboclo e caçara. Isto não quer dizer que o Brasil não possa continuar a receber imigrantes rurais, num esforço de ruralismo em oposição ao urbanismo cuja tendência se acentua com o advento da grande indústria; aliás esta é a tendência sensível na legislação de estrangeiros vigente. (NEIVA, 1945a p.44)

Os artigos 16 e 17 do Decreto-lei 406 e 10 e 11 do Decreto nº 3010, ambos de 1938 estipulam que 80% das quotas eram reservadas a estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais. De modo geral, porém, pode-se dizer que o afluxo de correntes imigratórias aumenta a densidade da população e a pressão demográfica sobre os meios de subsistência, criando, desta forma, as condições necessárias e suficientes para o incremento de todos os setores de atividade econômica, ocasionando maior procura de utilidades, o que leva à elevação do preço e estimula assim a iniciativa de produzi-las.

Segundo Neiva (1945a p.66), isto marcava o início de uma fase ascensional da conjuntura econômica.

Tocamos aqui num dos pontos mais cruciais de todo o problema. Evidentemente, o Brasil está transformando a sua estrutura econômica, e, passando de país essencialmente agrícola ao ciclo industrial. Nessas condições, pergunta-se: qual deverá ser a política imigratória seguida? Deverá o Brasil orientar-se quanto à sua política imigratória no sentido de ruralista ou urbano? Deveremos favorecer a vinda de agricultores ou de operários? (NEIVA, 1945a, p.62)

Neiva, portanto, acreditava que, sendo as questões econômicas primordiais os salários e o padrão de vida, a política adotada neste sentido favorece a vinda de agricultores, dando-lhes preferência, porém ele defendia que havia espaço e seria interessante para o Brasil fomentar a imigração de pessoas com profissões ligadas a outros setores da economia, visando também o desenvolvimento do setor industrial.

Existem hoje no país, grosso-modo, dentro da nossa estrutura jurídica quatro possibilidades de utilização do trabalho: a indústria extrativa (minas, garimpos, borracha, madeiras, etc.); as atividades agrícolas (agricultura, pecuária, indústrias rurais); as atividades industriais não extrativas (várias indústrias básicas ou leves, transporte, etc.) e finalmente várias profissões urbanas, especialmente comerciais. As duas primeiras se exercem preferencialmente em zona rural, embora esteja a primeira sujeita a certas restrições de ordem jurídica para o estrangeiro a quem, por exemplo, dispositivo legal veda a garimpagem; as duas últimas são essencialmente urbanas, sendo a terceira bastante regulamentada pela legislação social. (NEIVA, 1945a, p.66)

#### 2.2.5 Implicações da imigração no aspecto jurídico

No aspecto jurídico, Neiva argumentava ser necessário que a legislação contemplasse também os direitos e deveres dos estrangeiros, sendo clara e dando possibilidades para que através do trabalho os imigrantes conseguissem contribuir para a prosperidade do país.

É preciso que nos coloquemos na posição do imigrante, frequentemente um campônio de cultura rudimentar, mas para quem sua situação legal no país que escolheu para sua segunda pátria é de importância absolutamente capital; e que não sejamos excessivamente nacionalistas no que diga respeito à limitação de oportunidades, para que o estrangeiro, pelo enriquecimento à custa de seu trabalho, contribua para a prosperidade geral do Brasil. (NEIVA, 1945a, p.69)

#### 2.2.6 Implicações da imigração no aspecto cultural

No que diz respeito aos aspectos culturais, a maior preocupação girava em torno da assimilação. O desejo, do ponto de vista social, era manter a homogeneidade do grupo nacional, evitando, tanto quanto possível, as perturbações que eventualmente poderiam ser causadas pela heterogeneidade de elementos étnicos, por ideias políticas diversas

introduzidas por uma mentalidade alienígena que em todo caso seria prejudicial para a evolução normal das instituições do país. (NEIVA, 1945b p.17).

Portanto, Neiva adotou esse argumento para apoiar a recomendação quanto às políticas de aceitação das PDs segundo a reprodução do paradigma eugênico, mas também pensando nas necessidades industriais. Ele, desde o início da guerra, defendia a recepção dos refugiados europeus, desde que fossem todos brancos e devidamente selecionados. Essa seleção visava suprir as necessidades da indústria pela mão de obra especializada. (RUSEISHVILI, 2020)

A seleção era única maneira de equilibrar duas exigências sobrepostas: a necessidade de mão de obra qualificada para a industrialização nacional e o imperativo de barrar a entrada para aqueles que poderiam desafiar o projeto da “homogeneização” da população brasileira. Os imigrantes brancos, únicos desejáveis nesse contexto, também deviam ser classificados entre aqueles que contribuiriam para o branqueamento e a modernização do país e aqueles que eram potencialmente ‘perigosos’ e ‘não assimiláveis’. (RUSEISHVILI, 2020 p. 138)

Dessa forma, Neiva e outras figuras públicas que defendiam a participação do Brasil nos acordos sobre as PDs, como o jornalista Carlos Lacerda e o diplomata Hélio Lobo, consideravam o contexto pós-guerra europeu como uma excelente oportunidade para o Brasil suprir sua necessidade de mão de obra especializada. Além disso, ele argumentava, sempre fundamentado nas premissas de origem eugênica, que esses refugiados possuíam inúmeras “qualidades” físicas e morais que poderiam contribuir com a nação (RUSEISHVILI, 2020):

[...] os DPs possuem um conjunto de qualidades que tornam certos grupos dentre eles profundamente interessantes como contingentes imigratórios para o Brasil. [...] Essas qualidades, dum modo geral, são as seguintes: energia e fortaleza de ânimo; adaptabilidade a circunstâncias novas; rusticidade e resistência física; capacidade de sobrevivência; habilidade manual ou mecânica; grande operosidade e aplicação; hábitos de limpeza, de ordem e de disciplina; moralidade; acentuado sentimento de apego a família; religiosidade fervorosa; coragem perante a adversidade; e, fundamentalmente, forte espírito anti-comunista (RUSEISHVILI, 2020 p. 139)

Esse é o breve desenho do aparato conceitual que permeou e de certa forma conduziu a missão que ele foi designado a chefiar em 1946: selecionar, nos campos para refugiados na Europa, indivíduos que poderiam se tornar ingredientes no grande caldeirão da nação brasileira. Segundo RUSEISHVILI, (2020 p.138) “selecionar, naturalmente,

significava categorizar, sistematizar e hierarquizar os refugiados na Europa a fim de aceitar apenas os mais desejáveis cultural, religiosa, étnica e politicamente.”

Vale ressaltar que a maioria dos membros CIC se opôs ao plano de aceitar os refugiados de guerra. Para convencê-los, Neiva insistentemente justificou as vantagens econômicas, políticas e ideológicas desse projeto para o Brasil. O acordo proposto pelo Comitê Intergovernamental para Refugiados (CIR) concedia ao governo brasileiro autonomia na seleção e admissão das PDs, cujo transporte marítimo também seria custeado pelo CIR. Em contrapartida, o Brasil se comprometia com o recebimento desses imigrantes, garantindo-lhes hospedagem, transporte até o local de contratação, alimentação e cuidados de saúde, colocação profissional e o cumprimento dos direitos civis básicos. O CIR ainda propôs ao governo brasileiro um auxílio na organização de núcleos coloniais, oferecendo uma quantia em dinheiro para cada imigrante no momento de sua chegada ao Brasil. (RUSEISHVILI, 2020)

Elencados esses elementos que problematizam a imigração, Neiva estava pensando em como resolver essas questões para sistematizar o planejamento sobre a imigração dirigida, pois desde a primeira reunião do CIC, em 26 de setembro de 1938, esse assunto estava em pauta devido ao receio do início de uma guerra. Para os defensores da parceria do Brasil com o CIR, essa era uma oportunidade única para promover um fluxo de imigração europeia sem grandes despesas e ainda demonstrar o seu alinhamento ideológico com os países do bloco antissoviético. A questão, então, que se põe frente ao Conselho de Imigração e Colonização, no contexto da Segunda Guerra Mundial, é: quais brancos servem para o propósito da formação da nação? (RUSEISHVILI, 2020)

### **2.3 Os critérios mais relevantes para a imigração dirigida**

A preocupação com o pós-guerra estava presente no debate político e algumas considerações sobre a temática foram levadas à Revista de Imigração e Colonização (RIC) onde havia uma série de artigos constituindo uma seção de Guerra e Imigração (DEBASTIANI, 2018 p.35). Neiva escreveu artigos sobre o tema para a revista, mas também publicou fora dela.

A revista foi publicada entre os anos de 1940 e 1955 e estava subordinada ao Conselho de Imigração e Colonização (CIC). O papel da imigração na construção do Estado-nação brasileiro foi pensado pelos membros do CIC, por isso a definição dos

princípios da política migratória por esses intelectuais não pode ser subestimada. Segundo Ruseishvili (2020, p.135) “o Conselho era uma ‘comunidade epistêmica’ que encarnava a relação fundamental entre saber e poder na governança biopolítica da população”.

O Conselho estava subordinado diretamente à presidência da República e seus membros foram nomeados por Vargas entre representantes de ministérios e órgãos do governo. Inicialmente, o presidente do Conselho era João Carlos Muniz, então chefe de Gabinete de Oswaldo Aranha, tendo como vices dois militares: o Capitão de Fragata Atila Monteiro Aché e o Major Aristóteles de Lima Câmara. Como membros atuaram também Artur Hehl Neiva (Diretor Geral do Expediente e da Contabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal), Dulphe Pinheiro Machado (Diretor do Departamento Nacional de Imigração), José de Oliveira Marques (Diretor da Divisão de Terras e Colonização no Ministério da Agricultura) e Luiz Betim de Paes Leme (engenheiro). A interpretação que esses personagens desenvolveram sobre os estrangeiros residentes e sobre o processo de assimilação destes ao meio nacional constituiu uma das bases para os novos projetos relacionados à entrada de estrangeiros e para as políticas de controle sobre os trabalhadores imigrantes. (GERALDO, 2009 p.175)

Ao tratar de temas relacionados à imigração, colonização, legislação, decretos, estatísticas, noticiário, a RIC cobria o cenário político migratório do Brasil no período e se tornou porta-voz da política migratória. Segundo Debastiane (2018), os artigos publicados eram de autoria de pensadores ligados ao Estado Novo:

Como a Revista era escrita pela elite do Governo Vargas, ou seja, homens que concordavam com a política imposta pelo Governo, a Revista defendia através de seu conteúdo uma política migratória restritiva e seletiva, apontando quais correntes migratórias eram desejáveis para o processo de branqueamento da população brasileira e quais eram indesejáveis ao país. (DEBASTIANE, 2018 p. 10)

Em 1940, o presidente do CIC, João Carlos Muniz, publicou na Revista (1940, p.3) defendendo o discurso sobre a imigração controlada, pois era uma característica da política do Estado Novo a necessidade de colonização e povoamento do Brasil. No entanto, havia um perfil de imigrante desejável e esse perfil era explorado nos artigos da Revista, em um discurso marcado pelo preconceito. (PERES, 1997, CARNEIRO, 2003, RUSEISHVILI, 2020).

“A intervenção do Estado é cada vez mais decisiva nos movimentos migratórios, planificando, selecionando e dirigindo as correntes humanas, de acordo com os interesses dos países de emigração e imigração. Daí a necessidade de uma maior organização e centralização em matéria de imigração em geral e, principalmente, em se tratando de imigração colonizadora” (DEBASTIANE, 2018. p.10)

O processo de imigração dirigida implicava no ajuste das relações entre os países de emigração com os interesses dos países de imigração, e a situação gerada no contexto

de pós-guerra colocou o país receptor em uma posição mais privilegiada em selecionar os indivíduos que mais lhe convinha.

O Brasil participou, em 1938, da Conferência de Evian<sup>17</sup> na França a fim de discutir a questão dos refugiados judeus perseguidos pelo governo da Alemanha. O CIC acompanhou os trabalhos da Comissão Intergovernamental de Londres e foi chamado a emitir um parecer de orientação a ser seguido pelo Brasil nessa situação.

Foram tomadas muitas providências relativamente ao caso que se apresentou com extrema acuidade em determinados momentos: em 1940, começaram a chegar ao Brasil os 3000 refugiados católicos por quem Sua Santidade o Papa havia intercedido junto ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.(NEIVA, 1945a p.105)

A situação dos deslocados e refugiados de guerra era extremamente complexa. Neiva defendia que o problema da entrada de refugiados tinha vantagens e inconvenientes, sendo estes últimos mais relevantes quando não se trata de uma emigração selecionada pelo país, mas sim de uma necessidade de emigrar. Apesar do apelo humanitário, as potências reunidas em Evian, prezavam pelo interesse do país antes de aceitar quaisquer refugiados adicionais. (NEIVA, 1945a p.106)

Segundo Neiva (1949), a partir dessa Conferência, o CIC passou a se debruçar mais sobre como desenvolver políticas em consequência da guerra. Durante a fase de neutralidade do Brasil, o Conselho adotou uma série de medidas relativas ao controle do desembarque dos tripulantes. Depois, com a entrada do Brasil na guerra, outras providências foram tomadas, especialmente em relação à fiscalização de estrangeiros. Tal medida foi interpretada como sendo pragmaticamente indispensável diante da situação que era colocada. Com isso, a promulgação do Decreto-lei n. 3175, de 7 de abril de 1941, que restringiu a entrada de estrangeiros no Brasil, foi visto como imperativo de segurança nacional, enquanto durasse a guerra. No entanto, a preocupação central era a contínua e numerosa entrada de refugiados da guerra.

A aplicação dessa lei, no entanto, não colocou a cooperação internacional em risco, pelo contrário, o Brasil passou a participar de diversas reuniões a fim de pensar a imigração em tempos de guerra:

“Assim, desde setembro de 1942, quando se reuniu em Buenos Aires a Conferência Interamericana de Coordenação de Medidas Policiais e Jurídicas para a Manutenção da Neutralidade; através das Reuniões de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores Interamericanas (23 de novembro de 1943) e da Conferência para Criação da Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (Atlantic City – novembro, 1943), são cogitadas questões

---

<sup>17</sup> O representante brasileiro foi Hélio Lobo.

que afetam o problema migratório. Este também é influenciado por assuntos incluídos nas agendas das Repartições Internacionais que atualmente funcionam como por exemplo: Comitê Consultivo para Defesa Política do Continente; Comissão Jurídica Interamericana (antigamente Comissão Interamericana de Neutralidade) e Comitê Intergovernamental para Proteção dos Refugiados Políticos.” (NEIVA, 1945a p. 107-108)

Com o final da guerra e a “redemocratização” do Brasil em 1945, a questão migratória continuou a ser tratada pelos intelectuais como um problema nacional, que demandava imperativos de segurança nacional, posto que havia tom de intolerância contra o estrangeiro, pois ele era visto como ameaça à segurança do país. Além disso, é importante destacar a preocupação com a entrada de indesejáveis e com o projeto de branqueamento. Os futuros tratados de paz exigiriam que o problema dos deslocados fosse discutido em âmbito internacional, com a reconstrução das zonas afetadas.

O máximo que pode ser realizado é a planificação de após-guerra, procurando dotar o Brasil de uma legislação adequada e flexível, que atenda às circunstâncias futuras dentro das conveniências do país. Neste sentido o Conselho de Imigração e Colonização está estudando atentamente a consolidação de toda a legislação brasileira de imigração e colonização, simplificando tanto quanto possível o sistema, dentro de um arcabouço simples e coerente. (NEIVA, 1949 p. 108)

Segundo Peres (1997, p.86), no Brasil, com a reabertura da imigração pelo decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, era esperado um grande número de imigrantes dada a situação caótica e miserável em que se encontrava o continente europeu. Logo, o Brasil deveria se preparar e como isso deveria ser feito era debatido nas páginas da RIC. Nas páginas da revista, as publicações, em geral, defendiam a entrada de imigrantes desde que devidamente selecionados no tocante a suas qualidades físicas, mentais, profissionais e raciais:

No artigo ‘Aspectos psicológicos na imigração após guerra’, publicado em junho de 1946 pelo psiquiatra Lira Cavalcanti, encontramos ideias que foram recorrentemente utilizadas pelos intelectuais colaboradores da revista. Cavalcanti toma a imigração como um problema que deve ser solucionado através ‘da verificação biotipológica do imigrante e de suas qualidades eugênicas’ para que se possa evitar a entrada de indivíduos ‘inaptos física e mentalmente’. A preocupação imediata era com a possível chegada dos chamados “egressos de guerra”, vistos como ‘psicopatas incubados’. Afirma que necessitamos de braços e técnicos e não de ociosos e aproveitadores, nem tão pouco de ‘raças estanques’, que não se misturam. Para dar crédito a suas conclusões, Lira Cavalcanti utiliza dados estatísticos recolhidos pelo prof. Pacheco e Silva, no hospital de Juqueri, entre 1921 e 1942, demonstrando que a maioria dos criminosos e alienados era constituída de refugiados de guerra. (PERES, 1997 p. 86-87)

Os artigos, em geral, abordam os debates sobre a imigração dirigida, estipulando qual imigrante seria desejável e o indesejável, quais os perigos que a imigração traria e

quais as possíveis soluções. O perfil do imigrante desejável era o agricultor, o técnico e o operário qualificado, ou seja, o importante era que a sua qualificação atendesse aos interesses do país. (PERES, 1997 p.87). Contudo, os critérios para a seleção ainda se pautavam nos ideais de eugenia e assimilação.

Segundo os autores Fernando Mibielli de Carvalho (1945, p. 59), Jaime Poggi (1946, p. 160) e J. F. Normano (1945, p. 490), os imigrantes seriam convenientes para encher os espaços vazios, cultivar os campos e melhorar etnicamente a população brasileira. (PERES, 1997 p.88). Neiva também comungava desses ideais, pois pensava que o aumento da população traria benefícios para a colonização das terras mais no interior do país – uma vez que era membro da Fundação Brasil Central.

Segundo Neiva, em primeiro lugar seria necessário firmar um acordo bi ou multilateral, com os países emigrantes, para a seleção étnica e sanitária conveniente aos interesses nacionais. No quesito étnico os mais adequados seriam os italianos, portugueses, espanhóis, germânicos eslavos, balcânicos, em ordem de prioridade, e que gozassem de boa saúde para constituírem uma boa mão de obra. Depois, seria interessante que nesses acordos o financiamento fosse fornecido por parte de companhias imigratórias estrangeiras, o que evitaria despesas ao erário. Em contrapartida, o governo deveria oferecer vantagens ao imigrante como garantias de hospedagem, salários e condições de vida adequadas. (NEIVA, 1945a)

A outra preocupação era em relação à assimilação. Neste caso “a sugestão é que se mantenha a legislação vigente, a fim de evitar o perigo de uma concentração excessiva de imigrantes da mesma nacionalidade em núcleos densos”. (NEIVA, 1945a p.112) A ideia seria se beneficiar do Decreto-lei n. 5878 de 1943, que autorizou a instituição da Fundação Brasil Central, e projetar as imigrações para a colonização e para o desenvolvimento industrial.

A situação de uma Europa destruída e empobrecida do pós-guerra, com uma população precária e em condições políticas instáveis, dava a vantagem para o Brasil de negociar quais imigrantes seriam mais convenientes para o desenvolvimento nacional. Visando esse desenvolvimento, Neiva através de seus anos de experiência no assunto, constrói sua argumentação em favor da imigração desde que ela fosse dirigida e selecionada pelo Brasil.

O planejamento deve ser iniciado quanto antes, prevendo as condições técnicas de transporte, hospedagem, encaminhamento, localização e assistência ao imigrante (...) A estrada é longa e penoso o caminho a percorrer. Mas se os múltiplos aspectos cujo conjunto constitui o problema imigratório brasileiro



forem encarados tecnicamente e dentro do espírito das realidades objetivas, julgamos que é perfeitamente possível orientar a política demográfica nacional de tal maneira que, ainda em nossos dias, possamos assistir a um prodigioso engrandecimento, sob todos os aspectos e em todos os sentidos, da nossa Pátria estremecida. (NEIVA, 1945a. p.113)

Tal qual iniciou seu primeiro artigo na RIC, Neiva defende que “para conseguir o seu objetivo, no entanto, faz-se mister que tenha uma boa orientação, perfeitamente definida, tal o rumo dado ao navegante pela bússola.” (NEIVA, 1940 p.48). Com o desenvolvimento desse pensamento e critérios, Neiva foi convidado e nomeado pelo ministro João Alberto, presidente da comissão que iria até a Europa para negociar a seleção e vinda dos deslocados do pós-guerra ao Brasil.

### CAPÍTULO 3 – A MISSÃO NEIVA

*“Nunca deixa de me chocar que as pessoas considerem a paz algo garantido. Sou grata por ela todos os dias. Nem todo mundo tem essa sorte. Milhões de homens, mulheres e crianças testemunham guerras diariamente. A realidade dessas pessoas envolve violência, lares destruídos, vidas inocentes perdidas. A única escolha que têm para se manter seguras é ir embora. Então elas ‘escolhem’ ficar longe de casa. Só que não é exatamente uma escolha. (...) Que tipo de escolha era aquela? Era como o dia do Juízo Final. O que minha família e todos os outros estavam fazendo não tinha sido fruto de uma escolha: era um questão de sobrevivência. (...) Mas acho que eu já sabia, mesmo naquela época, que o lar que eu conhecia já não existia em lugar nenhum além dos meus sonhos. (...) Para qualquer refugiado ou pessoa fugindo da violência, que é a principal causa de deslocamento forçado, parece que hoje não existe um lugar seguro no mundo.” (YOUSAFZAI, 2019)*

Uma das consequências de conflitos bélicos são os refugiados, pessoas que perderam seus familiares, amigos, seu lar, sua terra e são obrigados a reconstruir a vida em outro lugar. Os trechos acima citados de Malala Yousafzai expressam o drama de quem é atingido por esses conflitos e precisam enfrentar as incertezas que se apresentam quando eles terminam.

Ao final da Segunda Guerra estima-se que cerca de 40 milhões de pessoas foram deslocadas de seus locais de origem devido ao conflito. Diante desse quadro, em todo o continente europeu, soluções foram pensadas para atender à demanda dos deslocados e refugiados. Isto era percebido como um problema temporário e que findaria no imediato pós-guerra. Para tanto, uma série de organismos foram criados tendo por meta minorar o sofrimento dos milhares de deslocados e refugiados (MARQUES, 2016).

A criação das Nações Unidas, em 1945, possibilitou um novo tipo de organização no âmbito internacional em que a cooperação entre os países passaria a ser feita a partir de agências internacionais. Por isso, no imediato pós-guerra, a Agência das Nações Unidas para Auxílio e Restabelecimento (ANUAR) foi a responsável por repatriar essas pessoas, porém sendo um contexto de Guerra Fria e tensões ideológicas, houve dificuldades, como a resistência dos deslocados em regressar ao seu local de origem, por exemplo.

Os deslocados de guerra eram formados majoritariamente por nacionalidades existentes na Alemanha e na Áustria no final do conflito. Sob a direção da Organização

Internacional de Refugiados (OIR), eles foram encaminhados para diversos países que estavam iniciando o processo de modernização da agricultura e de intensificação da atividade industrial, a exemplo do Brasil (SALLES, 2007; PAIVA, 2008). Sendo assim, o Brasil foi um dos países que se prontificou a auxiliar na realocação dessas pessoas, porém não se tratava exclusivamente do desejo de contribuir para a solução de um problema humanitário, mas principalmente do interesse pela formação profissional desses imigrantes (SALLES, 2007).

Com a retomada da imigração após o período da guerra, o presidente Dutra, juntamente com o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), começaram a se interessar pela potencialidade de receber tais contingentes. Passou-se a discutir de que maneira isso seria feito, uma vez que havia várias preocupações que permeavam as discussões sobre que tipo de imigrante seria mais interessante para o Brasil, e isso incluía especialmente a questão racial e econômica.

Sendo assim, o Brasil desenvolveu uma proposta de imigração dirigida que selecionaria aqueles indivíduos que atendessem as demandas de mão de obra especializada, como agricultores e técnicos, e ainda aqueles que fossem considerados bons imigrantes, que teriam condições de se adaptar bem ao Brasil e aos seus costumes (BRAVO, 2014).

Neste capítulo pretende-se analisar a situação da Europa no pós-guerra e a missão que Artur Hehl Neiva presidiu, na busca por imigrantes que atendessem aos critérios da política brasileira. Apesar do fortalecimento da retórica humanitária na política internacional, a legislação migratória brasileira continuava amparada por argumentos utilitaristas e preceitos eugênicos. Nesse sentido, a aceitação de refugiados da guerra devia ser orientada por esses preceitos e, portanto, exigia um esquema bem coordenado de seleção dos indivíduos que mais correspondiam ao perfil racial e moral desejado pelo governo brasileiro. Sendo Neiva figura influente nos debates sobre imigração, o capítulo vai buscar entender como esse projeto se deu na prática com a Europa devastada, quais critérios foram adotados para a seleção das PDs e quais foram os limites e resistências dessa missão.

### **3.1 Pós-guerra na Europa**

A guerra europeia, que começou com a invasão da Polônia em 1939 e terminou com a rendição total da Alemanha em maio de 1945, foi uma guerra total. Envolvendo

militares e civis, o seu legado foi a perspectiva de uma Europa miserável em um cenário de desolação total. (JUDT, 2008).

Com o término da guerra, a grande maioria das pessoas que migrou de suas localidades originárias, retornou para os seus países, porém cerca de um milhão de indivíduos decidiu não regressar. Este “milhão restante” havia perdido totalmente a ligação com os seus países de origem, uma vez que alguns foram anexados por outros Estados ou adotaram, no pós-guerra, novos regimes políticos e sociais. Uma parte do contingente tentou voltar e foi perseguida e morta, caso dos judeus poloneses. Ocorreram pogroms e assassinatos na Polônia depois do fim de II Guerra. (ANDRADE, 2005, BRAVO, 2014, SANTOS, 2018).

A liberação dos territórios ocupados e a chegada dos Aliados em Berlim foram moldando a divisão do território nas zonas ocupadas e dividindo-as em zonas americanas, inglesas, francesas e soviéticas (Figura 2).

No fim da guerra, milhares de pessoas estavam longe de suas pátrias e não conseguiam regressar. O legado da guerra, além dos mortos, incluía os deslocados ou refugiados: militares recrutados pelos nazistas para trabalhar na Alemanha, fugitivos que não aderiram ao regime comunista da União Soviética, sobreviventes dos campos de concentração, opositores religiosos, ideológicos ou discriminados pelas leis raciais nazistas. Antes mesmo do final da guerra, as nações aliadas resolveram devolver a população que ocupava terras inimigas, o povo mais afetado pelos deslocamentos, foi o alemão, em geral pessoas foram arbitrariamente mandadas para outros locais, principalmente, fora do lado oriental da Europa pela União Soviética. (SANTOS, 2015 p.26)



Figura 2 Mapa da Alemanha e Áustria em 1946) (Shephard, 2012)

“O problema humano que a guerra vai deixar para trás de si ainda não foi sequer imaginado, muito menos enfrentado por quem quer que seja. Jamais houve tamanha destruição, tamanha desintegração da estrutura da vida.” Anne O’Hare McCormick (JUDT, 2008.p.27)

As palavras da jornalista McCormick faziam referência à crise de refugiados e deslocados que a Europa estava enfrentando no pós-guerra. Alimentar, abrigar, vestir, cuidar dos doentes civis e prisioneiros de guerra das ex-potências era esforço diário para os Aliados. Inicialmente a responsabilidade ficou a cargo, especialmente, do Exército dos EUA, que deveria fazer o gerenciamento inicial de refugiados e deslocados de guerra, provendo acampamentos para que fossem atendidos. Após diversas críticas sobre o modo como os militares lidavam com refugiados e sobreviventes de campos de concentração, a responsabilidade pelo bem-estar e pela repatriação ou reassentamento de milhões de deslocados de guerra coube, cada vez mais, à Administração das Nações Unidas para Auxílio e Restabelecimento (ANUAR). (JUDT, 2008)

a identificação, repatriação ou recolocação desses povos infelizes seria uma

das tarefas mais difíceis a enfrentar assim que a guerra acabasse”. Kenneth Brookes na Conferência sobre Ajuda Humanitária e Reconstrução da Europa em Oxford, no dia 12 de dezembro de 1942. (SHEPHARD, 2012. P. 57)

Criada sob um forte viés humanitário e internacional, em 9 de novembro de 1943, a ANUAR visava ser o órgão responsável pelas primeiras providências tomadas na Europa após o fim da guerra:

Na ANUAR nós arquitetamos um mecanismo, baseado nos processos da verdadeira democracia, que pode contribuir muito para a realização de um objetivo assim nos meses de emergência desesperada que irão acompanhar o fim do Eixo. Como na maioria das coisas difíceis e complexas da vida, as nações aprenderão a trabalhar juntos só se realmente trabalharem juntas. Por que não? As nações têm objetivos comuns. É, portanto, com um alento de esperança que vemos a assinatura desse acordo por todos os membros das Nações Unidas como um meio de uni-los ainda mais firmemente. (SHEPHARD, 2012. p. 68)

Esse órgão funcionou até julho de 1947 e foi responsável por alimentar, prover auxílio e repatriar os milhões de pessoas que se encontravam espalhados pela Europa. Segundo Santos e Pelegrini (2019 p.1), nos campos de refugiados da ANUAR, as PDs passaram pela prática de filtragem, processo esse que determinava quem tinha direito a adentrar, permanecer nos espaços e gozar de proteção internacional. Após o estabelecimento inicial dos acampamentos, a ANUAR deu auxílio médico e repatriou os milhões de PDs estrangeiras na Alemanha. O plano era que os militares recolhessem as PDs e as transportassem para centros ou campos de acolhimento, onde eram alimentadas e mantidas por equipes especiais da ANUAR. As PDs eram encaminhadas para acampamentos temporários, onde depois eram levadas para os centros de acolhimento para serem abrigadas até que, por fim, fossem repatriadas (SHEPHARD, 2012).

Em fins de 1945, a ANUAR administrava 227 acampamentos e centros assistenciais para deslocados e refugiados na Alemanha, com mais de 25 acampamentos localizados na Áustria e outros instalados na França (...). Em termos de nacionalidade, os grupos mais numerosos eram da União Soviética: prisioneiros libertados e operários que tinham sido empregados no trabalho forçado. Havia ainda 2 milhões de franceses (prisioneiros de guerra, operários e deportados); 1,6 milhão de poloneses; 700 mil italianos; 350 mil tchecos; mais de 300 mil holandeses; 300 mil belgas e inúmeros outros grupos. (JUDT, 2008.p.43)

Em setembro de 1945 houve a percepção de que nem todos as PDs retornariam a seus países antes da chegada do inverno, até porque muitos não queriam voltar, especialmente os da Europa Oriental. Segundo Shephard (2012 p.110), acreditava-se que poderia haver até 250 mil pessoas nas três zonas ocidentais da Alemanha e da Áustria (Tabela 3). Elas não só não reivindicavam a cidadania soviética, como também temiam

as consequências de voltar para as áreas de seus países que estivessem então ocupadas e requeridas pela União Soviética. Dentre esses havia estonianos, letões, lituanos, poloneses, ucranianos e bielorrussos que tinham sido cidadãos poloneses, mas cujas áreas de origem (após a mudança da fronteira para o Oeste) estavam agora na União Soviética (SHEPHARD, 2012).

*Tabela 3 Situação das Operações com os Descolados de Guerra (19 de setembro de 1945)*

| <b>Nacionalidade</b>        | <b>Deslocados de Guerra Repatriados</b> | <b>Deslocados de Guerra Remanescentes na Alemanha Ocidental</b> |
|-----------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| <b>França</b>               | 1.509.000                               | 2.000                                                           |
| <b>Países Baixos</b>        | 274.000                                 | 3.000                                                           |
| <b>Bélgica e Luxemburgo</b> | 298.000                                 | 1.000                                                           |
| <b>União Soviética</b>      | 2.031.000                               | 40.000                                                          |
| <b>Estônia</b>              | -                                       | 21.000                                                          |
| <b>Letônia</b>              | 1.000                                   | 62.000                                                          |
| <b>Lituânia</b>             | -                                       | 48.000                                                          |
| <b>Polônia</b>              | 89.000                                  | 822.000                                                         |
| <b>Tchecoslováquia</b>      | 135.000                                 | 3.000                                                           |
| <b>Iugoslávia</b>           | 204.000                                 | 25.000                                                          |
| <b>Grécia</b>               | 12.000                                  | 3.000                                                           |
| <b>Itália</b>               | 579.000                                 | 20.000                                                          |
| <b>Hungria</b>              | 11.000                                  | 93.000                                                          |

|                                   |           |           |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| <b>Romênia</b>                    | 2.000     | 1.000     |
| <b>Bulgária</b>                   | 2.000     | 1.000     |
| <b>Apátridas</b>                  | -         | 28.000    |
| <b>Outros e não classificados</b> | 82.000    | 164.000   |
| <b>Total</b>                      | 5.232.000 | 1.347.000 |

Fonte: Adaptado de ANDRADE, 2006

Por questões políticas e financeiras – a URSS exigia o repatriamento das PDs e o orçamento estipulado para a ANUAR, cuja maioria era proveniente dos EUA, estava chegando ao fim – o governo Truman decidiu encerrar as atividades da ANUAR em 1946 e focar a ajuda humanitária norte-americana nas áreas ocupadas pelos EUA. E o que fazer com o milhão de pessoas deslocadas que ainda estavam na Alemanha e que não queriam retornar para seus países de origem? (BRAVO, 2014).

Havia ainda mais de 1 milhão de Pessoas Deslocadas na Alemanha, na Itália e na Áustria, a grande maioria nas zonas britânica e na americana da Alemanha. Mais de 60% dessas pessoas moravam em campos, mas cerca de 400 mil tinham escolhido viver fora deles, principalmente em cidades alemãs. O número de campos de PDs na zona americana – 134 em dezembro de 1945 e 400 em dezembro de 1946 – tinha chegado a 416 em junho de 1947; na zona britânica tinha aumentado, durante o mesmo período, de 78 para um pico de 443 em dezembro de 1946, mas tinha então diminuído para 272. Havia 45 campos na zona francesa, 21 na Áustria e 8 na Itália – perfazendo um total de 762 campos. (SHEPHARD, 2012. p.330)

A demora em resolver a situação dos deslocados já estava gerando impaciência pois eles eram consideradas “um peso na economia enferma da Europa” (JUDT, 2008 p.405). Os EUA passaram, então, a fazer acordos bilaterais com os países para que recebessem as PDs provenientes de seus territórios ao mesmo tempo em que se discutia, no plano internacional, a criação de uma nova agência especializada das Nações Unidas que se ocupasse desse contingente. Foi assim que no final de 1947 foi criada a OIR. (BRAVO, 2014). A principal diferença desse novo órgão para o anterior é a ausência da URSS e seus satélites. A OIR era, na prática, um instrumento das potências ocidentais, principalmente os EUA.

Haja vista que o reassentamento e a reabilitação dos milhões que perderam suas raízes eram considerados essenciais para a recuperação econômica da Europa, os EUA



enxergavam que a opção mais viável seria que as “PDs fossem enviadas para gargalos de mão de obra na economia europeia, tendo o devido cuidado para que suas ‘necessidades humanas’ fossem atendidas” (SHEPHARD, 2012 p.406). Os que ainda assim restassem, deveriam então ser redistribuídos pelo mundo.

Muitos dos refugiados e dos deslocados de guerra que viviam nos centros de acolhida das zonas de ocupação ocidentais eram qualificados profissionalmente e, portanto, desejados como mão de obra, e a ANUAR percebeu esse potencial migratório. (ANDRADE, 2005). A ANUAR foi responsável por compilar as informações sobre qualificações laborais e passá-las às organizações intergovernamentais como meio de facilitar os esforços de reassentamento. (ANDRADE, 2005)

Cada país tinha critérios ligeiramente diferentes para a seleção, e os funcionários encarregados de reassentamento faziam uma seleção preliminar das PDs que iriam se enquadrar às necessidades específicas de cada país. Após essa breve triagem, um selecionador de mão de obra visitava os campos entrevistando os candidatos. (SHEPHARD, 2012). Os candidatos considerados aptos eram enviados para um “centro de processamento de reassentamento” para a filtragem final e a seleção. Os exames médicos eram o obstáculo seguinte:

(...) Raios X do pulmão, exames de sangue e urina não eram problemas para uma pessoa saudável, mas muitas das PDs que agora se candidatavam para um trabalho físico exaustivo estavam mais fracas depois dos anos passados nos campos. A tuberculose era comum e também doenças venéreas. Se um dos membros de uma família tinha tuberculose, as chances de futuro para toda família estariam perdidas. Não é de surpreender, portanto, que o processo de exames médicos logo fosse envolvido em corrupção e compaixão. (SHEPHARD, 2012 p. 414)

Essas seleções levavam em consideração as escolhas das PDs quanto a sua preferência de países para emigrar e, embora os países das Américas Central e do Sul não fossem a sua primeira escolha, muitos acabaram vindo para a região. No entanto, poucos desses países tinham qualquer mecanismo adequado para receber novos imigrantes.

Os recém-chegados iriam se juntar a um mosaico étnico e complexo de população, primordialmente latina ou de origem indígena, com o qual os povos de origem eslava, báltica ou judaica não possuíam qualquer ligação; e iriam se defrontar com ‘trabalho árduo em um clima tropical ou semitropical, um padrão de vida baixo, um sistema agrário patriarcal que fazia com que fosse muito difícil obter títulos permanentes de propriedade de terra, e um futuro político incerto.’ (SHEPHARD, 2012. p. 416 )

A situação das PDs já era tão insustentável na Europa que quase 100 mil delas terminaram indo para os dezessete países da região, quase 80 mil para a Venezuela, o Brasil e a Argentina. Por outro lado, como os países latino-americanos não realizavam

uma seleção preliminar na Europa, muitas pessoas idosas e enfermas terminaram em países onde teriam poucos contatos e perspectivas (SHEPHARD, 2012). Esse não foi o caso do Brasil que, diante de tal realidade, viu então uma oportunidade de conseguir valer suas prioridades e negociou a vinda desses deslocados.

Desta maneira, o governo brasileiro enviou uma Comissão de Seleção chefiada por Artur Hehl Neiva. Com essa oportuna aliança entre o auxílio humanitário e as atividades políticas para atração de mão de obra especializada, as seleções que viriam a desenvolver-se nos campos da Europa, nos anos de 1946 e 1947, deveriam ser elaboradas pelo Conselho de Imigração e Colonização, estabelecendo preferências étnicas, profissionais, etárias, dentre outros aspectos. (MARQUES, 2019)

Deste modo, e ciente da potencialidade dos refugiados, em fins de 1946, o então presidente da República Eurico Gaspar Dutra enviou três comissões de seleção para o continente europeu, chefiadas por Artur Hehl Neiva. Destas primeiras avaliações, foi gerado um extenso relatório onde se apresentavam de maneira detalhada o seu trabalho e buscava traçar o perfil dos refugiados compreendidos como “os ideais” para serem selecionados, bem como salientar aqueles que não deveriam ser aceitos. Em outras palavras, Neiva propôs um *ranking* entre as nacionalidades mais aptas a participar de tal processo, levando em conta, para além dos dois paradigmas mais tradicionais, as aptidões profissionais e a facilidade de assimilação, o caráter político. (MARQUES, 2019 p. 4)

Deste modo, a missão Neiva, que se iniciou em fins de 1946, foi buscar nos campos de refugiados os melhores imigrantes para o Brasil, seguindo os critérios da política imigratória brasileira que acabara de ser reinstituída. A proposta para imigração dirigida foi elaborada levando em consideração o Decreto-lei n. 7967 de 18 de setembro de 1945, que retomou a imigração após o período da guerra. A intenção era dividir a imigração em duas categorias básicas: espontânea e dirigida. A primeira compreenderia todos que, de sua própria iniciativa e responsabilidade, viessem para o Brasil e teria cota de 2% em relação à população dos seus compatriotas já existente no país; a segunda seria constituída pelos imigrantes introduzidos no território nacional pelo poder público, por empresas ou particulares que, de antemão, se responsabilizassem pelo seu transporte, hospedagem, sua localização e subsistência iniciais, nos termos do decreto-lei 7.967. (NEIVA, 1949)

### **3.2 Proposta para imigração dirigida**

Considerando os argumentos de Neiva no Congresso Econômico (1945), as suas previsões se confirmaram:

Sejam quais forem as diretrizes políticas incorporadas aos tratados de paz, o fato é que a Europa estará profundamente empobrecida, tendo perdido a vida milhões de pessoas, das quais uma grande proporção na flor da idade, precisamente as que, pelas condições físicas, dariam os melhores imigrantes. Além disso, estará depauperada, pela sub-alimentação durante tanto tempo; sua capacidade industrial. Especialmente no continente, estará muito reduzida e existirá provavelmente um estado de efervescência política e social decorrente das necessidades de adaptação às novas circunstâncias pelos vencidos, com a reviravolta de todos os valores e o legado de dores e ódios que sistematicamente acompanham as guerras.

Em resumo, a Europa estará empobrecida, com sua população depauperada, em condições sanitárias precárias e politicamente instáveis.

É evidente que, em tais circunstâncias, o primeiro problema de pós-guerra será a alimentação dos povos da Europa. (...) Haverá, certamente, uma pressão muito forte por parte das populações europeias para fugir de todo o sofrimento pelo qual passaram; mas resta saber, primeiro se esta imigração indiscriminada nos convirá, e segundo se os governos dos países europeus estarão dispostos a favorecer a imigração no início de uma fase de reconstrução do Continente.

Suponhamos que, de uma forma ou outra, a resposta àquelas perguntas seja afirmativa e que de fato se possam intensificar correntes imigratórias para o Brasil. Neste caso, é preciso que nós nos aparelhemos convenientemente para receber estas levas de imigrantes. E isto implica em planejamento metódico, dada a complexidade do problema, como já vimos. (NEIVA, 1945a p.109)

A partir da metade final da década, com a entrada em cena do problema dos refugiados europeus, particularmente os judeus fugitivos dos regimes nazifascistas, essas preocupações e controles rígidos ficaram ainda mais claros e evidentes (SILVA, 2013). E esse momento tem influência no pensamento para com os deslocados do pós-guerra.

A criação de organismos internacionais que cuidavam diretamente do movimento migratório, como as agências da ONU encarregadas do repatriamento, reassentamento e integração local das populações deslocadas como a ANUAR, em 1946, e a OIR, em 1947, possibilitou que o Brasil tivesse protagonismo nas negociações e firmasse acordos de recepção (BRAVO, 2014).

Após a publicação do decreto-lei n.7.967 de 18 de setembro de 1945, que retoma a imigração, antes suspensa por Vargas em 1941, o governo brasileiro ratificou um acordo administrativo com a Comissão Preparatória da Organização Internacional de Refugiados, no qual ficou definido que cinco mil pessoas deslocadas da guerra e refugiados poderiam encaminhar-se para o Brasil, e também dispôs sobre a criação de uma Comissão Mista Brasil-OIR e o livre direito de recrutamento dos imigrantes pelas autoridades brasileiras, auxiliadas pelos serviços especializados da OIR (ANDRADE 2005). Desse modo, e ciente da potencialidade dos refugiados, em fins de 1946, o então presidente Eurico Gaspar Dutra, enviou três comissões de seleção para o continente europeu, chefiadas por Artur Hehl Neiva. (NEIVA, 1949) Destas primeiras avaliações, foi gerado um extenso relatório onde se apresentavam de maneira detalhada o seu trabalho

e buscava traçar o perfil dos refugiados compreendidos como “os ideais”. (KOIFAMAN, 2012; MARQUES, 2016).

(...) é natural que o imigrante sofra um processo de seleção quando ainda se encontra no país de emigração. Nesse ponto, chocam-se os interesses dos dois países, o que envia e o que recebe os imigrantes. O primeiro tende sempre a selecionar os imigrantes de acordo com os seus interesses próprios, muitas vezes opostos às conveniências do país de imigração. (NEIVA, 1949, p. 78)

A busca por esses imigrantes e a criação de uma política nacional voltada para os interesses da colonização e da industrialização, segundo NEIVA (1949, p.110), deveria impulsionar o Conselho a, junto com indústrias, traçar quais eram os principais ramos deficitários em matéria de mão de obra especializada para aproveitar ainda mais essa seleção e buscar por esses profissionais qualificados. A dinâmica de seleção articulava o poder político do Estado, contribuindo para formar os grupos dos desejáveis e indesejáveis.

Os critérios adotados por cada país que entrou no acordo de receber as PDs variava bastante mas, no geral, sete fatores básicos podem ser considerados os mais comuns de acordo com Bouscaren (1963 p.10): 1- o sistema de cotas, 2- o sistema seletivo, 3- o sistema de exclusão, 4- o sistema preferencial, 5- o sistema de assistência financeira, 6- o sistema de contrato de trabalho, e 7- o sistema de garantia de trabalho.

1. O sistema de cotas. A cota fixa limitações sobre o número de pessoas que têm permissão para imigrar para um país e aloca cotas para nativos de determinado país. Os Estados Unidos, as Filipinas e o Brasil empregam sistemas de cotas. (...) o sistema de cotas brasileiro é baseado em grupos de nacionalidades que imigraram entre 1888 e 1934.

2. O sistema seletivo. Isso permite a seleção de estrangeiros para preencher vagas em certas categorias. É realizado por comissões nomeadas que examinam estrangeiros que afirmam ter certas habilidades, ou por meio de acordos ou tratados intergovernamentais. Argentina e Brasil usam esse sistema.

3. O sistema de exclusão. Isso cria barreiras absolutas com base na raça ou nos defeitos físicos, mentais ou morais. O Brasil tem disposições gerais de exclusão em seus sistemas de imigração.

4. O sistema preferencial. Este sistema, projetado para manter as características raciais designadas dos países, é empregado por todos os principais países receptores de imigrantes. O Brasil privilegia principalmente portugueses e, em menor grau, italianos e espanhóis.

5. O sistema de assistência financeira. Isso oferece incentivos materiais para os imigrantes em potencial, o que pode ser feito de várias maneiras. O dinheiro da passagem pode ser fornecido, empréstimos pessoais diretos podem ser concedidos para a compra de terras e implementos agrícolas, ou o emprego pode ser assegurado por certos períodos. Argentina, Brasil e Austrália, usando variantes desse sistema, estabeleceram disposições condicionais para o pagamento, no todo ou em parte, dos custos de transporte para aqueles que não puderem custear tais despesas eles próprios. Além disso, a Argentina e o Brasil

forneceram empréstimos e doações diretas a agricultores em potencial e outros grupos ocupacionais.

6. O sistema de contrato de trabalho. Esse sistema é empregado pela Argentina e pelo Brasil, bem como por vários dos menores países receptores de imigrantes, principalmente a França.

7. O sistema de garantia de trabalho. O único grande país receptor de imigrantes que emprega este sistema é o Brasil, que tem uma cláusula de garantia de trabalho para indivíduos isolados que não se enquadram na categoria de 'importação em grupo' de trabalhadores necessários, mas que, por causa de suas qualificações particulares, são necessários em alguns setores da indústria brasileira. (BOUSCAREN, 1963 p.5-7)

A iniciativa de organizar uma comissão para ir à Europa estudar *in loco* a possibilidade da vinda de imigrantes foi do presidente do CIC, o ministro João Alberto. Tentando retomar a corrente imigratória que, por motivos de uma política restritiva, estava contida desde o início do conflito mundial, as novas condições apresentavam-se bastante favoráveis ao plano político de seleção de imigrantes oem que “selecionar, naturalmente, significava categorizar, sistematizar e hierarquizar os refugiados na Europa a fim de aceitar apenas os mais desejáveis cultural, religiosa, étnica e politicamente” (RUSEISHVILI, 2020 p.138).

As negociações no âmbito internacional foram mediadas pelo CIR. Os governos britânico e americano estavam interessados em financiar parte das despesas como transporte e os gastos até o porto no Brasil, com uma estimativa de gasto de \$40 milhões de dólares. Parte do acordo era que os deslocados seriam selecionados na Europa por autoridades brasileiras competentes que agiriam de acordo com instruções emitidas do governo. Em contrapartida, o Brasil deveria fornecer condições de vida adequadas como moradia e emprego. Representantes dos governos britânico e americano foram convidados para vir ao Brasil e ver as possibilidades que o país oferecia. (NEIVA, 1945a)

Em 27 de julho de 1946, a missão internacional chegou ao Brasil, contando com Patrick Murphy Malin, como presidente, além de: Ralph K. Taylor, secretário da Embaixada Britânica em Washington, representante do Foreign Office; Edward Rowell, adido do trabalho da Embaixada Americana no Rio de Janeiro; Guy Bush, adido agrícola da Embaixada Americana no Rio de Janeiro; Clifford German, adido do trabalho na Embaixada Britânica no Rio de Janeiro e Hugh Montgomery, conselheiro da Embaixada Britânica no Rio de Janeiro. O ministro João Alberto envolveu não somente o governo federal, mas também os governos estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, solicitando cooperação dos estados para com a missão (NEIVA, 1945a).

As instruções provisórias para a execução desse projeto foram elaboradas para que a admissão de imigrantes no território nacional pudesse promover a vinda de elementos estrangeiros que fossem fatores de progresso para o Brasil. É importante ressaltar que a necessidade primordial era a de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, mas também não prejudicar o trabalhador nacional. (NEIVA, 1949)

Com base nessa expedição, é elaborada uma minuta a ser discutida no CIC sobre a atuação do Brasil na recepção dos refugiados de guerra. A proposta, redigida em parceria com os representantes do CIR e das embaixadas britânica e estadunidense, visava realizar uma campanha de seleção amostral, no período entre outubro de 1946 e março de 1947, para recepção de 120 mil ‘colonos’ deslocados pela guerra. A minuta se referia ao empreendimento como ‘recolonização’ e oferecia um esboço dos procedimentos, cujos detalhes deveriam ser discutidos posteriormente pelo CIC. (RUSEISHVILI. 2020 P.140)

Os indivíduos deveriam gozar de perfeita saúde, aptidão profissional e estado mental que os tornassem eficientes como elementos de trabalho e facilmente assimiláveis na comunidade brasileira. O chefe da família deveria ser do sexo masculino, de idade compreendida entre os limites de 20 e 50 anos, e a família deveria compreender laços de primeiro grau consanguíneos cujo número era limitado ao máximo de 5 pessoas. A percentagem de solteiros não deveria exceder 20% sobre o total dos aceitos para cada leva. (NEIVA, 1949)

A seleção e o recrutamento seriam conduzidos, em estreita cooperação, com as autoridades exteriores encarregadas do assunto e os serviços oficiais no Brasil. O percentual de cada grupo de deslocados seria composto por 70% de agricultores e 30 % de operários especializados. O recebimento, alojamento, distribuição e colocação ficariam a cargo das autoridades brasileiras para destino conveniente. (NEIVA, 1949)

Em resumo, as principais vantagens apresentadas por essa imigração eram o incremento demográfico, com a entrada de um contingente forte para o Brasil, a liberdade de seleção desses imigrantes por parte do governo brasileiro e o pagamento de todas as despesas feitas fora do Brasil pelo CIR, excetuando os salários dos selecionadores brasileiros e as indenizações pela utilização do pessoal, pagos pela ANUAR. A contrapartida brasileira era assegurar localização adequada, custear a hospedagem dos imigrantes por ocasião de seu recebimento, o transporte dos mesmos até a sua localização, e assegurar-lhes certo número de garantias sociais. (NEIVA, 1949; BRAVO, 2014; SANTOS, 2015)

Segundo Neiva,

“(…) Os governos americano e britânico pagariam todas as despesas de transporte dos mesmos até o porto brasileiro de desembarque. Estimativa do gasto que estavam dispostos a bancar \$40 milhões de dólares o que equivalia a Cr\$ 800.000.000,00. Ministro João Alberto negociou que os deslocados seriam selecionados na Europa por elementos brasileiros, de acordo com as instruções emanadas do governo Brasileiro. Representantes do IGCR e dos governos britânico e americano foram convidados para vir ao Brasil e ver as possibilidades que o nosso país ofereceriam aos deslocados.”<sup>18</sup>

O interesse nessa negociação estava relacionado ao fato de que, desde 1930, a imigração caiu vigorosamente devido à política restritiva iniciada pelo Brasil em fins de dezembro de 1930, pelo decreto 19.482 de 12 de dezembro daquele ano, revigorado pelo decreto 20.917, de 7 de janeiro de 1932, que proibiram totalmente a imigração, e reforçada em 1934 pela introdução do regime de quotas na Constituição. Desde então, com o final da guerra, havia um crescente interesse em retomar o fluxo imigratório, pensado nos interesses nacionais. (NEIVA, 1949 p. 21)

Houve ainda estudos da Fundação Brasil Central junto a órgãos oficiais, como a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura e o IBGE, para investigar a possibilidade de criação de núcleos coloniais, para cuja realização o CIR contribuiria financeiramente e o governo brasileiro aportaria o restante. E o CIR forneceria a cada imigrante aportado, uma pequena quantia em dinheiro. (NEIVA, 1949 p.26)

Sendo assim, Neiva defendia a seleção e buscava convencer seus colegas no CIC das vantagens econômicas, políticas e ideológicas desse projeto para o Brasil:

(…) desde o início da guerra, Neiva defendia a recepção dos refugiados europeus, desde que fossem todos brancos e devidamente selecionados. Essa seleção visava suprir as necessidades da indústria pela mão de obra especializada. ‘Será possível que no Brasil não haja lugar para mecânicos de precisão habilitados, que a meu ver não existem quase entre nós?’, indaga Neiva (1949, p. 75) em um de seus textos. A seleção era única maneira de equilibrar duas exigências sobrepostas: a necessidade de mão de obra qualificada para a industrialização nacional e o imperativo de barrar a entrada para aqueles que poderiam desafiar o projeto da ‘homogeneização’ da população brasileira. (RUSEISHVILI, 2020. p.138)

### 3.3 O Processo Seletivo

---

<sup>18</sup> NEIVA, A. H. 667ª sessão do Conselho de Imigração e Colonização, em 17 de julho de 1946, o ministro João Alberto fez uma exposição completa do plano a esse órgão como consta na ata. Em 23 de julho, na 669ª sessão, foram feitos novos esclarecimentos a respeito. *Deslocados de guerra A verdade sobre sua seleção*. A Noite: Rio de Janeiro 1949 p.22-23

Em 8 de outubro de 1946, na 692ª reunião do CIC, o então presidente do conselho, o ministro João Alberto comunicou que o presidente Dutra havia autorizado a ida imediata da comissão de Seleção à Europa e que Artur Hehl Neiva seria o chefe dessa missão:

(...) o Senhor Presidente da República já havia autorizado a ida imediata de três comissões, com destino à Alemanha, onde deverão estudar *in loco* as condições das pessoas deslocadas e que desejam emigrar para o Brasil. Informou ainda o Presidente que a Fundação Brasil Central financiaria a despesa em apreço até que pudesse ser aberto crédito regular pelo Ministério da Fazenda. Informou igualmente que levaria à aprovação de Sua Excelência o Senhor Presidente da República o nome do Conselheiro Artur Hehl Neiva, para ser designado chefe dessas comissões que irão ao estrangeiro, e que o Doutor Neiva iria diretamente a Berlim trabalhar junto com a missão militar brasileira naquela capital, tendo o General Dutra aprovado àquela designação. Disse ainda que o Presidente da República havia designado para chefes das missões que ora vão à Europa os Senhores: Raphael Verissimo de Azambuja, que já se encontra na Itália, Dr. Ezequiel Ubatuba, e outro nome que seria indicado pelo Estado de São Paulo. (NEIVA, 1949 p.29)

Cada uma das comissões teria um chefe indicado pelo Ministério do Trabalho, um cônsul indicado pelo Ministério das Relações Exteriores, um médico indicado pelo Ministério da Educação e Saúde, um secretário e um intérprete<sup>19</sup>. Todas as atividades das comissões deveriam ser informadas ao CIC a partir de minuciosos relatórios. (NEIVA, 1949 p.30). Caberia aos conselheiros Dulphe Pinheiro Machado, José Caracas, João Luiz Guimarães Gomes, Pérciles de Mello Carvalho, Cesar Garcez e Armando Vilanova Pereira de Vasconcelos a elaboração do projeto das instruções que deveriam orientar o trabalho de selecionamento de imigrantes no exterior.

Ao analisar a situação da Europa, Neiva levou em consideração o problema da reconstrução das áreas destruídas. Por questão de assimilação e preferência, os países latinos eram os primeiros da lista e naquele momento apenas a Itália poderia fornecer os contingentes de que o Brasil necessitava, porém era preciso negociar acordos de imigração com o governo italiano. Os próximos na lista de preferências eram: Alemanha, Áustria, Dinamarca, Holanda, Grécia, Países Escandinavos e a Tchecoslováquia. Como os últimos ainda requeriam estudos mais prolongados, a Áustria e a Alemanha foram considerados os mais promissores ainda que estivessem sob regime de ocupação militar. (NEIVA 1945a p.38)

---

<sup>19</sup> A equipe designada para essa primeira missão preparatória era chefiada por Artur Hehl Neiva e incluía Raphael Azambuja, Ezequiel Ubatuba, Edgar Guimarães de Almeida, Antônio Gavião Gonzaga, Abias Otávio Vieira, Otávio Paranaguá, entre outros. (RUSEISHVILI, 2020 P. 140)



Todos os países da Europa Oriental restantes, sob influência ou domínio da URSS, foram automaticamente excluídos e desconsiderados para imigração, pois a própria URSS vetou a imigração de seus territórios, fomentou o repatriamento e ainda não era interessante para o Brasil receber qualquer imigrante que fosse suspeito de comunismo (NEIVA 1945a p.38). Sendo assim, as circunstâncias levaram que apenas as pessoas domiciliadas nas zonas de ocupação das potências ocidentais na Alemanha e Áustria fossem consideradas para a imigração imediata.

Em 25 de outubro de 1946, a delegação brasileira chegou a Roma e começou a visitar as cerca de 700.000 PDs que estavam espalhadas pelas zonas de ocupação, agrupados em “campos”, separadas por etnias ou nacionalidade, em 568 zonas ou campos de refugiados (*Assembly Centers -AC*)<sup>20</sup>. Após receber permissão da URSS, seguiu para Berlim em 6 de dezembro e visitou os campos nas zonas de ocupação britânica e americana. (NEIVA, 1949 p. 40)

“Tendo em vista a extrema heterogeneidade do ‘material migratório’, como eram chamados os deslocados de guerra nos relatórios, era necessário fixar os procedimentos padronizados da seleção. As autoridades de cada zona seriam comunicadas sobre os critérios da seleção e o perfil dos refugiados desejado pelo governo brasileiro e passariam, por sua vez, essas informações à direção de cada campo para refugiados. A seleção prévia seria realizada pelas autoridades dos campos e as fichas individuais de cada candidato seriam encaminhadas à comissão brasileira. Já na base dessas fichas, as equipes da comissão visitariam cada campo para realizar a seleção *in loco*, conferindo as informações declaradas nas fichas e emitindo os vistos de entrada ao Brasil. Listas dos membros de cada grupo de imigrantes aceitos, contendo um sumário dos informes pessoais, deveriam ser enviadas ao Brasil por via aérea com a possível antecipação sobre o embarque dos imigrantes”. (RUSEISHVILI, 2020 P.140)

As autoridades dos campos disponibilizavam, primeiramente, relatórios detalhados sobre o número de refugiados sob a sua jurisdição, assim como sobre as suas características como qualificação profissional e seu potencial de integração. Esses relatórios eram usados como base para que a Comissão definisse os destinos a serem visitados *in loco* para que fosse feita a seleção presencial. Depois, a Comissão analisava os dossiês individuais agrupados por categorias, que correspondiam às exigências previamente informadas às autoridades dos campos. (RUSEISHVILI, 2020)

Dessa maneira, ao iniciar as visitas, a delegação brasileira pautou-se em um conjunto de qualidades que caracterizariam os contingentes imigratórios mais

---

<sup>20</sup> Para os detalhes do cotidiano das PDs nos campos de refugiados ver JUDT, Tony. O legado da Guerra. In: \_\_\_\_\_. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 27-54 e SHEPHARD, BEN. *A longa estrada para casa: restabelecendo o cotidiano na Europa devastada pela guerra*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 614p.

interessantes para o Brasil, que estavam presentes nos relatórios detalhados dos habitantes de diversas zonas de ocupação, com indicação de nome, data de nascimento, profissão, qualificações laborais, composição familiar, entre outros.

Essas qualidades, dum modo geral, são as seguintes: energia e fortaleza de ânimo, adaptabilidade a circunstâncias novas; rusticidade e resistência física; capacidade de sobrevivência; habilidade manual ou mecânica; grande operosidade e aplicação; hábitos de limpeza, de ordem e de disciplina; moralidade; acentuado sentimento de apego à família; religiosidade fervorosa; coragem perante adversidade; e, fundamentalmente, forte espírito anticomunista. (NEIVA, 1949 p.41)

A própria delegação passou a estabelecer parâmetros os quais deveriam guiar a seleção das PDs que viriam para o Brasil, porém estes cabiam ao CIC estabelecer. Havia sido acordado que o Conselho daria instruções claras a respeito dos critérios de preferência étnica, seleção profissional, composição familiar preferida, seleção médica, idade, sexo e se deveria ser individual ou em grupo (BRAVO, 2014 p.76). Segundo Bravo (2014 p.77): “solicitou-se ao CIC, repetidas vezes, pela execução de tal tarefa, o que não aconteceu. Assim, coube a Neiva proceder à elaboração, in loco, dos parâmetros básicos sem, no entanto, deixar de apelar para que o Conselho tomasse as rédeas da situação o mais breve possível”.

Em fins de outubro, o grupo de seleção brasileiro já se encontrava a caminho da Europa, sem ter levado consigo, contudo, instruções quanto aos critérios de seleção dos refugiados e deslocados, nem tampouco o cadastro da mão de obra necessitada no Brasil. No que respeita a este, não obstante o artigo 97 do Decreto-Lei no 7.967, de 18 de setembro de 1945, reza que “O Conselho de Imigração e Colonização procederá, dentro do prazo de noventa dias, ao cadastro da mão de obra que deixa ser suprida mediante a introdução de imigrantes (...)”, o cadastro jamais foi feito. Sua utilização, por parte dos selecionadores brasileiros, teria sido, indubitavelmente, de significativa valia. (ANDRADE, 2005, p.16)

Era esperado que o conselho realizasse um levantamento sobre as necessidades de mão de obra especializada junto à Confederação Nacional da Indústria e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo para saber o número de operários qualificados e de técnicos especializados e as especialidades desejadas, a remuneração proposta, as condições do contrato de trabalho, outras informações pertinentes e, principalmente, as exigências feitas quanto ao grau de capacidade ou ao tempo de experiência profissional exigidos.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> A Companhia Industrial Morumbi, segundo o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fez uma solicitação de reserva de imigrantes. CPDOC, AHN, ap.1938.07.12 *Proposta Brasileira para Imigração de Refugiados*.

Assim sendo, a comitiva passou por Frankfurt, Augsburg, Munique e Tutzing, visitando os campos e analisando quais seriam as PDs que deveriam ser escolhidas. As seleções na zona americana e francesa da Áustria e na zona britânica da Alemanha, foram feitas por Ezequiel Ubatuba, como chefe, e Dr. Gavião Gonzaga, como médico. Hehl Neiva e Dr. Edgard de Almeida ficaram responsáveis pela zona britânica na Áustria e americana e francesa na Alemanha. (NEIVA, 1949 p.60)

Os critérios para seleção foram estabelecidos pelos membros da Comissão. Neiva propôs um ranking daqueles que seriam mais interessantes para o país após a observação dos grupos que se encontravam nos campos. Para tal, levou em conta, principalmente, as aptidões profissionais e sua facilidade de assimilação, sugerindo assim uma “gradação de preferência étnica” na seleção dos refugiados, sobretudo, àqueles considerados “não repatriáveis” (RUSEISHVILI, 2020 p. 141). Nesse sentido, foram priorizados os seguintes nacionais em ordem: bálticos, ucranianos, poloneses, russos brancos e iugoslavos. (BRAVO, 2014 p.77)

Os bálticos compreendiam os lituanos, letões e estonianos, encontravam-se voluntariamente na Alemanha desde cerca de 1944 e não eram repatriáveis. A comitiva acreditava que eram os melhores entre todas as PDs e dariam excelentes artífices, operários, técnicos e agricultores, podendo migrar em grupos de quatro a cinco pessoas por família. Em seguida, foram considerados os ucranianos, que eram predominantemente agricultores, e por isso seriam ótimos colonos de fazenda e pequenos prioritários rurais. Também, não eram repatriáveis e haviam vivido, principalmente, como trabalhadores forçados entre 1941 e 1944. Já os poloneses eram prisioneiros de guerra e trabalhadores forçados e eram o único grupo que poderia ser, eventualmente, repatriado. Em sua maioria eram compostos por agricultores, porém seu nível de criminalidade era alto. Os quartos da lista eram os russos brancos e apátridas, que formavam um contingente de cerca de 20.000 indivíduos. Possuíam acentuado temperamento artístico, eram muito religiosos e especialmente anticomunistas, eles não seriam repatriáveis e vieram voluntariamente. Por fim, os iugoslavos que vieram como prisioneiros de guerra foram considerados os menos cultos de todos os visitados, e deveriam ser escolhidos individualmente. (NEIVA, 1949 p.42-44)

Havia ainda os judeus que, segundo Bravo (2014, p.77), “foram tratados por Neiva como uma categoria à parte. Isso porque, embora não fosse contrário à imigração semita, considerava que sua vinda em grupos poderia resultar no temido enquistamento étnico.”

A preocupação era que após a experiência vivenciada na guerra, eles poderiam querer preservar sua identidade, o que os tornaria inassimiláveis.

Neiva encaminhou seu relatório para o Ministério das Relações Exteriores em fevereiro de 1947 e recebeu autorização para proceder, nos meses seguintes, à seleção dos PDs. Baseou-se, para isso, não somente em suas impressões, mas em instruções básicas elaboradas por João Alberto Lins de Barros, junto com o Ministério da Educação e Saúde e o Ministério do Trabalho – que haviam sido aprovadas pelo CIC em 14 de janeiro. Nestas, a principal orientação era que fossem selecionados agricultores e técnicos na proporção de 70% e 30%, respectivamente. (BRAVO, 2014 p. 77)

O mecanismo de seleção se deu a partir de um formulário de registro do CIR onde foram respeitadas as vontades das PDs que desejavam vir para o Brasil. A comissão então examinava esses formulários e os separava em grupos por idade, situação familiar, profissão, entre outros. Os critérios foram 70% agricultores – plantio de cereais e batata e 30% técnicos – mecânicos, metalúrgicos, eletricitas, carpinteiros, pedreiros bombeiros, e outros, segundo as orientações prévias do governo brasileiro. (NEIVA, 1949 p. 57)

Nesse formulário constavam variadas informações: profissionais (o candidato deveria ser, preferencialmente, agricultor, operário qualificado ou técnico especializado); familiares (possuir familiares aptos para trabalho entre 15 e 50 anos); sanitárias (não possuir nenhum problema congênito ou doença que impossibilitasse o trabalho, sobretudo mutilações e doenças infecciosas); legais (não possuir antecedentes criminais ou de envolvimento com organizações terroristas, nazistas ou extremistas) (RUSEISHVILI, 2020 p.142).

Se aprovados nessa primeira etapa, a fase da seleção presencial era realizada em duas partes. Primeiro, a comissão analisava dossiês dos candidatos. O dossiê era composto por uma ficha médica, um documento de identidade, uma certidão de boa conduta, emitida pelo diretor do acampamento para refugiados, e um certificado de segurança. Em seguida, realizava-se uma entrevista com pessoas e famílias cujo dossiê fosse selecionado. A entrevista presencial era crucial nesse processo, pois ela visava descartar as tentativas de fraude. Os membros da comissão eram instruídos a observar cuidadosamente os indivíduos, para certificar de que a aparência correspondia à profissão declarada no dossiê, assim como a sua idade. O exame incluía a avaliação corporal: mãos calejadas, robustez e outros indícios de trabalho braçal deviam ajudar os agentes da comissão a separar os trabalhadores dos profissionais liberais. (NEIVA, 1949; RUSEISHVILI, 2020 p.142)

Após serem selecionados, os indivíduos e suas famílias eram encaminhados para um exame médico realizado na presença de um profissional de saúde brasileiro. Em seguida, caso aprovados, eles recebiam os vistos e outra documentação necessária e eram transportados até os centros de agrupamento transitório, nos quais esperavam o embarque para o Brasil. (RUSEISHVILI, 2020 P. 143)

Os deslocados eram, geralmente, desembarcados no Rio de Janeiro onde davam entrada pela Hospedaria da Ilha das Flores. Nessa hospedaria, os refugiados cumpriam a quarentena, realizavam os exames médicos e recebiam as principais instruções acerca de sua colocação profissional. Os refugiados com destino ao estado de São Paulo eram encaminhados à Hospedaria de Imigrantes do Campo Limpo, onde seguiam os procedimentos da colocação profissional. (RUSEISHVILI, 2020 p.142)

No entanto, a chegada dos primeiros grupos gerou uma repercussão negativa dentro do CIC, e os membros acusaram Neiva de ter feito uma seleção falha uma vez que consideravam que os migrantes não se encontravam dentro das exigências dos princípios da política imigratória brasileira. (BRAVO, 2014 p.78)

Como resultado dessa primeira experiência de seleção, a Comissão chegou a admitir cerca de 1000 famílias, que chegaram ao Brasil na segunda metade de 1948. A sua vinda gerou um debate intenso sobre a necessidade da participação do Brasil em iniciativas internacionais de reassentamento de refugiados europeus. A oposição, instigada pela imprensa, mobilizava os mesmos três princípios que regiam a política migratória: i) os deslocados de guerra podem constituir ameaça à segurança nacional; ii) os deslocados são elementos étnicos indesejáveis para o projeto nacional brasileiro, e iii) os deslocados são uma força de trabalho inadequada para as necessidades concretas do país. (RUSEISHVILI, 2020 p. 143)

As ressalvas quanto ao tipo e quantidade de imigrantes que seriam destinados ao Brasil foram justificadas considerando que a situação econômica interna do país ainda não estava totalmente restabelecida do abalo causado pela participação no conflito mundial, impondo, dessa forma, ainda que temporariamente, maiores restrições na escolha dos imigrantes que deveriam participar do desenvolvimento da produção do país. Somado a isso os fatores que perturbavam a opinião sobre a imigração eram: uma potencial invasão de judeus, pessoas sem profissão ou com ocupações de cidade que fossem uma ameaça ao trabalhador nacional, e pessoas inúteis quer pela idade, quer pelas condições de saúde ou incapacidade para o trabalho. (NEIVA, 1949)

Nessa época alguns membros do CIC já se colocavam contra as PDs, como Péricles de Melo Carvalho, José Caracas, Guimarães Gomes, Major Geraldo Menezes

Cortes e Jorge Latour, então presidente do CIC. Esses afirmavam que não havia um plano concreto de seleção e nem do que seria feito depois com esses deslocados. (NEIVA, 1949 p. 74)

Desta maneira, fica claro que havia certa resistência do CIC em relação à missão, tanto que desde a sessão 674, de 13 de agosto de 1946, quando foi apresentado o acompanhamento da missão, o conselho já começava a dar sinais de receio em receber esses imigrantes (NEIVA, 1949).

É importante ressaltar que esse debate estava presente na RIC, e as visões opostas à imigração, que acabaram atrapalhando o desenvolvimento da missão, são fruto de um projeto político em disputa. Por um lado, havia os que defendiam a proibição da entrada de refugiados e deslocados de guerra, como Lira Cavalcante, Antonio Xavier de Oliveira, Antonio Vieira de Mello, José Caracas, definindo-os como “neuróticos de guerra”, “desajustados”, “seres traumatizados” e “escórias das ruínas da Europa”. Por outro lado, Artur Hehl Neiva, Emilio Willems, Assis Chateaubriand, dentre outros, diziam-se a favor da entrada desses imigrantes mediante a aplicação de critérios de seleção e da necessidade de mão de obra qualificada, priorizando-se os imigrantes considerados mais adequados ao país, ou seja, portugueses, italianos e espanhóis (SALLES, 2007, p. 189). Esses critérios seletivos também deveriam basear-se na capacidade de trabalho e de assimilação do imigrante, assim como no seu potencial reprodutivo, avaliado por médicos (SANTOS, 2018 p.4).

A crítica mobilizada pelo CIC, quanto aos corpos e saúde dos refugiados, abre espaço para retomada do pensamento de Foucault, trabalhado no Capítulo 1, e também para trazer o pensamento de Fassin (2005) sobre o uso dos corpos. O direito e o uso político do e sobre o corpo mobilizou a reivindicação de um direito a título do sofrimento. Apesar da questão humanitária não estar presente nos debates da RIC, na década de 1940, ela pode ser entendida como medida de ação por parte do Estado ao mesmo tempo em que as relações de poder são construídas.

Os estudos das relações de poder, de Estado e de soberania se encontram no tema da biopolítica. Foucault influenciou trabalhos sobre a temática, a partir da análise dos mecanismos de poder abaixo do soberano, que constituem verdadeiramente o poder real. Como o autor expôs: “Pois bem, em vez de formular esse problema de alma central, eu acho que conviria tentar (...) estudar os corpos periféricos e múltiplos, esses corpos constituídos, pelos efeitos do poder, como súditos.” (FOUCAULT, 1999b, p.34).

A seleção dos refugiados, o poder concedido aos membros do comitê de seleção e as críticas por parte dos membros do CIC a essa missão caracterizaram políticas de “Bio-legitimidade” em que o poder real é aquele constituído abaixo do soberano, e que é legitimado a partir de saberes, hábitos e práticas. O Estado exerce o poder de forma mais proeminente a partir do local da produção de saberes. Sendo assim, a centralidade do Estado para a instrumentalização da biopolítica é fundamental para garantia da própria vida, onde segundo Ruseishvili (2020, p. 144) “numa relação estreita, a soberania nacional brasileira dependia da gestão da população, cujo principal instrumento era a política migratória.”

Como o CIC era responsável pela publicação da RIC, as opiniões contidas na revista eram de muito impacto e muita relevância, pois as maiores autoridades do país na questão imigratória expunham suas opiniões sobre o assunto no periódico (PERES, 1997, p.85). Juntamente com essa opinião pública, a falta de um posicionamento claro sobre a seleção e as inúmeras críticas ao trabalho da missão fizeram com que Neiva pedisse demissão do CIC e fosse afastado da missão, em julho de 1947.

Com a saída de Neiva, quem assume é Hélio Lobo, mas ele também encontra dificuldades e resistências em colocar o propósito da missão em prática. Por isso, em 1949, o presidente Dutra decide suspender a vinda das PDs para o Brasil e, a partir de então, a vinda desses refugiados se deu em bases individuais, não mais em grupos. O fracasso da missão pode ser explicado pelas divergências dentro do órgão responsável pelas migrações, o CIC, que, por sua vez, estão relacionadas com o plano de desenvolvimento e de nação que se queria construir. Apesar do desejo de modernização, a eugenia ainda era um traço forte e presente na sociedade, o que impediu a vinda de mão de obra especializada que não se encaixava nesses ideais. (BRAVO, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Quando essa guerra acabar terá de haver um investimento enorme de bondade para compensar o ódio e o sofrimento sem sentido desses anos.”*

*THOMPSON, Frank. Jovem oficial britânico, 1942. (SHEPHARD, 2012 p.11)*

Entre os anos de 1940 e 1951 mais de um milhão de pessoas deixaram sua terra natal na Europa, devido à guerra, e passaram anos esperando em campos para Pessoas Deslocadas até que elas pudessem ser reassentadas no exterior.

Segundo Sayad (1998), todo imigrante já foi um emigrante, pois só é possível considerar o seu destino se for possível problematizar a sua origem. Em maio de 1945, havia cerca de 9,5 milhões de PDs na Europa. Destes, o primeiro grupo a ser repatriado foram os cidadãos soviéticos, conforme os acordos de Yalta de 1945. Ficaram assim reduzidos, no início de 1946, a cerca de 5,5 milhões de pessoas. Até novembro de 1946 haviam sido repatriados pouco menos de 5 milhões, principalmente os cidadãos da Europa Ocidental (franceses, belgas, italianos etc.) e os poloneses. Em meados de dezembro de 1946 restavam apenas, nas zonas ocupadas pelas potências ocidentais na Alemanha, cerca de 700.000 PDs, das Nações Unidas, praticamente não repatriáveis.

O período histórico da Segunda Guerra Mundial criou uma nova ótica para pensar aqueles que foram atingidos pelo conflito e isso implicou mudanças nas políticas migratórias. Houve, nas migrações forçadas desse conflito, a inspiração para a definição de categorias e o surgimento de agências e cooperações internacionais que visavam a busca de proteção e defesa da vida. O Brasil foi um dos países que, logo no início, manifestou interesse em receber esses indivíduos a partir de uma política de seleção.

Um personagem importante para entender esse processo é Artur Hehl Neiva, político responsável pela seleção das PDs. Os argumentos de Neiva a favor da imigração dirigida eram: o Brasil tem carência de mão de obra e a sua população está mal distribuída pelo território, por isso é preciso intensificar as correntes migratórias para o Brasil, a fim de assegurar-lhe densidade demográfica média que lhe permita elevar-se no estágio da evolução econômica em que se encontra.

A partir da trajetória de Neiva foi possível percorrer as alterações na legislação migratória brasileira ao longo dos anos, e entender as alternâncias de expansão e restrição. Era o início de retomada das correntes migratórias onde o Brasil desejava



selecionar aqueles que estivessem de acordo com o aspecto eugênico, étnico e político. A seleção por motivos econômicos se dava, principalmente, pela capacidade de trabalho do imigrante. Já a seleção dos indivíduos seguindo critérios raciais revela uma preferência por certos tipos de imigrantes que são considerados ideais para o desenvolvimento do país.

No final da Segunda Guerra Mundial, o Brasil vivia uma crise política que resultou no declínio do governo de Vargas e na eleição de Dutra para o exercício da presidência. A mudança do regime não resultou em uma alteração no quadro de funcionários, já que eles permaneceram nos seus cargos, garantindo a manutenção dos valores políticos adotados no governo Vargas.

Em 1945 há uma mudança na legislação que possibilitou novamente a entrada de estrangeiros no país, com o decreto-lei n. 7.967, de 27 de agosto de 1945. Essa mudança tornou menos rígido o controle do fluxo migratório, porém manteve estruturas que materializam políticas migratórias com o objetivo de restringir e dificultar, assim como materializam as barreiras presentes nos poderosos discursos simbólicos sobre a rejeição das sociedades de imigração aos chamados “indesejados”. Segundo Neiva (1945a p.115), “O Brasil deve aproveitar o estado de guerra para definir claramente uma política de seleção étnica, favorecendo a imigração branca e reduzindo ou, de preferência, excluindo a imigração negra e amarela”.

Esses elementos podem ser analisados à luz das reflexões de Sayad (1998), que propõe que a migração possui vários sentidos e muitas vezes eles são preconcebidos pelas estruturas e pelo *habitus* dominantes. Esses elementos são, ao mesmo tempo, o que os definem e são elementos constitutivos da ação de migrar, pois, o migrante sai do local de origem para se vincular, mesmo que de forma parcial, em outro local, estranho às suas identidades/alteridades cotidianas. E da mesma forma que o migrante encontra o estranhamento das alteridades desconhecidas, seu espaço de origem também se encontra em movimento constante, e, portanto, ele não encontrará, no retorno, o lugar como foi deixado. Assim como os sujeitos que participam de sua vida do lugar deixado serão estranhos ao retorno e ao que retorna.

“Muita gente acha que refugiados deveriam sentir apenas duas coisas: gratidão ao país que lhes ofereceu asilo e alívio por estarem a salvo. Acho que a maior parte das pessoas não compreende o emaranhado de emoções que surge ao deixar para trás tudo o que você conhece. Não se está apenas fugindo da violência – que é o motivo pelo qual tantos são forçados a ir embora e é aquilo que os jornais mostram – mas também deixando seu país, sua amada casa” (YOUSAFZAI, 2019 P.55)

O que há é a ordem da provisoriidade espacial do migrante, isto é, a desvinculação do poder e da sociedade acerca do sujeito social migrante, inerente somente à reprodução do trabalho naquele espaço. Sayad aponta uma crítica ao Estado que se torna cúmplice das representações que propulsionam o migrante a esse caráter provisório e o coloca marginalizado, tanto na imigração quanto na emigração, pois no primeiro há a exclusão da sociedade que o vê como provisório e como futuro problema (social, demográfico, sociológico etc), e no segundo há a exclusão pelas próprias mudanças de ordem social e psíquicas, inseridas no consciente e inconsciente do ser migrante.

Assim, no período da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro vive um dilema em relação aos fluxos migratórios porque por um lado havia uma pressão do mercado para receber imigrantes aptos para o mercado de trabalho interno, e, por outro, mantinha-se a preocupação com controle de entrada daqueles que eram considerados indesejáveis étnica, racial, cultural e politicamente.

As visões divergentes a respeito desse tipo de imigração, a falta de ação e de diretrizes do CIC, os embates na RIC e na opinião pública, as críticas aos indivíduos selecionados na Europa, foram estopins para o afastamento de Neiva da missão e para a sua saída do CIC.

Estudar esse processo de recebimento de refugiados de guerra pelo Brasil nos anos 1940 é relevante não apenas para a historiografia das políticas humanitárias no Brasil, que tem sido foco de análises de alguns autores (Jubilut, 2007; Salles, 2004, 2007; Bastos e Salles, 2014), mas também para entender a construção dos pensamentos acerca da imigração, do imigrante, da eugenia, das necessidades do capitalismo, que estão no cerne do entendimento da formação do Brasil enquanto Nação e enquanto Estado.

Investigar os processos migratórios no Brasil é compreender a formação, em grande medida, de seus principais aspectos sociais, políticos e culturais, que vão ao encontro de produções constantes entre aquilo que somos e vivemos e aquilo que fazemos no nosso espaço – que para a ideologia da época precisava ser ocupado.

Os ideais de imigração de Neiva já haviam sido expressos, em 1943, no Congresso de Economia, quando ele defendeu que a política da miscigenação deveria continuar excluindo a imigração negra e amarela e focar naquelas que eram mais convenientes por questões étnicas, políticas e de assimilação.

Além disso, Neiva acreditava que as estatísticas imigratórias brasileiras eram falhas e o seu estudo mais exato era de fundamental importância para estabelecer em

bases mais sólidas a política demográfica brasileira. Estudos nesse sentido permitiriam um planejamento qualitativo e quantitativo mais adequado sobre as relações possíveis entre as correntes imigratórias e os fatores econômicos de importância para o país e ainda dariam base para estimar, por exemplo, especificamente, as vantagens ou inconvenientes da migração selecionada.

Apenas uma seleção com critérios rigorosos poderia promover a entrada seletiva de futuros cidadãos que seriam desejáveis para a formação da nação brasileira, “branca” e “civilizada”, bem como servir como mão de obra para os avanços industriais.

A abertura de fronteiras em 1945, e a nova legislação que regulava imigração, permitiriam que o Brasil se beneficiasse da oferta de mão de obra qualificada disponível e com a vantagem de poder escolher quem seria selecionado para entrar no país a partir de acordos internacionais.

No entanto, a análise das fontes primárias e da bibliografia sobre o tema permitiu perceber que houve uma disputa política que impossibilitou que o Brasil participasse, de forma coerente, das atividades da CIR. O país tinha capacidade de receber mais refugiados do que efetivamente recebeu devido às divergências dentro do CIC quanto aos critérios de seleção. As ideias defendidas por Neiva não eram hegemônicas no CIC. Havia indefinições por parte do Conselho de quais diretrizes seguir para a seleção dos refugiados.

Neiva já havia publicado um estudo sobre os problemas imigratórios no Brasil, em 1945, em que explora diversos aspectos que deveriam ser considerados quanto à imigração no e para o Brasil. Esses aspectos são bastante diversos e merecem ser analisados pois fazem parte de seu pensamento no que diz respeito à imigração.

Carecia um estudo que analisasse a Missão designada a Neiva na Europa. Neiva é um protagonista na história da imigração no Brasil e, no entanto, era muito tangenciado no estudo sobre o tema. Não pretendeu-se, de forma alguma, esgotar o tema ou o personagem, mas sim dar mais visibilidade à sua posição tão importante.

Visou-se aqui apresentar as ideias de um dos membros bastante relevante do CIC por sua importância e representatividade no assunto de imigração, e por ele chefiar uma missão de suma importância na seleção dos imigrantes que viriam para o Brasil. As principais fontes utilizadas serviram para mapear seu pensamento e sua política visando o cumprimento dessa missão.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

ACNUR. Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Genebra: UNHCR, 1951. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/refugiados/htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2019

BRASIL. Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brasil. Portal Câmara dos Deputados, *Coleção de Leis do Brasil - 1890*, Página 1424 Vol. 1 fasc.VI

\_\_\_\_\_. Decreto n. 19.482, de 12 de dez 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 de 01/02/1931.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. *Diário Oficial da União* – Seção 1. 18/5/1934b, p. 9451.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. *Diário Oficial da União* Seção 1 - 6/5/1938, Página 8494

\_\_\_\_\_. Decreto n. 3010, de 20 de agosto de 1938. Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 22/8/1938, Página 16792

\_\_\_\_\_. Decreto n. 3175, de 7 de abril de 1941. Restringe a imigração e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 – 9/4/1941, Página 7123

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 5878, de 4 de outubro de 1943. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 6/10/1943, Página 14883

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n.7.967, de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 6/10/1945, Página 15825

CARVALHO, Fernando Mibielli de, “Imigração: um problema nacional”, *Revista de Imigração e Colonização*, ano VI, n. 1, mar. de 1945 p. 57-65

MUNIZ, João Carlos. Apresentação. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro. Ano I. n.1. 1940.

NORMANO, J. F., Tendências brasileiras, *Revista de Imigração e Colonização*, v. 4, dez. de 1945

POGGI, Jaime. O papel do médico na realização do magno problema, *Revista de Imigração e Colonização*., v. 2, jun. de 1946

Arquivo Artur Hehl Neiva AHN CPDOC - FGV

CPDOC AHN/ S.ASS *Imigração e questões conexas no panorama brasileiro*. s/d. 120 folhas

CPDOC, sessão AHN, ap. 1938.07.12 *Resoluções do CIC 1938-1945* 1402 folhas

\_\_\_\_\_. *Conferência de Teresópolis* 1945 21 folhas

\_\_\_\_\_. ap. 1938.07.12 *Proposta Brasileira para Imigração de Refugiados*. s/d12f.

CORREIO DA MANHÃ “Artur Hehl Neiva é sepultado”. Edição 22859. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1967.

NEIVA, Artur Hehl. O Serviço de Registro de Estrangeiros, *Revista de Imigração e Colonização*, vol.1 1940,

\_\_\_\_\_. *O problema migratório brasileiro*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945 a.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre a imigração semita no Brasil*. Separata da RIC, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945 b.

\_\_\_\_\_. Aspectos geográficos da imigração e colonização do Brasil .*Revista Brasileira de Geografia*. - Ano IX, n.º 2 abril-junho de 1947, p. 249-270.

\_\_\_\_\_. *Deslocados de guerra A verdade sobre sua seleção*. A Noite: Rio de Janeiro 1949.

## **Bibliografia**

ACNUR, *Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar o Estatuto de Refugiado*. Lisboa: ACNUR, 1996.

ABREU, Alzira Alves de et al (coords). Verbete Artur Hehl Neiva. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AHN>> Acesso em: 13 junho 2021

ANDRADE, José Henrique Fischel de. O Brasil e a Organização Internacional para os Refugiados (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, V. 48, n.1, jun 2005. 37p Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?s>

cript=sci\_arttext&pid=S0034-73292005000100003. Acesso em 01 setembro 2019.

\_\_\_\_\_. *A Política de Proteção a Refugiados da Organização das Nações Unidas – Sua Gênese no Período Pós-Guerra (1946-1952)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade Nacional de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. Brasília/DF, UNB, 2006

ANDRADE, José Henrique Fischel; MARCOLINI, Adriana. A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características. *Revista brasileira de política internacional*, v. 45, n. 1, p. 168-176, 2002.

AQUINO, Arthur de I Congresso Brasileiro de Economia 1943: atores, intelectuais e ideologias na constituição de uma consciência de classe entre os industriais e a consolidação do projeto industrialista. *Plural*, 17(1), 2010, p. 59-88.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 157-172.

BAENINGER, Rosana. *Fases e faces da migração em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO Unicamp, 2012. 146p.

BASTOS, Sênia; SALLES, Maria Rosário. A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos “deslocados de guerra”: 1947-1951. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 31, n. 1, p. 151-167, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história in: Obras Escolhidas. Vol.1 *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense. 1987

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 8.ed Rio de Janeiro: FGV, 2006

BOUSCAREN, Anthony T. *International Migrations since 1945*. University Place, New York, 1963.

BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O Milhão Restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2014.

BROCOS, Modesto. A redenção de Cam, 1895. Pintura, Museu Nacional de Belas Artes

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas – fantasmas de uma geração (1930- 1945)*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. A Imagem do Imigrante Indesejável. *Revista Seminários - Imigração, Repressão e Doutrina da Segurança Nacional*, n. 3, dez 2003.

\_\_\_\_\_. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *Revista USP* • São Paulo • n. 119 • out/nov/dez 2018 p. 115-130

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CORALINA, Cora. Meu livro de cordel. São Paulo: Global Editora, 2012.

CORSI, Francisco Luiz. A burguesia industrial e os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*. UFPR Curitiba. N 4/5 1995 p.7-21

\_\_\_\_\_. O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica. *Revista de Sociologia e Política*. UFPR Curitiba. N 6/7 1996 p.25-36

DEBASTIANE, Jesiane. A Política Imigratória Brasileira na Revista de Imigração e Colonização (1940-1945). *Em tempo de Histórias*, Brasília, n.32 jan/jul 2017 p.7-21

\_\_\_\_\_. *A Política imigratória do governo Vargas (1940-1945): teses, práticas e debates na Revista de Imigração e Colonização*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

DE SOUZA, Vanderlei Sebastião. Arthur Neiva e a ‘questão nacional’ nos anos 1910 e 1920. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, 2009, p. 249-264

\_\_\_\_\_. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930 *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* vol. 23, n.1, dez. 2016, pp. 93-110

DOS SANTOS, Rodrigo; PELEGRINI, Sandra. Disputas pela Memória: A Trajetória dos Egerts no Estado do Paraná. *X Encontro Regional Sul de História Oral*. 27 a 30 de Agosto de 2019. Curitiba, 2019 17p.

ECO, Umberto. Migrações e Intolerância. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FASSIN, Didier. Governar por los cuerpos, políticas de reconhecimento hacia los pobres y los imigrantes. *Educação*, v.28 n 2 (56), Maio/Ago. 2005, p.201-226

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011

FILHO, José Carlos Moreira da Silva. O Anjo da História e a Memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. *Veritas*. Porto Alegre n.2, abr./jun. 2008 p .150-178

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico. *Revista Tempo*, vol. 23, núm. 1, janeiro-abril, 2017, pp. 87-104

\_\_\_\_\_. Imigrantes e Refugiados Judeus em Tempos Sombrios: Brasil, 1933-1948. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil – inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2005, p.337-374.

FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999b. 382p.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. 474p.

GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. 2007. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1 p. 171-187, 2009

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de Braços, Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2008. 518 f.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Editora



da Unesp, 2018

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2019.

HOBBSBAWN, Eric. J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JUBILUT, Liliana. *O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas Trevas – o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. *Imigrante Ideal. – o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça. Nacionalismo militante: uma análise da correspondência de Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942). Dissertação (mestrado). Mestrado em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2020.

LESSER, Jeffrey. Repensando a Política Imigratória Brasileira na Época de Vargas. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; MALATIAN, Teresa. *Políticas Migratórias – Fronteiras dos Direitos Humanos no Século XXI*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p.277-287.

LOTIERZO, Tatiana Helena Pinto. *Contornos do (in) visível: A Redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2013.

MACHADO, Carlos D. Considerações sobre o problema imigratório. *Revista do Serviço Público*. RVS, v.65, n.3,1946, p 383-391

MACHADO, Lara Novis Lemos. Passando a bola do campo de futebol para o campo historiográfico: um ensaio sobre as correntes historiográficas para pensar o caso dos irmãos refugiados nos times da Eurocopa 2016 In.: GUIMARÃES, Athos Matheus da Silva et al. *II Simpósio online de História dos Ananins: ensino, pesquisa, extensão*. 2019. P. 529-540

\_\_\_\_\_. A Política Nacional para a Imigração Dirigida no Pós II Guerra Mundial. In: FIRMINO, Leonardo Magalhães et al. Janeiro, RJ) Anais [recurso eletrônico]/VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações. *Interculturalidade, comunicação e migrações transnacionais: fronteiras, políticas e cidadania*. Colóquio Internacional, de 27 a 29 de novembro de 2019 no Rio de Janeiro, RJ.–Rio de Janeiro, UFRJ, Périplos, 2020. P. 159-163

MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. FGV 2012

MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A porta de entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2017.

\_\_\_\_\_. Artur Hehl Neiva e a Política Imigratória no Brasil entre as décadas de 1930 e 1950. *História e Parcerias*. Anpuh, 2019 17p.

MARTINS, Isis do Mar Marques. “Nós fazemos parte desse lugar” – Aspectos teóricos da migração e do migrante a uma nova forma de olhar o espaço. *Ateliê Geográfico* V. 5, n. 2, ago. 2011 p.292-321.

MOREIRA, Julia Bertino. *Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sobre o MI, História. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/sobre-o-mi/historia> Acesso 28 setembro 2020

OIM Organização Internacional para as Migrações. *Glossário sobre migração*. Genebra: Organização Internacional para as Migrações. 2009 90 p.

OLIVEIRA, Ione. Imigrantes e Refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH/BRASIL, 2013. p. 1-16

PAIVA, Odair da Cruz. Refugiados de Guerra e a Imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950. *Revista Travessia*. Ano XIII, n. 37 mai/ago de 2000, p. 25-30.

\_\_\_\_\_. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*. Bauru: EDUSC, 2004. 306 p.

\_\_\_\_\_. Migrações internacionais pós Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. In: *XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP, São Paulo: 2008.

\_\_\_\_\_. Refugiados da Segunda Guerra Mundial e os Direitos Humanos. *DIVERSITAS – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos*, 2009.

PAIVA Odair da Cruz; SAKURAI Célia. *Migrações Internacionais, Geopolítica e Desenvolvimento Econômico (1947-1980)*. Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), 2004. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4034&Itemid=319](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4034&Itemid=319) Acesso 27 setembro 2019

PEREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. *Revista USP*, n. 46, p. 6-29, 2000.

PERES. Elena Pájaro. Proverbial Hospitalidade? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955)l. *Revista Acervo. Rio de Janeiro*, v. 10, n. 2, pp. 85-98, jul/dez, 1997

PÓVOA NETO, Héliom. Barreiras físicas à circulação como dispositivos de política migratória: notas para um tipologia. *Anais do 5o Encontro Nacional Sobre Migração*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2007. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/mesa\\_03\\_bar\\_fis\\_circ.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/mesa_03_bar_fis_circ.pdf). Acesso em: abril de 2020.

\_\_\_\_\_. O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação os “direitos à mobilidade” *REMHU Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, vol. 16, núm. 31, 2008, pp. 394-400.

RUSEISHVILI, Svetlana. Fronteira desterritorializada, inclusão diferencial e Estado-nação: a Comissão brasileira de seleção de refugiados da Segunda Guerra Mundial. *REMHU Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. 2020, vol.28, n.60 pp.127-150.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. Imigração e política imigratória brasileira no pós-

segunda guerra mundial. *Cadernos CERU*, série 2, n. 13, 2002.

\_\_\_\_\_. Imigração, família e redes sociais: a experiência de “deslocados de guerra”, em São Paulo, no pós-Segunda Guerra Mundial. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: Abep, 2004.

\_\_\_\_\_. A Política Imigratória Brasileira no Pós-Segunda Guerra Mundial e os Refugiados: Uma Leitura da Revista de Imigração e Colonização. *Cena Internacional*, v. 9, n.2, 2007, pp.184-210.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen et al. (Org.). *Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo. 2013.

SANTOS, Rodrigo dos. *Discursos sobre imigração no jornal Folha do Oeste – Guarapuava, Paraná (1946-1960)*. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2015.

SANTOS, Amanda Pereira dos. Política de Imigração e Colonização Pós-Segunda Guerra Mundial: práticas e debates nacionais sobre o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias. *ANPUH RS*, 2018.

SARETTA, Fausto. A política econômica brasileira 1946/1950. *Revista de Sociologia e Política*. UFPR Curitiba. N 4/5 1995 p.113-129

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SEYFERTH, Giralda.. Assimilação dos Imigrantes no Brasil – Inconstâncias de um conceito problemático. *Travessia – Revista do Migrante*. n. 36, jan.2000 p.45-50

\_\_\_\_\_. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.53, março/maio 2002 p. 117-149

\_\_\_\_\_. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do

Estado Brasileiro com a Migração. 26<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia, junho de 2008, Porto Seguro, Brasil. 20p.

SHEPHARD, BEN. *A longa estrada para casa: restabelecendo o cotidiano na Europa devastada pela guerra*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 614p

SILVA, César Augusto S. da. *A política Brasileira para Refugiados (1998-2012)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

YOUSAFZAI, Malala. *Longe de casa: minha jornada e histórias de refugiados pelo mundo*. São Paulo: Seguinte, 2019.